

## **Ata 01/2020**

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, o Secretário de Educação Prof. André Lemes da Silva, convocou a presente reunião para compor o Grupo Técnico da SMEd que atuará no Comitê de Elaboração do Plano de Contingência. Começou sua fala explicando da necessidade de organização do Comitê e também da construção do Plano de Contingência mencionando que a SMEd deverá prever ações para Secretaria, escolas, professores e familiares. O Superintendente Pedagógico Prof. Felipe Alonso, perguntou se foi realizada alguma compra de termômetros? A Superintendente Administrativa Prof.<sup>a</sup> Vanessa Pintanel, informou que ainda não. Sobre esta questão, se analisou que será necessário no mínimo 2 unidades para cada escola, 1 unidade para cada prédio da SMEd, totalizando em média 100 aparelhos; e que terá que ser feito pregão, sendo que já foi realizado um pregão para aquisição de máscaras. O Secretário problematizou se todas as escolas terão condições de realizar a higienização necessária diariamente para os 3 turnos, se as aulas voltassem no presencial? Surgiu a ideia de higienizar os sapatos, a partir de tapetes que higienizam. Ficando de verificar os orçamentos. Em relação ao Plano de Contingência, este deverá conter orientações relacionadas a Protocolos Administrativos, Protocolos de Higienização e Protocolos Pedagógicos. O Gerente Pedagógico Prof. Fábio Dziekaniak, sugere definir a porcentagem do ensino e das estratégias não presencial e presencial, para que possamos pensar e organizar os protocolos administrativos e pedagógicos. Entrou-se num consenso que os planejamentos serão genéricos e que cada escola fará o seu específico com adaptações necessárias à sua realidade. O Secretário solicita que até o final de maio, se tenha um esboço deste Planejamento, também solicitou que se faça uma reunião com os gestores das escolas de Educação Especializada para entender a complexidade dos atendimentos e auxiliar no planejamento de ações voltadas aos estudantes que apresentam NEE (Necessidades Educacionais Específicas). A Coordenadora do Núcleo de Inclusão Prof.<sup>a</sup> Elisângela Macedo, irá agendar a reunião com as escolas e também com a gestão pedagógica da SMEd. O Secretário também sugeriu reunir as escolas maiores da Rede, para avaliar melhor as possíveis logísticas de atendimentos considerando protocolos de Saúde. Foi definido uma organização de trabalho em GTs (Grupos Técnicos). O Secretário solicitou que se dê

prioridade a construção do Plano de Contingência, devido a sua urgência e complexidade de construção. Se faz necessário pensar num Plano de Monitoramento para as Escolas e ainda em uma plataforma ou dispositivos que o Município precisará usar para a comunicação e interação de forma não presencial (Google Classroom, Plataforma Moodle, entre outros). Sem mais nada a constar encerro a presente ata.

### **Ata 02/2020**

Aos vinte e um dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte, reuniram-se os integrantes do Grupo Técnico da SMEd que atuará no Comitê de elaboração do Plano de Continência. O Secretário de Educação Prof. André Lemes, iniciou relatando que fez uma reunião com o Promotor de Justiça Dr. Paulo Roberto Charqueiro, e este aprovou o modelo de organização, a ideia de formação do GT – Grupo Técnico para pensar e estruturar o Plano de Contingência da SMEd. O Superintendente Pedagógico Prof. Felipe Alonso, informou que em reunião pela manhã com os Diretores (a) das Escolas já solicitou que os estabelecimentos de ensino comecem a pensar em seus planos de execução. Ainda relatou que vai estruturar uma organização do Plano de Contingência para facilitar as discussões e construção no Grupo Ampliado. Também trouxe para o grupo a análise que não será possível fugir do ensino não presencial (remoto), pois pela realidade da Pandemia do Covid-19 que se apresenta no município, tão cedo não será possível e seguro o retorno as aulas presenciais. Embora, pedagogicamente não sendo a favor do ensino remoto, teremos que repensar sobre e enxergar possibilidades. Neste momento alguns membros começaram a apontar situações e angústias com relação ao ensino remoto. O Secretário lembrou e reforço que o Plano deverá ser generalista, e que cada escola adotará a sua forma mais adequada a sua especificidade e realidade. Solicitando uma reunião com o Grupo Ampliado para tratar sobre Calendário e métodos possíveis. Sem mais nada a constar encerro a presente ata.

### **Ata 03/2020**

Aos vinte e cinco dias do mês de maio ano de dois mil e vinte, reuniram-se os integrantes do Grupo Técnico da SMEEd que atuará no Comitê de elaboração do Plano de Contingência. O Superintendente Pedagógico Prof. Felipe Alonso iniciou a reunião apresentando uma prévia da elaboração de um Plano de Contingência. Os presentes foram lendo e fazendo suas sugestões. Após a leitura, organizou-se a reunião de quinta-feira que se realizará com o Grupo Ampliado, ficando como pauta a apresentação da estrutura dos tópicos e a organização dos subgrupos de discussão (Administrativo e Pedagógico). Na ocasião foram apresentadas as primeiras para a elaboração de estratégias para o combate da pandemia do Covid -19. Sem mais havendo a tratar encerramos a presente ata O Secretário de Educação Prof. André Lemes, sugeriu novos dias da semana pra reuniões indicando segundas-feiras com os subgrupos e nas quintas-feiras com o grupo ampliado. Sem mais nada a constar encerro a presente ata.

### **Ata 04/2020**

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, reuniram-se pela plataforma virtual Zoom os segmentos convidados pelo Secretário de Município da Educação Prof. André Lemes da Silva, com a finalidade de compor o Comitê de contingência da Covid-19. O Secretário iniciou a reunião apresentando todos (as) os (as) integrantes que irão compor o Comitê Técnico de elaboração do Plano de Contingência, conforme listagem de nomes citados no final da ata. O Secretário manifestou que ainda está fazendo alguns convites para comporem o Comitê. Ficando acertado que os encontros deste Comitê ampliado ocorrerão nas quintas-feiras. O método de trabalho será com a criação de dois grupos um que tratará de questões Administrativa/Procedimental e outro das questões Pedagógicas. Deve levar-se como orientação de estudo documentos orientadores do CNE, UNDIME E UNCME. Foram debatidos temas referentes a situação das crianças, a observação dos hábitos desse público que inicialmente irão frequentar a escola, procedimentos para as aulas presenciais e semipresenciais, questões sobre protocolos de higienização dos espaços escolares, aquisição de barreiras sanitárias para conter a disseminação do vírus,

a opção de deixar o material escolar na escola para evitar o risco de contaminação. Foi lembrado que nesse período os idosos e grupos de risco não deverão ir à escola. Ficou estabelecido que nas segundas-feiras os grupos separadamente se reunirão para traçar as estratégias da sua área, as quais serão compiladas e analisadas pelo grupo completo nas quintas-feiras. Segue abaixo a listagem com o nome dos integrantes do Comitê para elaboração do Plano de Contingência.

- Vanessa Pintanel (Superintendente Administrativa da SMEd);
- Felipe Alonso (Superintendente Pedagógico da SMEd);
- Luciane Amaral (SMEd – Gabinete);
- Gabriel Lisboa (Assessor do Secretário de Educação);
- Débora Carvalho (SMEd – Recursos Humanos);
- Fábio Dziekaniak (Gerência Pedagógica SMEd);
- Rosane da Silva Pires (Gerente Administrativa SMEd);
- Elisangela Macedo (SMEd – Educação Especial);
- Rejane Magano (SMEd – Transporte Escolar);
- Mirene Meireles (SMEd – Monitor de Transporte Escolar);
- Cláudia Miranda (SMEd – Matrículas);
- Rosane Azevedo (SMEd – Bibliotecas e Conselho do FUNDEB);
- Melissa Moares (Conselho Municipal de Educação);
- Taciane de Moraes (Pais e Conselho do FUNDEB);
- Sônia Maria Andrade Machado (Conselho de Alimentação Escolar);
- Dóris Nogueira (SINTERG);
- Débora Amaral (FURG);
- Suzane Gonçalves (FURG);
- Michele Meneses (SMS – Vigilância);
- Andréia Escobar (Diretora da EMEF Helena Small - POLO 1);
- Cláudia Franz Vieira (Diretora da EMEI Casa da Criança Dr. Augusto Duprat – representante do SINTERG);
- Bernadete Moraes (Diretora da EMEE M<sup>a</sup> Luzzardi – POLO 2);
- Jayme de Freitas (Diretor da EMEF Zelly Esmeraldo – POLO 3);
- Chirly Duarte (Diretora da EMEI Verenice – POLO 4);
- Nara Suzana (Diretora da EMEF Dolores Garcia - POLO 5);

- Roselly Rodrigues (Diretora da EMEI Débora Sayão – POLO 5);
- Vanessa (Coord. EMEF Pedro Osório – POLO 7);
- Maria Luiza (Vice-Diretora da EMEF Rui Poester – POLO 8);
- Natali Pucinelli (Secretarias de Escolas);
- Patrícia Amaral (Representante da Rede Privada).

### **Ata 05/2020**

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, reuniram-se através da plataforma zoom os integrantes do Comitê de Contingência ao combate a pandemia do covid-19. A reunião deu início com a fala do Secretário da Educação André Lemes da Silva, fazendo um resumo para os novos integrantes do grupo sobre o que havia sido tratado nas reuniões anteriores. Logo após houve a explanação dos representantes dos dois grupos de trabalho: GT- Pedagógico e GT-Administrativo. O Superintendente Pedagógico e Coordenador do GT Pedagógico Prof. Felipe Alonso e Débora Amaral, apresentaram uma síntese das discussões e encaminhamentos da parte Pedagógica. Foi decidido pelo grupo implementar um questionário on-line de consulta pública para mostrar a sociedade o que está se trabalhando e pensando sobre as possibilidades de ensino para o período que se apresenta visando uma gestão democrática oportunizando espaço de escuta à comunidade escolar sobre as realidades e condições de acesso dos estudantes bem como seus familiares e as atividades remotas ou semipresencial. A Superintendente Administrativa e Coordenadora do GT Infraestrutura Prof.<sup>a</sup> Vanessa Pintanel, apresentou sobre a reunião do seu grupo de trabalho, explicando que dentro do grupo fizeram mais subdivisões. Comentou sobre a complexidade de pensar em protocolos de higiene sem ter noção de como será a organização de calendário, sobre quais as formas de organização /logística de atendimento nas escolas, quais turmas ou quantidade de alunos iniciarão a circular pelos espaços escolares? Citaram a questão dos transportes, das dificuldades que enfrentarão em termos de higienização, logística e organização de viaturas e pessoal. Entre outros, assuntos. Alguns pontos foram elencados pelos presentes: como a decisão de fazer a volta de maneira escalonada, a possível instalação de pias para lavar as mãos, construção de barreiras sanitárias, compra de materiais de

higiene das mãos e pés do pessoal que irá nesse momento inicial para a escola, o cuidado com alunos, professores e funcionários. O Secretário de Educação Prof. André Lemes, após as apresentações dos dois grandes grupos, sugeriu que nas reuniões de quinta-feira as decisões, textos já venham unificados e mais sistematizados, em um único documento para facilitar a compreensão do todo. Sem mais nada a constar encerro a presente ata.

### **Ata 06/2020**

Aos onze dias do mês de junho de dois mil e vinte, reuniram-se os integrantes do Comitê do Plano de Contingência de forma virtual através da plataforma zoom. Iniciou a reunião o Secretário de Educação Prof. André Lemes, divulgando ao Comitê algumas ações e estratégias que a SMEd está viabilizando para este período. Informou que segundo a Organização mundial da saúde, OMS a nossa curva está ascendente permanecendo assim a inviabilidade do retorno. Comentou sobre a inauguração do CAEE – Centro de Atendimento Educacional Especializado, um projeto almejado há muitos anos e que vem sendo refinado por esta gestão para que possa ser implementado. Agora, com a situação de Pandemia, pode ser uma excelente estratégia para o atendimento/assessoramento aos estudantes com NEE (necessidades educacionais específicas) e familiares. Falou que se estabeleceu uma parceria com o Secretário Maicon Lemos da SMS e que terá uma reunião para formalizar essa parceria com relação aos profissionais e espaço para a implementação do Projeto. Apresentou ao grupo novos integrantes: Patrícia Noronha (Escolas de Ed. Infantil Privadas), Patrícia Amaral (Escolas de Ed. Infantil Privada), Sícerio Miranda (EMEF Cristóvão P. de Abreu – POLO 6). Após, a apresentação dos novos integrantes do Comitê lançou para o grande grupo o seguinte questionamento: É possível voltar as aulas em julho? Vários integrantes se manifestaram entre eles: Dóris, Chirly, Andréa, Suzane, Sícerio, Patrícia Amaral, Felipe, Elisangela e Mirene, manifestando que não é possível retornar as aulas em julho. Foi disponibilizada a palavra para Michele Meneses, do Comitê de Saúde do Município, para que explanasse um pouco sobre a situação atual do território riograndino. Michele explicou que os protocolos de distanciamento controlado do Estado do RS não apresentam fundamentação técnica da Saúde e que no município do Rio Grande, estão sendo bem criteriosos e

fundamentados nos protocolos e decretos publicizados. Relatou o panorama atual do Município, que a curva epidemiológica está em ascensão e que mediante isso, não aconselha o retorno as aulas, por enquanto. O Comitê decidiu elaborar um questionário que servirá de base para que cada diretor (a) elabore o seu, este elaborado pelo Comitê deverá ser disponibilizado no portal da Prefeitura. O Superintendente Pedagógico Prof. Felipe Alonso, intitulou o questionário como um objeto de escuta da comunidade escolar. Ambos os GTs concordaram com a ferramenta visto que os grupos só estão separados para que este trabalho possa render mais. Os integrantes do Comitê Taciane, Suzane, Rosane Pires, Rosane Azevedo, Maria Luíza, Roselle e Mirene comentaram a respeito do isolamento horizontal. A preocupação dos integrantes do grupo da Infraestrutura Rosane Pires, Carla e Rosane Azevedo é em relação ao espaço físico na possível volta as aulas presenciais, já que terão que obedecer uma distância mínima de 1,5m entre os alunos e as salas normalmente são pequenas comparado a esse distanciamento. Outro ponto abordado pelas colegas Mirene e Rejane que são responsáveis no Comitê pelo transporte escolar devido ao layout dos ônibus. Foi discutido e bastante enfatizado pelos integrantes do grupo o ensino remoto em EAD. A Diretora Andréa Escovar, relatou o cuidado que estão tendo na preparação das possíveis aulas remotas e semipresenciais. O secretário comentou sobre uma publicidade do nosso trabalho e que iria enfatizar na reunião de diretores (as) para que fizessem um diagnóstico da sua comunidade. Ficou como encaminhamento para as reuniões de segunda-feira, nos grupos separados de discussão: A finalização do questionário, proposta piloto para os 9º anos do Ensino Fundamental e do calendário escolar. Sem mais nada a constar, dou por encerrada a presente ata.

#### **Ata 07/2020**

Aos deztoitos dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, reuniram-se os integrantes do Comitê de elaboração do Plano de Contingência através da plataforma zoom para tratar dos seguintes temas: Leitura do texto elaborado como 1ª parte do Plano de Contingência – Projeto Piloto, para os 9ºs anos do Ensino Fundamental e 4º etapa da EJA. Débora Amaral indagou se todo o GT concorda com a proposta de ensino remoto em 30%? Se sim, deve orientar

caminhos para todos os níveis e modalidades de ensino. A partir do questionamento, ficou em discussão se o documento apresentará inicialmente somente orientações ao 9º ano e 4ª etapa da EJA, ou se embora seja aplicado, primeiramente para esse ano, se já não teria que ter no Plano as estratégias e orientações para os demais anos, níveis e modalidades. Decidiu-se escrever para todos níveis e modalidades, pensando num primeiro momento nas estratégias remotas. O Superintendente Pedagógico Prof. Felipe Alonso, colocou para todos os integrantes do Comitê o esboço das medidas que vão nortear as atividades a serem desenvolvidas pelas escolas durante esse período. Foi relatado também que o Grupo da infraestrutura apresentará suas medidas de protocolo na próxima reunião. Sem mais nada a constar encerro a presente ata.

#### **Ata 08/2020**

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, reuniram-se através da plataforma zoom os integrantes do Comitê de elaboração do Plano de Contingência. O Secretário de Educação Prof. André Lemes, iniciou a reunião anunciando a nomeação dos novos Conselheiros de Educação. Explicou que os mandatos estavam vencidos e que foi necessária a recomposição do CME. Informou também que fez o convite para que todos novos conselheiros participem do Comitê a fim se dialogarem com todos, irem se inteirando sobre as discussões e também pela importância do CME nesta elaboração, já que o Plano precisará ser reconhecido e aprovado pelo Conselho. Foi realizada a leitura da prévia do Documento Geral. Sendo apresentado um conjunto de ações desenvolvidas pelo GT da infraestrutura para serem aplicadas nos espaços escolares, como protocolos de distanciamento, higienização dos ambientes, questões do transporte escolar, práticas da Educação Física, logística na entrega do material escolar aos alunos que não possuem meios eletrônicos. Foi discutido também pelos integrantes do Comitê a questão do questionário base que será enviado às escolas. O diretor Jayme levantou a dúvida sobre este ser o melhor momento para o lançamento do Questionário (Consulta Pública), já que os casos de COVID-19 estão aumentando na Cidade



e isso poderia gerar a ideia equivocada de que estaremos voltando em breve em plena Pandemia. Dóris acompanhou o pensamento do professor Jayme também defendendo a ideia de esperar um pouco para a publicação do Questionário. Sobre o assunto, não houve uma votação para chegar-se a uma decisão. Sem mais nada a constar encerro a presente ata.

### **Ata 09/2020**

Reuniram-se através da Plataforma Digital Zoom às 14 horas do dia dois de julho do ano de dois mil e vinte, os integrantes do Comitê de Contingência Covid-19, criado pela Secretaria de Município da Educação da cidade do Rio Grande, com o objetivo de elaborar diretrizes que venham a contribuir com o executivo municipal da cidade. A reunião do Comitê COVID-19 SMEd, iniciou-se com a fala do Secretário de Educação e Coordenador do Comitê Prof. André Lemes da Silva, onde fez a apresentação dos novos membros integrantes do Comitê reforçando assim a legitimidade que este Comitê possui junto a comunidade riograndina. Se referindo aos Conselheiros de Educação que tomaram posse no dia 25/6, o Secretário manifestou o pedido que fez ao CME para que os conselheiros integrassem o Comitê uma vez que, o Plano de Contingência elaborado pelo Comitê terá que ter a aprovação do Conselho Municipal de Educação ressaltando a importância do documento ser construído em conjunto. O Secretário ainda relatou que foram feitos os primeiros ajustes na construção do documento para o ensino remoto elaborado pelos dois subgrupos sendo eles, o pedagógico e o infraestrutura, em sua fala mencionou também que os GTs já estão se articulando na elaboração do 2º documento que trata sobre o retorno das aulas presenciais. A Presidenta do CME Prof.<sup>a</sup> Waléria Buseti, mencionou que os membros do Conselho já estão estudando o documento, neste momento o Secretário, também ressaltou o pedido que fez solicitando a elaboração do parecer pelo CME apontando sobre a autorização do ensino remoto. A Prof.<sup>a</sup> Waléria informou que o Conselho abordará este assunto na pauta da próxima reunião. O Superintendente e Coordenador do GT Pedagógico Prof. Felipe Alonso, ressaltou que o documento que está sendo construído prevê a data de 13/7 para o início das atividades remotas, porém acredita que esse prazo deverá ser estendido, pois o Plano de Contingência deverá ser aprovado pelo CME no qual tomou posse recentemente. Após sua explanação o Comitê

foi unânime em concordar que a data supracitada está muito próxima para iniciar as atividades remotas devido ao avanço de casos do COVID-19 no município. Rosane, relatou que nas escolas particulares onde trabalha têm professores levando atividades para os alunos em casa e que isso não poderá se tornar um hábito e sim uma situação pontual. Bárbara Bauer, mencionou que os pais das escolas particulares de Educação Infantil estão ansiosos pela volta das atividades presenciais e que ela se sentia acolhida pela decisão da Prefeitura de levar em bloco o retorno dos alunos, tanto estado, município e particulares. O Comitê está dividido em duas frentes um GT direcionado ao Pedagógico onde, possui subgrupos sendo criado por último o subgrupo dos anos iniciais. O Secretário orientou que fosse também criado um subgrupo da Educação de Jovens e Adultos, modalidade que possui um expressivo grau de evasão sendo necessário criar uma estratégia para não aumentar este índice devido a pandemia do Covid-19. Já o outro grupo que trabalha questões de Infraestrutura, ficou responsabilizado para avançar no debate de protocolos para o retorno, sendo citadas questões como o Transporte Escolar. Bernadete Moraes e Elisangela Macedo, relataram que por enquanto não vislumbram ensino remoto nas escolas onde estudam alunos com deficiência. Os grupos mencionados acima farão sua reunião no dia 6/7 para sistematizar o conteúdo para apresentar no dia 9/7 durante a reunião do Comitê. O Secretário comunicou que tomou por decisão como medida preventiva para atual situação na qual estamos enfrentando, não aceitar mais novas matrículas na rede municipal de ensino devido a não termos mais vaga na rede e por fim, informou de uma plataforma gratuita que buscou informações no estado de São Paulo, com a finalidade de auxiliar no ensino da Rede Municipal. Nada mais havendo a tratar, por ter secretariado a reunião encerram a presente ata Rosane Machado de Azevedo e Vinícius Kercher.

### **Ata 10/2020**

Reuniram-se através da Plataforma Digital Zoom às 14 horas do dia nove de julho do ano de dois mil e vinte, os integrantes do Comitê de Contingência Covid-19, criado pela Secretaria de Município da Educação da cidade do Rio Grande, com o objetivo de elaborar diretrizes que venham a contribuir com o executivo municipal da cidade. Estavam presente os seguintes membros: Ana

Cristina Garima Jaques; André Lemes da Silva; Andréa Santiago Escovar; Bárbara Bauer Silva; Bernadete Marin de Oliveira Moraes; Carla Renata do Pinho Martins; Chirly Machane Cesar Duarte; Cláudia Franz Vieira; Cláudia Silaine Miranda da Silveira; Débora Medeiros do Amaral; Débora Carvalho de Oliveira; Dóris Regina Acosta Nogueira; Elisângela Gonçalves Macedo; Fabio Alexandre Dziekaniak; Jayme de Freitas; Lisiane Kisner Silveira Torres; Mirene Cavalcante Meireles; Nara Suzana Pereira da Silva; Natali Pucinelli; Patrícia Amaral; Patrícia Pinto Noronha; Rejane Magano Souza; Rita de Cássia Madruga de Souza; Rosane Machado de Azevedo; Roselle Solano Rodrigues; Sicero Miranda; Taciane Borges Umpierre de Moraes; Tânia Tuchtenhagen Clarindo; Vanessa Ribeiro; Vinícius Kercher; Waléria Vargas Buseti. A reunião do Comitê COVID-19 SMED, iniciou-se com a fala do Secretário de Educação e Coordenador do Comitê Prof. André Lemes da Silva, comunicando que o integrante Vinícius Kercher, vai realizar as atas das reuniões com a finalidade de mantermos uma sequência das reuniões realizadas, ficando acertado que cada ata, será enviada por e-mail para aprovação pelos membros do Comitê de Contingência Covid-19. Informou ainda que o Superintendente e Coordenador do Grupo do Pedagógico Prof. Felipe Alonso e a Superintendente da Secretaria da Educação Prof.<sup>a</sup> Vanessa Pintanel não participarão da reunião devido a problemas de saúde. Deu início a pauta da reunião disponibilizando os primeiros 30 minutos para relatos gerais e compartilhamentos de informações, solicitando a Presidente do CME Prof.<sup>a</sup> Waléria Buseti, que fizesse um feedback sobre o parecer que está sendo elaborado pelo Conselho Municipal de Educação – CME. A Prof.<sup>a</sup> Waléria, relatou que o CME está fazendo uma primeira análise e que a conselheira Lisiane Kisner já fez uma primeira versão, mas que ainda não está pronto. Relatou ainda, que a conselheira Gionara Tauchen também encaminhou outra parte de estudo do parecer e a perspectiva é que na próxima reunião que será no dia 14/7 já teremos um denominador comum sobre o parecer. O Secretário retornou sua fala mencionando sobre o novo texto aprovado pela Câmara dos Deputados e que posteriormente será encaminhado para votação do Senado. Dando início as apresentações de trabalho realizado pelos grupos do Comitê a Elisângela Macedo, integrante do GT Pedagógico relatou questões do subgrupo da Educação Especial, informando que solicitaram que as escolas encaminhassem as demandas e o posicionamento destas, sobre o retorno do

ensino não presencial. Também relatou que na próxima semana o grupo apresentará este documento elaborado juntamente com as demandas para serem analisadas. Bernadete Moraes, informou que as escolas especializadas encaminharam um texto para contribuir com o documento. O Gerente Pedagógico Prof. Fábio Dziekaniak, que compõe os subgrupos da Educação Infantil e Anos Iniciais, comunicou que os integrantes, irão se encontrar na próxima segunda 13/7 para trabalhar no documento. O Secretário compactuou com o Comitê que na próxima reunião dia 16/7 o documento construído pelos grupos será compartilhado. Chirly Duarte do subgrupo da Educação Infantil, apresentou o esboço para a aprovação de todos e mencionou que a partir da aprovação do grupo o subgrupo irá dar seguimento no trabalho. Ainda foi relatado a importância do trabalho como vínculo para não regredir as ações que já foram conseguidas. O Secretário relatou sobre a flexibilização dos dias e as horas aulas mencionando que é preciso aprofundar nas questões relacionadas as peculiaridades das faixas etárias, dando exemplo, de uma criança de 6 anos que se encontra no nível II da Pré-Escola independente de quando terminar este ano a criança tem que concluir, pois ela não pode pular esta etapa. Afirmou que o subgrupo da Educação Infantil tem que aprofundar esta questão tendo um olhar bem específico para esta análise. Mostrou-se preocupado com a transição para rede particular e estadual, pois é preciso garantir a continuidade, explicando que não podemos validar o pensamento que a etapa da Educação Infantil não é fundamental para criança. Roselle Rodrigues, questionou sobre a obrigatoriedade em relação a creche, se o responsável teria ou não a opção de levar a criança, embora ela entenda da importância da Educação Infantil, esta pergunta faz necessária, pois recebe muita mensagem dos pais que não querem levar, porém, a questionam sobre a garantia da vaga. O Secretário frisou que esta é mais uma dúvida para pensar porque se aplica o percentual de 60%, mas não implica a perda da vaga. Salientou que os responsáveis das crianças da faixa etária de 0 a 3 anos podem não levar porque não é obrigatório, mas 4 e 5 anos terão que levar pois, já é obrigatório. Dóris Nogueira, acredita ter sido válido compartilhar o documento da Educação Infantil, uma vez que é necessário pautar as questões que os colegas abordaram. O Secretário sugeriu chamar os profissionais de Educação Infantil das escolas e apresentar o documento afirmando que se preocupa com todas as áreas, mas Educação Infantil e

Educação Especial lhe causam mais preocupação. Chirly Duarte, relatou que outras pessoas da área também estão nos dando apoio. O Secretário mencionou a importância de uma conversa com a FURG que possui pesquisa na área e outros grupos que têm uma caminhada importante na cidade, sendo válido estes grupos ajudarem mesmo não estando no Comitê, disponibilizando-se a marcar reuniões com responsáveis por estas entidades da cidade. A Prof.<sup>a</sup> Waléria informou que na área do Desenvolvimento Humano da Faculdade Anhanguera, possuem trabalho em escolas visando o não desenvolvimento de patologia, disponibilizando estes materiais. O Secretário retomou a fala questionando como será o Transporte na Educação Infantil. Mirene Meireles, colocou a preocupação de como os alunos vão chegar a escola e coloca-se a disposição, para pensar junto neste subgrupo pois, tem identificação com a Educação Infantil e também com a Educação Especial. O Secretário mencionou que questões do transporte escolar devem ser conversadas nos subgrupos e acredita ser importante que as integrantes deste Comitê Mirene Meireles e Rejane Magano se insiram nos grupos para pensarem estas questões do Transporte Escolar. O subgrupo da Educação de Jovens Adultos, relatou que na semana retrasada se organizaram e estão com documento em itens, e que na próxima semana irão apresentar para o Comitê. No subgrupo dos Anos Iniciais estão sendo pensadas como será a transição da etapa dos Anos Iniciais para os Anos Finais do Ensino Fundamental. Rejane Magano, falou de sua preocupação com os alunos dos 5º anos, visto que a maioria deles saem das Escolas do Campo e duas escolas específicas vão para Escola do Estado. O Prof. Fábio, mencionou que é exatamente o que o subgrupo vem debatendo. Retomando a palavra o Secretário disse: que todas estas questões procedem e estão se alicerçando bem, salientando que o caminho está sendo construído e que o documento elaborado pelo grupo só será comunicado para as escolas após aprovação do CME. Pediu que ficasse como exercício que os subgrupos trouxessem a prévia de estudo registrado. Afirmou a importância da criação do subgrupo da EJA devido a problemática do atendimento e funcionamento das escolas afirmando que o nosso foco é não deixar ninguém para trás. Natali Pucinelli, grupo da Infraestrutura, relatou que na última reunião do grupo dia 6/7 foi avançado nos procedimentos essenciais para o retorno, frisando que retornaram nos tópicos e debateram questões relacionadas ao espaço físico do refeitório. Ainda trouxe um questionamento

sobre a nomenclatura correta para utilizar na construção do documento, se o correto seria Semipresencial e/ou Presencial, entendendo que o ensino Semipresencial não irá acontecer porque o aluno estará integral na escola, respeitando obviamente as normativas do Plano de Contingência. O Secretário acredita que o correto é presencial, se o transporte for até o interior encontrar o aluno, aí sim será semipresencial, mas afirmou que temos que pensar os dois caminhos nesse momento. Natali, compartilhou o documento que está sendo construído pelo grupo e apresentou algumas alterações que foram realizadas na última reunião. Mirene Meireles, contribuiu com a explicação colocando que existe a dúvida sobre o tempo de uso da máscara. Rosane Azevedo, afirmou que leu que a Anvisa salienta o uso por 3 horas. Ainda sobre o uso da máscara Roselle, demonstrou dúvidas com a obrigatoriedade do uso, questionando como vai ser abordado no documento e também como será a ação do diretor (a) caso chegue alguém sem máscara. Foi debatido na reunião do Grupo de Infraestrutura sobre a prática de Educação Física, foi salientado a importância de conversar com o núcleo de Educação Física para saber o que fazer, mas existe a preocupação devido ao decreto publicado pelo estado sobre as práticas de esporte. O Secretário relatou que em Rio Grande, iremos fazer o que os médicos e a vigilância sanitária mandarem, pois, a portaria é um reflexo do momento por isso, a importância de dialogar com os profissionais. Bárbara perguntou se mesmo com os vetos da Lei Federal referente ao uso de máscara se poderemos obrigar ou seja, se teremos está liberdade. O Secretário respondeu que acredita que os vetos serão certamente reavaliados e também que as restrições sanitárias estão nas atribuições de Prefeitos e Vereadores. Bárbara acredita que é preciso fazer um exercício antes com as famílias para criarem o hábito de usarem a máscara. O Secretário afirma que já solicitou que os diretores (as) auxiliem criando estímulo para a prevenção do novo coronavírus. Elisângela, sugeriu no item “n” do documento apresentado pelo grupo da infraestrutura que seja acrescentado a seguinte redação: “salvo alguma especificidade dos estudantes com necessidades especiais” O Secretário acredita que vamos avançar nesta questão quando o grupo da Educação Especial apresentar o documento, aí poderemos especificar. Bernadete lembra em sua fala que o autista tem risco o tempo todo e que estas especificidades devem ser colocadas no Plano de Contingência de cada escola. Mirene ressaltou

que deve haver um cuidado com a plenitude deste documento. Elisângela mencionou que existem escolas que não lembram destas especificidades por isso, a importância de constar no documento. O Secretário relatou que como é a SMEd que vai avaliar, ela terá esse olhar. Ainda sobre o tema afirmou que algumas regras de infraestrutura devem ser generalizadas para as escolas. Elisângela acolheu a sugestão do Secretário de ver primeiro o texto da Educação Especial, para depois avançarmos nas sugestões. Débora Amaral, abordou o tema sobre aplicabilidade do questionário de perguntas para as famílias sobre o retorno das aulas, afirmando ser de extrema urgência disponibilizar, pois a partir dele saberemos quantas famílias irão responder, disse ainda que é algo de fundamental importância ter a voz da família como mecanismo pois, a comunidade tem que saber o que estamos fazendo. O Secretário disponibilizou as ferramentas tecnológicas da Prefeitura juntamente com o canal decide Rio Grande. Sugeriu que as questões 2 e 4 do questionário sejam suprimidas ou reformuladas, lembrando que às outras questões são de diagnóstico. As perguntas foram analisadas pelos presentes que autorizaram enviar para setor responsável para colocar na página como primeira consulta pública do Comitê. Tânia, pensa ser importante o questionário pois, se a família faz parte, ela nos auxilia. Lisiane mencionou a importância de conversar com a comunidade e os conselhos escolares. Roselle também afirma ser importante aplicando as ressalvas e afirma que abraça a ideia da Débora Amaral. No chat da reunião Jayme de Freitas, reiterou a preocupação do pensamento com a mensagem que podemos estar passando. Afirma que concorda com a ferramenta do questionário, com a consulta, mas acha que não é o momento. Ainda lembrou que manifestou preocupação sobre isso quando estávamos em bandeira laranja que agora em bandeira preta, piora a situação. Débora acredita que é preciso comunicar que a educação está em movimento para amenizar estas angústias porque estamos num momento crítico. Natali afirma que como mãe de aluno acha o questionário muito válido. O Secretário tomou a palavra dizendo que com todas as ressalvas existe um consenso em disponibilizar o questionário e solicitou que as integrantes do grupo Débora e Barbará reorganizem as questões 2 e 4. Fez por fim, um pedido ao Comitê do compromisso de enquanto não for comunicado formalmente não repassar as informações. Ficando estabelecido que a Débora, construirá o calendário de divulgação para fazer chegar ao

máximo de pessoas possíveis. Débora relatou que irá separar um card e um texto de divulgação para o Comitê aprovar. Por fim o Secretário lembrou que as vedações eleitorais foram postergadas até 15 de agosto. Sem mais nada a constar e por secretariar a reunião eu, Vinícius Kercher encerro a presente ata.

### **Ata 11/2020**

Reuniram-se através da Plataforma Digital Zoom às 14 horas e 30 minutos do dia dezesseis de julho do ano de dois mil e vinte, os integrantes do Comitê de Contingência Covid-19. Estando presente os seguintes membros: Ana Cristina Garima Jaques; André Lemes da Silva; Andrea Nunes da Rosa; Andréa Santiago Escovar; Bernadete Marin de Oliveira Moraes; Carla Renata do Pinho Martins; Chirly Machane Cesar Duarte; Cláudia Silaine Miranda da Silveira; Débora Carvalho de Oliveira; Dóris Regina Acosta Nogueira; Elisângela Gonçalves Macedo; Fabio Alexandre Dziekaniak; Felipe Alonso dos Santos; Lisiane Kisner Silveira Torres; Maria Luiza Tavares Ferreira; Michele Meneses; Mirene Cavalcante Meireles; Nara Suzana Pereira da Silva; Patrícia Amaral; Patrícia Pinto Noronha; Rejane Magano Souza; Rita de Cássia Madruga de Souza; Rosane da Silva Pires; Roselle Solano Rodrigues; Sandra Rejane de Ávila; Sícero Miranda; Suzane da Rocha Vieira Gonçalves; Tânia Tuchtenhagen Clarindo; Vanessa Ribeiro; Vinícius Kercher; Waléria Vargas Busetti. A reunião teve início com a fala da Presidenta do CME Prof.<sup>a</sup> Waléria Busetti, informando que recebeu um ofício da Associação de Orientação Educacional do Rio Grande do Sul, mencionou que disponibilizou no grupo de WhatsApp e quem tiver oportunidade acredita ser importante a leitura. Neste momento alguns integrantes do Comitê manifestaram-se dizendo da importância deste ofício. O Secretário de Educação André Lemes, começou sua fala mencionando que as atas das reuniões serão encaminhadas por e-mail anteriormente para que o Comitê possa aprovar os registros feitos no último encontro. Roselle Rodrigues, questionou sobre quando irá sair o decreto autorizando a construção do Comitê das escolas. O Secretário mencionou que autorização não precisa ser um decreto, necessita ser uma deliberação do Comitê ainda mencionou que acredita que hoje possa sair esta deliberação para que as escolas encaminhem a composição dos seus Comitês para que possamos publicar as portarias de nomeação dos Comitês de cada escola. Solicitou que seja colocado em votação



este assunto ou seja, o encaminhamento por parte da SMEd da solicitação da indicação. Salientou que é preciso ter representações dos professores, funcionários, estudantes e pais de alunos caso seja possível, mas caso não tenha representação de algum segmento apresentar alguma estratégia de escuta. Dando prosseguimento mencionou que anteriormente conversou com Michele Meneses, Coordenadora da Vigilância e Saúde do município e solicitou que a mesma, fizesse um balanço da situação geral do último boletim epidemiológico. Ainda em sua fala, o Secretário, antecipou que terá que se ausentar da reunião justificando o motivo. Propondo como pauta após escutar a Coordenadora da Vigilância e Saúde, que façamos uma rodada sobre o que os grupos já realizaram, também relatou que existe uma proposição do CME que este lance na próxima semana sua primeira prévia sobre o documento com orientações para o Sistema de Ensino possibilitando que a SMEd apresente uma proposta de calendário de atividades para realizar no mês de julho e agosto, sendo este compartilhado com o Comitê. Após a explanação do Secretário, Michele começou a apresentar detalhadamente o boletim semanal epidemiológico número 28 que é relativo de domingo até sábado, mencionando a importância dos integrantes do Comitê terem o conhecimento uma vez que, esse grupo são multiplicadores de informações auxiliando na divulgação de informações sobre cuidados e a importância do isolamento social. O Secretário a questionou como estão sendo as projeções para as próximas duas semanas. Michele relatou que já passamos de seiscentos casos e hoje entrará um quantitativo bastante grande, pois os dados dos laboratórios particulares são entregues na quarta-feira, por isso, na quinta-feira os dados são números bastante expressivos. Em relação as projeções relatou que estas, são muito empíricas o município no início estava mais tranquilo em relação a outros, porém por último deu uma elevação em número de casos, devido termos aumentado as testagens na cidade e também estarmos testando os contatos de pessoas que tiveram relação com positivados, ao contrário de outros municípios da região que não vinham fazendo isto e que começaram a partir de agora devido as orientações que tivemos de uma reunião a nível estadual. Salientou que o município do Rio Grande, antes do que orientou o Protocolo de Saúde do estado já vinha fazendo as testagens, porém mesmo com a testagem em massa há um número expressivo de casos, afirmando que nossa transmissibilidade está

altíssima estando subindo a curva, ainda não entramos em platô devido o número de contatos de positivados estar sendo muito grande. Relatou que ainda não temos previsão de acordo com a epistemologia de redução dos casos e nem um decréscimo se não tivermos uma ajuda coletiva da população, pois mesmo de bandeira preta e vermelha a população não aderiu o distanciamento. O Superintendente Pedagógico Prof. Felipe Alonso, contribuiu com sua fala, dizendo que a exatamente duas semanas havia aglomeração no Cassino com a praia e avenida lotada, sendo um reflexo de como a população está se comportando. Michele relatou que nos próximos dias acredita que estará saindo uma regulamentação referente ao uso de máscara mesmo, já havendo a nível de estado, afirmando que a forma educativa é a maneira mais plausível de conhecimento, mas não estamos tendo resultados. O Secretário solicitou a Michele que sempre quando puder nas quintas-feiras, realize no início da reunião a apresentação do boletim semanal. Michele, salientou que a educação é uma grande parceira, pois é através dela que iremos multiplicar as informações e orientações. O Secretário relatou que as escolas da Rede Municipal estão em uma campanha educativa muito forte e bonita com orientações, uso de máscara, higienização das mãos e recados dos professores. Afirmou que a educação encampou o pedido feito pelo Prefeito Alexandre Lindenmeyer, de fazer campanhas educativas junto como nossas comunidades escolares. O Secretário reforçou que a cidade do Rio Grande, está fazendo um esforço muito grande para ampliar o número de teste e o resultado tem aparecido, porém, não significa que estamos pior que outras cidades, em números oficiais sim, mas acredita que quanto mais testes isto, fará com que soubemos onde estão os problemas possibilitando organizar a proteção das pessoas. No entanto, o que lhe deixa nervoso é que muitos estão vindo a falecer por esta doença. Michele finalizou sua fala solicitando auxílio que sejamos vigilantes populares para podermos fazer um fluxo mais eficiente, pois é possível de ocorrer falhas no decorrer do trabalho e solicitou fazendo o pedido de que se conhecermos alguém que não foi testado, ou que apresenta os sintomas que a comunique colocando-se à disposição. O Secretário mencionou que o chamou atenção que somando estudantes e profissionais da educação chega um entorno de sessenta pessoas, lhe deixando preocupado que é um público nosso que também está sendo contaminado, sendo assim devemos ficarmos vigilante e ampliar nossas

campanhas. Dóris Nogueira, contribuiu na fala dizendo que o número de crianças infectadas foi o que mais lhe chamou atenção, sendo um reflexo do que vai para dentro da casa. O Secretário por motivo já mencionado passou a coordenação dos trabalhos para o Prof. Felipe e para o Prof. Fábio, solicitando que focássemos na parte pedagógica a partir do que já foi construído e validado pelo Comitê e o CME referindo-se ao primeiro documento já elaborado. Salientou que quando vê o número de casos percebe o quanto está distante o nosso retorno de forma presencial não tendo perspectiva de retorno presencial. Por último fez o pedido que façamos a avaliação para encaminhar ao Prefeito e o Comitê Técnico da Saúde referente a prorrogação da suspensão das atividades presenciais para o mês de agosto. O Superintendente Pedagógico Prof. Felipe Alonso, desculpou-se pela sua ausência na reunião anterior justificando que não participou por questões de saúde. Iniciou sua fala relatando que na semana passada o GT Pedagógico avançou bastante no texto das questões do semipresencial referente a Educação Especial e Anos Iniciais tendo um documento para compor aquilo que já foi apresentado pelos Anos Finais, sendo que esta experiência servirá para escrever a sessão da EJA e Educação Infantil, este último tendo por ideia pensar a partir do semipresencial. Compartilhou com o Comitê o cronograma de atividades da SMed, no momento pelo cronograma o CME encontra-se com o Documento I referente as atividades não presenciais do Sistema Municipal de Educação. Apresentou como proposta um calendário para o Comitê pensar em conjunto, estando prevista a data de 20/7 para lançar a segunda jornada formativa com foco nas metodologias ativas e o documento curricular Rio-grandino com o tema conversando e dialogando com os professores sobre experiências formativas de um trabalho não presencial de como isso é possível na organização do espaço escolar, a partir do dia 21 até 24/7 estabelecendo processo formativo com os diretores (as) coordenadores (as) supervisores (as). Disponibilizar a pesquisa da Rede Municipal para os responsáveis e utilizar-se dos dados levantados até o dia 31/7. Relatou em sua fala a possibilidade que no dia 24/7 o CME possa dar o retorno do parecer de orientação para a reorganização das atividades pelo Sistema Municipal de Ensino, acreditando que esta data é tranquila pelo que escutou da fala de alguns conselheiros. Nos dias 29 a 31 de julho, está previsto o início do processo formativo com os professores 5ºs anos, 9ºs anos e IV módulo da EJA sobre a

organização das atividades não presenciais. Prevendo que as escolas até o dia 7/8 tenham tempo para organização das turmas, fazendo a vinculação do professor com sua turma, estando com o diagnóstico da escola em mãos, conseguindo versar junto com seus professores quais são as melhores estratégias sendo dia 10/8 o início das atividades escolares não presenciais ao que versa o documento. Relatou que esse cronograma apresenta de novo e diferente do Documento I a inserção dos 5ºs anos, por termos avaliado na escuta dos diretores (as) e outros grupos o relato que tem muitas escolas que irão fazer a transferência desses alunos para os Anos Finais para escolas da Rede Estadual. Finalizando a apresentação do cronograma mencionou que a SMEd não tem previsão de retorno das atividades de módulo presencial. Afirmando que a partir deste cronograma damos conta do Documento I, ficando como próximo passo a organização do Documento II que versa sobre as atividades escolares no semipresencial. Após sua explanação o Gerente Pedagógico Prof. Fábio Dziekaniak, abriu espaço para que os participantes fizessem uso da palavra. A Prof.<sup>a</sup> Waléria, solicitou que seja enviado para o CME o cronograma apresentado, pois é interessante que o Conselho tenha. Relatou que o CME está trabalhando muito utilizando como metodologia uma divisão de tarefas. Afirmou que hoje já foi elaborado a primeira parte do parecer e acredita que em breve, já estará com ele pronto para enviar para SMEd. O Prof. Felipe, mencionou para Presidenta do CME, que a data do dia 24/7 é uma previsão porque necessitavam desenhar o cronograma, mas se for preciso passar para outra data este cronograma é flexível. Rejane Magano, contribuiu na fala mencionando que iremos sair com dois documentos um com as normativas e outro respaldando a Educação Infantil, 5ºs anos e EJA. Sandra Ávila, afirmou representando o CME que este é um grupo novo e que está tendo bastante demanda, reafirmando as palavras da Prof.<sup>a</sup> Waléria que é um espaço democrático e de bastante aprendizagem. Prof. Felipe deu continuidade à reunião passando a palavra para os diretores (as) de escola que compõe o Comitê. A Diretora Andréa Escovar, mencionou que as datas estão tranquilas, sendo importante para termos um norte de quando as atividades remotas irão começar. O Prof. Fábio, relata que foi pensando quando fizeram a composição das datas de garantir um período para o processo formativo, com metodologias ativas também relacionado ao documento orientador colocando o professor e o estudante ativo na participação

e não aquele pensamento do professor detentor do conhecimento fugindo da questão do conteúdo, não considerando que este momento seja apropriado para preocupar-se somente com conteúdos pelo contrário e sim, com a aprendizagem de outras questões pensando na formação humana integral. Afirmando que no processo formativo que a SMEd irá desenvolver irão abordar a questão sócio emocional, sendo importante nas duas primeiras semanas contextualizar o momento que estamos vivendo, até mesmo, para o aluno se contextualizar neste novo ambiente de aprendizagem sem o espaço da sala de aula de forma física. A Diretora Roselle Rodrigues, disse que é muito importante a parte de ouvir as crianças, relatou que fez uma conversa com os alunos sobre o brincar dentro de casa e todos gostaram afirmando que o público da Educação Infantil está com necessidade do diálogo. O Prof. Fábio retomou a palavra lembrando que o calendário foi pensado para os 9ºs anos e 5ºs anos uma vez que, são etapas concluintes do Ensino Fundamental, considerando que o 9º ano seja um pouco mais tranquilo em função de ter um número reduzido de turmas, porém, por uma questão de organização das equipes de cada escola é preciso avaliar o início concomitante devido a algumas escolas principalmente as maiores dando como exemplo a E.M.E.F. Helena Small. Em relação ao calendário a Diretora Nara Pereira, disse que o cronograma é válido e fazia falta para termos uma visão na prática, mas se preocupa com o gerenciamento das atividades remotas dando exemplo o 9º ano de sua escola, este consegue-se realizar atividades utilizando internet o que não é possível com o 5º ano, então terão que utilizar-se de atividades físicas preocupando-se com os protocolos para entrega e retorno destas. Elisângela Macedo, questionou qual o momento que Plano de Contingência será disponibilizado para as escolas para que estas possam organizar os seus Planos dentro dos seus Comitês. O Prof. Felipe mencionou que o Secretário já vem sinalizando a necessidade de avançar neste documento para podermos dar conta do cronograma. Afirmando que dependemos da normativa do CME, mas lembra que já foi enviado para as escolas o Documento I e acredita que estas já estão construindo o seu Plano de Contingência. Nesse momento é preciso avançar na Educação Especial, Educação Infantil e EJA. Salientou que temos o prazo de uma a duas semanas no máximo para finalizar estes documentos e disponibilizar quando o CME nos autorizar. Rejane, corrobora mencionando que o Comitê irá validar os Planos de Contingências das

escolas, e algumas estão muito articuladas, mas outras talvez não estejam refletindo se o cronograma não está com datas muito próximas. Nara colocou que é possível estarem sem os servidores da limpeza, pois estão assinando o aviso prévio. Roselle salienta que na reunião dos diretores (as) o Secretário disse que as escolas não irão ficar sem os profissionais. Fábio lembrou que as duas primeiras semanas serão de diálogo e cuidados com questões emocionais como falou no início da reunião. O Diretor Sícerio Miranda, começou sua fala mencionando sobre o movimento que tem feito desde o início com a comunidade escolar, devido sua realidade o diálogo com as famílias já era por grupos de WhatsApp, e agora estão avançando nesse movimento relatando a experiência que tiveram ontem sobre o I Encontro Virtual com Estudantes. Trouxe para o grupo que desde março estão sem um Protocolo Oficial lembrou também que sempre foram estimulados a manter o contato com os alunos, posteriormente houve um movimento com os professores avançando em algumas coisas reafirmando que todos estão trabalhando, mas precisa ter um direcionamento necessitando dar uma resposta para comunidade escolar, pois chegamos no nosso teto precisando posicionar uma data. Solicitou como Gestor de Escola que se encaminhe algo referente a uma data uma vez que, a grande maioria das escolas já fizeram a aproximação sendo do posicionamento que é preciso direcionar a data trazendo um retorno oficial para a comunidade escolar. Dóris, mencionou que se preocupa com este descompasso entre nível de rede, relatando que tem escolas que já estão trabalhando com esta modalidade de ensino remoto, outra coisa que lhe preocupa bastante é com a ida dos pais até a escola para pegarem o material. Lembrou ainda que iríamos largar os cards, pois seria uma maneira da comunidade escolar ficar um pouco mais tranquila. O Prof. Felipe, colocou em votação se todos concordavam já que o cronograma irá para rua, se faz necessário que os cards também sejam lançados juntos com este cronograma. Neste momento houve alguns questionamentos sobre as escolas já estarem fazendo estas atividades sem Plano de Contingência sendo mencionado a importância de regularizar este processo. Felipe mencionou que as ações de uma ou duas escolas não são ações da Rede Municipal salientando ainda que a SMEd não orienta que os professores vão até a escola, mas pode acontecer então, o Documento I servirá para orientar este processo. Elisângela, observou que assim quando voltarem as etapas estabelecidas no primeiro

retorno irá voltar também alunos com necessidades, então é preciso que as orientações da Educação Especial saiam no Documento. Chirly Duarte, colocou sua preocupação como os 5ºs anos, questionando sobre os protocolos de como funcionará caso precisem retirar materiais. O Prof. Fábio esclareceu a questão dos 5ºs anos que vem surgindo nos grupos, nas escolas, no CME e por esse assunto está cada vez mais inflamado nos pequenos grupos e devido a preocupação das escolas onde os alunos irão para outra rede, foi decidido que também seria uma boa estratégia iniciar a experiência do ensino não presencial com a etapa do 5º ano, levando todas as primeiras etapas a um processo de testagem. O Prof. Felipe finalizando a discussão sobre o Documento I, mencionou que o cronograma com as datas serve para termos um diálogo, pois se chegarmos ao dia 10 de agosto e estivermos em outra situação terá que alterar a data então, este será para as escolas terem um norte de planejamento. Rejane questionou uma dúvida relacionada ao CME, informando que estamos realizando o ato normativo e questionou se o Plano de Contingência será submetido ao CME. Felipe mencionou que o Conselho irá regulamentar o que não está previsto dando por exemplo o ensino não presencial. Afirmando que tudo que estamos construindo deve receber orientação do Conselho. Prof.<sup>a</sup> Waléria mencionou que o CME irá trabalhar com o macro, ou seja, realizando as normativas. Em sua fala ainda questionou se irá haver treinamento de uso dos equipamentos pelos funcionários. Rejane relatou que isto está sendo trabalhado no GT da Infraestrutura, em relação aos questionamentos sobre treinamento salientou que foi bem válido a colocação. Rita de Souza, mencionou que estiveram juntamente com o Secretário relatando que as escolas particulares não possuem o contato diretamente como os Postos de Saúde, onde o Secretário teria dito que irá propor um curso de apoio. Waléria mencionou que sua preocupação é referente aos trabalhadores, sugerindo que Michele Meneses, faça uma live com essas orientações. Andréa da Rosa, mencionou sobre as atividades remotas que não consegue pensar que é tão pouco aluno que vai necessitar de material impresso. Questionou também se o município está pensando nas ferramentas de trabalho para o professor (a), se os estudantes possuem internet, se estão pensando nestas questões, afirmando que o administrativo e pedagógico precisa andar juntos. O Prof. Felipe afirmou que as questões procedimentais já estão sendo colocadas no Documento I, reforçando

a importância do cronograma para podermos dar conta da demanda. O Prof. Fábio reforçou neste momento o que o Felipe falou, dizendo que no ensino remoto não será o mesmo nível do ensino semipresencial e que as escolas poderão fazer um escalonamento para entrega das atividades caso necessário. Bernadete Moraes, afirmou que mesmo havendo um escalonamento deverá ser considerado os Protocolos elaborados pelo Grupo GT de Infraestrutura. Salientou em sua fala uma ressalva que existem duas vertentes no município os alunos que são atendidos pelas escolas e os atendidos pelas escolas especializadas e este retorno o preocupa, relatando que no Comitê da sua escola existe o representante das famílias e este vem trazendo uma visão de muitos países que a Educação Especial deverá se voltar por último. Afirmando que fica preocupada quando se pensa numa Educação Especial pensada paralelamente, precisando refletir como será esta retomada. Elisângela relatou que consideraram estas questões no Documento. Sícerio retomou sua fala reforçando que temos que ter normativas e protocolos enquanto escola, dando exemplo que o estabelecimento escolar pode estar fazendo algo errado, mas questionando onde diz o que é para fazer. Prof. Felipe solicitou que fosse encaminhado um ofício para escolas para estas manifestarem-se sobre a criação dos seus Comitê internos. Solicitou também como encaminhamento a escolha dos cards e o início da campanha. Colocou para aprovação do Comitê que a partir da próxima semana o questionário esteja disponível. Tendo o parecer favorável dos presentes. Foi debatido a possibilidade que o início das atividades não presenciais comecem no dia 10/8 reforçando que estas atividades terão que seguir as resoluções emitida pelo CME e o Plano de Contingência (Documento I) aprovado por este Comitê. Rejane, trouxe para o grupo que apresenta receio com as questões de compras de materiais, se dará tempo de comprar o necessário para cumprir o Protocolo, conforme orientado no Plano de Contingência. Vanessa Ribeiro, mencionou que todas as escolas já estão se articulando, construindo seus protocolos então acredita ser possível trabalhar com a data 10/8 referindo-se ao Pedagógico. Ficando indicado por fim, está data para o início das atividades não presenciais data na qual poderá ser alterada caso venha apresentar algum indicativo que não garanta a segurança da comunidade escolar. Andrea Rosa, sugeriu que fosse orientado um revezamento nas comunidades que possuem mais de uma escola para entrega do material



pedagógico caso necessário para evitar grande circulação de pessoas no bairro. A reunião finalizou com a indicação da prorrogação da suspensão das atividades escolares presenciais até o dia 31/8. Sem mais nada a constar e por ter secretariado a reunião eu Vinícius Kercher dou por encerrado a presente ata.

### **Ata 12/2020**

Reuniram-se através da Plataforma Digital Zoom às 14 horas do dia vinte e três de julho do ano de dois mil e vinte, os integrantes do Comitê de Contingência Covid-19. Estando presente os seguintes membros: Ana Cristina Garima Jaques; André Lemes da Silva; Andréa Nunes da Rosa; Andréa Santiago Escovar; Bárbara Bauer Silva; Bernadete Marin de Oliveira Moraes; Carla Renata do Pinho Martins; Chirly Machane Cesar Duarte; Cláudia Miranda da Silveira; Débora Carvalho de Oliveira; Dóris Nogueira; Elisangela G. Macedo; Lisiane Kisner Silveira Torres; Mirene Cavalcante Meireles; Nara Suzana Pereira da Silva; Natali Puccinelli; Patricia Amaral; Rejane Magano Souza; Rosane da Silva Pires; Roselle Solano Rodrigues; Sícero Agostinho Miranda; Suzane da Rocha Vieira Gonçalves; Vanessa Pintanel; Vinícius Kercher. O Secretário da Educação André Lemes da Silva, iniciou a reunião explicando a maneira metodológica que vem trabalhando como Coordenador deste Comitê, buscando que os grupos disponibilizem anteriormente a reunião o texto de seus trabalhos para que esta torne-se mais objetiva. Resgatou que fez a proposta de conversar com as escolas de Educação Infantil e Educação Especial, salientando que provocou a agenda de encontros desta semana, reunindo-se virtualmente com diretores (as) e vice-diretores (as) das escolas de Educação Infantil e posteriormente com as direções da Educação Especial, visando ampliar as ideias. Sendo encontros importantes por serem duas áreas delicadas que estamos tomando todo o cuidado enquanto Comitê. Informou que o grupo da Educação Infantil avançou bastante, mas teremos que aprimorar ainda mais o texto. Afirmou que está fazendo as reuniões com as escolas para apresentar o que estamos fazendo e dando a possibilidade que elas ajudem o Comitê a pensar. O Secretário deu continuidade a sua fala mencionando que o GT do Transporte Escolar já fez sua minuta, deixando encaminhado que é preciso reunir com todos os motoristas, todos (as) monitoras do Transporte Escolar e chamar representantes das três empresas que são prestadoras de serviços, pois

precisamos dialogar com este coletivo. Rejane Magano, informou que já conversou com o Gabriel para utilizar a ferramenta zoom para este encontro. Patrícia Noronha, questionou o Secretário se amanhã terá a reunião das escolas privadas. O Secretário afirmou que sim, e que pode ser levado está discussão ampliada da reunião de Educação Infantil e solicitou ajuda para mobilização da reunião, pois é preciso discutir o Plano de Contingência, uma vez que, todos deverão ter que cumprir. O Secretário, fez um agradecimento a Elisângela Macedo, Rosane Azevedo e Vinícius Kercher pela contribuição na organização das atas, salientando a importância de documentar todo o trabalho para enxergarmos a evolução e a linha de avanço metodológica. Agradeceu ainda aos Conselheiros (as) Municipais de Educação, que elaboraram o primeiro parecer orientador mencionando que estamos num momento que devemos evitar a insegurança das pessoas. Bárbara Bauer, relatou que o CME acordou de realizar uma escrita para o parecer de forma sucinta neste primeiro documento. O Secretário retomou a palavra salientando que a minuta está excelente e que o CME foi bastante fiel com o momento que vivemos até aqui ficando claro quais serão os próximos passos. Conforme o Secretário, havia dúvidas sobre a assinatura digital no parecer, afirmando que estamos com um decreto autorizando o trabalho home office e que não é preciso constar assinatura devendo sair com a expressão: a via original encontra-se assinada, ou legitimamos o documento internamente. Fazendo o pedido do parecer de imediato porque precisa reeditar o decreto de suspensão das aulas necessitando fazer referência ao mesmo. Neste momento algumas Conselheiras manifestaram-se dizendo que a Presidenta Waléria Buseti, está em busca da assinatura digital, o Secretário reforçou a não necessidade, porém, com a assinatura fica mais claro ainda, mas não é um impedimento para fazer a publicação. Colocou para aprovação aos membros presentes a aprovação das atas das reuniões anteriores enviada por e-mail, sendo aprovado pelo pleno. Relatou que como não estamos fazendo assinatura física das atas, as considerações deverão ser respondidas para o e-mail visando ficar registrado. O Secretário encaminhou a reunião estabelecendo a discussão de dois pontos, sendo o primeiro o texto do Transporte Escolar e o segundo o da Educação Especial. Rejane neste momento começou a leitura do documento elaborado pelo GT do Transporte Escolar, trazendo algumas questões pontuais para a

discussão entre elas questionou se no documento deve ser ou não mencionado que os profissionais do Transporte Escolar são monitores (as) e motoristas. Citou a importância de criar um mecanismo dando como exemplo um diário de bordo no caso do aluno que não foi transportado devido estar com febre visando a informação para as escolas. No documento o GT abordou a questão do item na letra “j” no que diz respeito a lavagem ampla dos veículos, onde Rejane relatou que se utilizaram deste termo, por entender que durante o intervalo do turno manhã/tarde não há tempo suficiente para higienização completa e sim sendo possível no final de cada dia quando os veículos retornem para garagem. Sobre a questão de utilizar tapete higienizador, relatou que o grupo não acha viável uma vez que, irá se misturar com o barro perdendo assim o propósito sendo sugerido a pulverização com água e sabão que são eficazes e não correndo risco de manchar a roupa de alguma criança. Mencionou a importância da retirada de cortinas dos ônibus e da caixa de leitura e todos os demais materiais coletivos, também relatou que utilizaram o termo transporte da SME, pois nem sempre para levar atividades para o aluno será um transporte escolar. Houve a discussão se na entrega do material iria somente a monitora ou também um representante da escola, relatou que a colega Vanessa, da Escola Coronel Pedro Osório, durante a reunião do GT infraestrutura manifestou o interesse de participar da entrega destas atividades. Sendo pensado pelo grupo rotas específicas com pontos de entrega de materiais, não sendo utilizada necessariamente as escolas, destacando que falta pensar ainda onde ficará estes materiais quando chegarem antes de retornarem aos docentes. O Secretário parabenizou o grupo que está trabalhando na elaboração deste protocolo, pensa que está completo e que os integrantes foram bastante cautelosos. Sobre a questão de conter os profissionais do Transporte Escolar, disse que não é necessário, pois é uma questão organizativa e administrativa da Secretaria e o Plano de Contingência é uma organização para o trabalho. Ressaltou que a barreira sanitária foi bem colocada no documento e trouxe as estratégias para a funcionalidade de sua execução. Rejane salientou que houve troca do modelo da disposição dos alunos nos veículos, sendo que antes estariam dispostos em zigue - zague, salientando que caso os estudantes fiquem no corredor irão ter contato, porém se ocuparem somente os bancos das janelas respeitando o 1,5m não terá o risco do contato. Mirene Meirelle, relatou que no ônibus que trabalha, este comporta 55 crianças

sendo, 3 crianças por banco, porém para conseguir caminhar precisa andar de lado. Deixando está observação para que cada monitora veja a situação do seu veículo. O Secretário mencionou que precisa ajustar o padrão mínimo que irá se estabelecer e que serão parâmetros a serem adequados ao tamanho de cada veículo. Sobre a higienização o Secretário afirma ser importante o item permanecer, que irá exigir da Secretaria uma estrutura para recepcionar os veículos e fazer a higienização antes dele ser guardado na garagem, pois afirma ser preciso proteger o trabalhador. Mirene, mencionou que o grupo pensou fazer a limpeza com pulverizadores no final do expediente do veículo, pois o uso deste equipamento também facilitará para o funcionário. Chirly Duarte, contribuiu dizendo que tem conhecimento que este material é eficiente, podendo entrar em contato com firmas que disponibilizam este serviço. Roselle Rodrigues, questionou se a nova licitação que será feita para o Transporte Escolar terceirizado não poderia já ir inserido estes serviços. O Secretário, relatou questões relacionadas a situação das licitações e disse que a ideia poderia ser feita sim, sendo uma boa ideia prever estes equipamentos. Natali Puccinelli, retomou dizendo que o GT Infraestrutura elencou as funções dos trabalhadores para às direções terem um amparo. O Secretário salientou que este documento não tem o poder de mando, pois junto com o Plano de Contingência deverá ir uma ordem de serviço determinando o que terá que ser feito. Mirene, trouxe a dúvida para tirar com a representante da saúde se água e sabão basta para pulverização de calçados e mochilas. O Secretário mencionou que a Michele não se faz presente, porém pensa que sim. Acreditando que o desafio maior é o como fazer. Mirene explicou como estão pensando em fazer, mencionando que acredita que as rotas poderão sofrer atrasos uma vez que, a eficiência deverá ser de 100% no combate ao novo coronavírus, sendo preciso um diálogo com as diretoras (as) das escolas. O Secretário, colocou o texto apresentado para aprovação do pleno, sendo aprovado pelos presentes. Após aprovado mencionou que alterações sugeridas deverão ser arrumadas pelo grupo. Afirmando que estas regras não serão apenas para os ônibus do Transporte Escolar e sim para todas as viaturas da Secretaria da Educação. A seguir Elisangela Macedo, começou a apresentar o texto referente a Educação Especial mencionando que estão previstas estratégias tanto para as escolas regulares que possuem alunos incluídos com necessidades educacionais

específicas, quanto para escolas especializadas. Após a apresentação do texto o Secretário mencionou que este passou pelo olhar das equipes das escolas especializadas, relatou que é um documento que faz uma releitura da legislação e orientação sobre a Educação Especial, pensando no estudante para que nenhum fique de fora do processo, delegando autonomia para as escolas para sua organização respeitando suas peculiaridades, dando diretrizes objetivas para estas escolas. Parabenizou o grupo pela construção do texto afirmando ser um documento conciso estando apto a incorporar ao Plano de Contingência nos permitindo dar os próximos passos relacionando ao trabalho das escolas. Roselle, parabenizou a escrita do texto mencionando que sanou as suas angústias sendo um passo a mais. Bernadete Moraes, relatou que o texto ficou muito coerente deixando claro sua visão, pois ele não delimita e sim orienta estratégias de atendimento aos alunos com necessidades. Roselle, afirmou que se sente segura para o trabalho lendo o documento da Educação Especial. Elisangela relatou que este é um texto que possui o olhar de vários lugares entre eles: o olhar das Escolas especializadas, olhar das diretoras, olhar da equipe do Núcleo de Diversidade e Inclusão, entre outras pessoas sendo uma construção coletiva, considerando as contribuições destes seguimentos, juntamente com o GT do Comitê Covid-19 que está tratando sobre a Educação Especial. Sicero Miranda, mencionou que o documento está didático, com um olhar para as especificidades e contribui com as questões da inclusão, sendo escrito pelo um grupo qualificado e acredita que não poderia ser diferente parabenizando o grupo e a todos que colaboraram, pois ele segue a qualidade do trabalho de inclusão da Rede Municipal. O Secretário questionou ao Comitê se aprovavam o Capítulo da Educação Especial no Plano de Contingência, sendo aprovado por todos os presentes. O Secretário acredita que avançamos bastante, fazendo a proposição para o Grupo da Educação Infantil, que aderissem a mesma lógica que pensamos para Educação Especial ou seja, uma consolidação propondo trabalhar juntos para aprimorar a proposta sugerindo que as representantes das escolas privadas participassem. Solicitou que os membros que tenham foco na Educação Infantil e estejam em outros grupos, possam vir a contribuir com o GT Educação Infantil. O Secretário salientou que acredita ser válido a contribuição da integrante Suzane Gonçalves, para auxiliar na elaboração do texto da Educação Infantil. Suzane aceito fazer parte do grupo e colocou-se à disposição

para auxiliar no que for possível. O Secretário retomou a palavra dizendo que irá acompanhar a discussão sobre a Educação Infantil, precisando pensar junto infraestrutura, procedimento e estratégias pedagógicas. Sem mais nada a constar e por ter secretariado a reunião eu, Vinícius Kercher dou por encerrada a presente ata.

### **Ata 13/2020**

Reuniram-se através da Plataforma Digital Zoom às 15 horas do dia trinta de julho do ano de dois mil e vinte, os integrantes do Comitê de Contingência Covid-19. Estando presente os seguintes membros: André Lemes da Silva; Andréa Rosa; Andréa Santiago Escovar; Bernadete Marin de Oliveira Moraes; Carla Renata do Pinho Martins; Chirly Machane Cesar Duarte; Débora Carvalho de Oliveira; Dóris Nogueira; Elisangela Macedo; Lisiane Kisner Silveira Torres; Natali Silveira Puccinelli de Freitas; Patricia Amaral; Patricia Pinto Noronha; Rosane da Silva Pires; Rosane de Azevedo; Sícero Agostinho Miranda; Sonia Maria Andrade Machado; Suzane da Rocha Vieira Gonçalves; Taciane Borges Umpierre de Moraes; Vanessa Pintanel; Vanessa Ribeiro; Vinícius Kercher; Waléria Vargas Busetti. O Secretário da Educação Prof. André Lemes da Silva, iniciou a reunião relatando para o grupo que está participando da abertura das reuniões formativas, contando para os (as) colegas professores (as), o que vem acontecendo e como chegamos até este momento e qual a linha de pensamento para chegarmos no passo do ensino não presencial no mês de agosto. Colocou a ata da reunião anterior que foi enviada via e-mail para aprovação do pleno, questionando se havia alguma consideração na ata. Elisangela Macedo, mencionou que encaminhou uma consideração solicitando acrescentar um detalhe no qual, não alterou o conteúdo da ata. Neste momento o pleno aprovou a ata da reunião anterior. O Secretário encaminhou a pauta mencionando que recebeu a manifestação da Vanessa Ribeiro do grupo da Infraestrutura, para apresentação de outra parte do texto. Outro ponto da pauta será o compartilhamento da minuta do próximo decreto de suspensão de atividades, pois o Secretário mencionou que gostaria do olhar do grupo, pois o texto do decreto sofreu alteração. Relatou que as integrantes Suzane Gonçalves e Natali Puccinelli trabalharam numa apresentação que sintetiza o que estamos trabalhando no Comitê, solicitando que a Suzane faça a apresentação, visando

facilitar a comunicação do grupo. A Presidenta do Conselho Municipal de Educação Prof.<sup>a</sup> Waléria Vargas Buseti, relatou que no dia anterior o CME realizou uma reunião extraordinária e desta reunião surgiram algumas dúvidas que gostaria de expor. Foi relatado pela Prof.<sup>a</sup>. Waléria, que o CME está preocupado em relação ao Plano de Contingência, questionando se existe uma previsão para que o Plano chegue ao CME. O Secretário, disse que depende do Comitê concluir. A Conselheira Lisiane Kisner, perguntou se foi dado uma data. O Secretário mencionou que já planejou várias datas, portanto, ainda não fechamos o documento. Prof.<sup>a</sup> Waléria, afirmou que o CME precisa elaborar o seu segundo parecer, mas necessita deste Plano de Contingência mencionando que outro fato, que causou bastante preocupação no Conselho que mesmo não sendo um local ideal, existe algumas divulgações no facebook dizendo por parte de direções de escolas que dia dez de agosto retornam as atividades, relatando que pode estar havendo alguma confusão, pois pode ser que o primeiro parecer não tenha sido lido por toda a rede. O Secretário, disse que já recebeu o mesmo questionamento relatando que não é dado nenhum passo para rede sem antes ser aprovado neste coletivo, afirmando que é só resgatar as atas para termos está comprovação. Afirmando ainda que antes da Secretaria dar o passo apresenta a proposta, pois estamos caminhando paralelo com a elaboração de um Plano de Contingência Sanitário, um Plano Pedagógico e uma normatização que é o CME que vai fazer por isto, solicitou que o CME participasse deste Comitê para ir acompanhando e nos ajudando na construção deste Plano. Afirmando que o Conselho dará as diretrizes dando como exemplo as atividades não presenciais que até o presente momento não tinham começado não havendo validação de carga horária, pois o Conselho não tinha autorizado mencionando em sua fala que como o CME não tinha se manifestado a Rede poderia se apoiar no Conselho Estadual ou Nacional de Educação, mas por uma questão de respeito ao Sistema esperou uma manifestação do órgão local para poder dar o próximo passo. Relatando que quando o CME manifestou que era permitido avançar nas atividades não presenciais, o Comitê também já tinha preparado o início destas atividades retomando as preposições e estratégias construídas para o ensino não presencial então, quando o CME acenou que iria autorizar, foi apresentado neste Comitê uma proposta de calendário de atividades não presenciais começando pelos 9ºs anos e IV etapa da EJA sendo

uma proposta que veio da Secretaria e dentro do Comitê houve a ressalva de incluir os 5ºs anos, porque muitas escolas só possuem até esta etapa ou porque os alunos irão para Rede Estadual e não sabemos como será esta transição sendo sugerido inserir os 5ºs anos, sugestão que foi validada pelo Comitê. Afirmou que quando foi vista a possibilidade do retorno não presencial, antes mesmo do CME autorizar, já tinha orientado os (as) diretores (as), para fazerem um levantamento da situação dos estudantes, se possuíam acesso a internet, questões do livro didático, portanto, esta logística já vem funcionando então, depois que houve a autorização do CME para atividades não presenciais foi divulgado o calendário. Prof.<sup>a</sup> Waléria, disse que na reunião de ontem o CME pontuou que existem determinações que são da Secretaria e não do Conselho, uma vez que o CME autoriza esta irá trabalhar do modo que acha conveniente e que se houver algo que não esteja de acordo o Conselho irá pontuar, ficando como pedido do CME que o quanto antes seja enviado o Plano de Contingência, dizendo que traz um pensamento do grupo todo, não sendo nenhum tipo de cobrança, mas sim um direcionamento. O Secretário mencionou que esta tudo dependendo deste Comitê, este está elaborando a parte executiva do processo e que assim que elaborarem o documento será enviado para o CME. Prof.<sup>a</sup> Waléria, disse que irá resgatar as atas do Comitê para apresentar ao CME, visando mostrar que tudo foi decidido dentro do Comitê relacionando-se as datas, pois esta organização de calendário é uma atribuição da SMed, afirmando ainda que o CME quer fazer o melhor possível, solicitando que Vinícius Kercher, encaminhe as atas para que possa levar ao conhecimento do CME. Elisângela informou que o GT da EJA realizou uma reunião específica e que na próxima semana existe a possibilidade de apresentarem o texto da EJA e também dos Anos Iniciais, pois este último GT já havia avançado no texto. Sicero Mirando, relatou que um dos maiores desafios da EJA é a evasão tendo como proposta uma formação de rede de articulação, pois o maior desafio agora é chegar neste aluno novamente. Logo após foi relatado pelo GT da Educação Infantil, dúvida em relação aos 30% do ensino presencial, questionando se este percentual foi sugerido pela saúde ou no GT da Infraestrutura. Sendo questionado ainda qual será a carga horária que irão cumprir com os estudantes no período do ensino não presencial e qual o horário que os (as) professores (as) irão planejar e organizar suas propostas curriculares e qual será o protocolo caso surja algum



positivado com o novo coronavírus referindo-se os (as) alunos (as) e trabalhadores (as), afirmando que são questões importante de estar no documento. Dóris Nogueira, relatou que foi conversado muito sobre a questão do percentual e trouxe como proposta do GT da Educação Infantil que o percentual seja 20%, fazendo está preposição, justificando que pensaram nas EmeF que terão um número maior de circulação. O Secretário passou a palavra para Suzane, para que possa sanar algumas das dúvidas, relatando que o primeiro documento aprovado pelo Comitê basicamente abordava as regras sanitárias, mencionou que a Suzane se prontificou a elaborar uma apresentação sobre como funcionará estas orientações. Suzane começou sua fala respondendo aos questionamentos relacionados aos 30%, dizendo que chegaram a discutir no GT da Infraestrutura e que conversaram com a equipe da vigilância e que todas as normativas que a Prefeitura está fazendo parte do Comitê da área da Saúde, estão colocando os 30% que está relacionado a capacidade de infraestrutura dos espaços sendo que a orientação que vem sendo posta é em cima deste percentual no qual, não aprofundamos a discussão estabelecendo os 30%, relatou ainda que o grupo GT chegou a discutir se este percentual seria de ocupação do local com os (as) trabalhadores (as) ou só de estudantes, mas como estamos discutindo a parte não presencial ainda, não avançamos nesta questão porém, precisa estudar como iremos trabalhar. Suzane relatou que os parâmetros aprovados por este Comitê precisam estarem claros, quando forem para as escolas e o Secretário a desafiou a organizar estes parâmetros, para avaliar se realmente é isto, que todo o coletivo está entendendo para que fique claro os pontos já estabelecidos. Começou sua apresentação mencionando as definições que já foram aprovadas por este Comitê entre elas: Que em agosto o ensino não presencial será para IV Etapa da EJA, 5º e 9º anos; que a passagem para cada etapa do retorno das atividades depende de autorização do Comitê Municipal da Saúde, que analisará o número de casos de Covid-19, bem como a curva que aponta o desenvolvimento da doença; que poderá ocorrer retorno em algum dos estágios; que os Planos de Contingência de cada Escola deverão conter o planejamento das ações sanitárias e pedagógicas para cada uma das etapas do retorno das atividades escolares. Deixando claro, que não estamos vencendo etapas, pois poderemos ter que retornar a alguma etapa, caso seja preciso. Em relação as etapas, todas as

escolas deverão buscar mecanismo de contato com as famílias, crianças, jovens e adultos e que as formas de contato, as atividades propostas deverão ficar registradas na escola. Dando continuidade para as ações de cada etapa, ou seja, não presencial, retorno do presencial com 30% das crianças, jovens e adultos e ainda o retorno com 50%, 70% até chegarmos totalmente no presencial que dependerá do momento e das condições da saúde pública. Salientando que o início do retorno presencial não tem data para prevista. Afirmou ainda que todas estas ações devem ser consideradas como provisórias precisando ser revisada, deixando após sua explanação aberto para o grupo discutir. Lisiane questionou se no ensino não presencial que irá começar dia dez de agosto, tem proposta de material impresso para os estudantes que não tem acesso ao meio digital. O Secretário relatou que a orientação é que no mês de agosto, não utilize a entrega de materiais físicos, para não expor ninguém ao contágio. Lisiane, questionou ainda se houver alguém que queira entregar se é permitido. O Secretário afirma que será por livre e espontânea vontade, não uma orientação da SME, ainda relatou que estamos pensando realizar este tipo de entrega para setembro se a curva de contaminação estiver mais tranquila. Sabe-se que um número bem significativo de estudantes não terá acesso, mas nosso objetivo no momento é segurar a circulação de pessoas, já a partir de setembro com uma bandeira mais permanente poderemos realizar a disponibilização de materiais. Neste momento o GT da Infraestrutura, se manifestou dizendo que já estão prevendo protocolos sanitários relacionados a entrega de materiais para os alunos do campo, pois para estes os profissionais terão que fazer uso do Transporte Escolar. Suzane relatou que está sendo pensado em pontos onde os estudantes pegam o transporte, a família poderá ir neste ponto buscar o material não precisando ir até a escola. Mencionou que este material será guardado em caixas e no seu retorno terá que ficar num local apropriado. O Secretário retomou a palavra dizendo que existem ações de algumas escolas que quando entregam a cesta básica, disponibilizam junto cartas pedagógicas, mensagens e outras estratégias mencionando que não irá intervir no que já está sendo feito. Afirmou que não há orientação da mantenedora para entrega física de materiais, mas se a escola já estava fazendo não irá podar agora dizendo que não faça. Sicero relatou que levam material para os estudantes respeitando todos os protocolos sanitários e não recolhem nada destes. Mencionou que em julho por orientação da Secretaria

devido a bandeira preta e vermelha não fizeram estas atividades e agora estão avaliando como farão no mês de agosto, mas sempre observando as questões das bandeiras. Relatou ainda que tudo é enviado de maneira digital pelos (as) professores (as) e impresso na escola para não haver contato deste material para chegar no estudante. Dóris começou sua fala parabenizando Suzane pelo material elaborado, em relação ao material apresentado questionou se a Secretaria já pensou na possibilidade dos pais optarem em levar ou não seus filhos para escola oferecendo um documento para que estes assinem, pois isto resguardará o (a) professor (a) e a direção da escola. O Secretário disse que está é uma proposta importante e que deverá estar no texto do Plano de Contingência, que quando do retorno das atividades presenciais caso a família não queira levar seus filhos (as), os responsáveis deverão comparecer na escola para retirada de materiais e assinar um termo de anuência. O Secretário relatou que temos que prever o monitoramento do não retorno das atividades pelo estudante, como busca ativa escolar, ver o que está acontecendo e outros procedimentos, mas não com o objetivo de punir o estudante. A Prof.<sup>a</sup> Waléria, também parabenizou Suzane pela elaboração do documento apresentado, sendo um excelente material e solicitou a permissão para levar o material para o CME. O Secretário mencionou que é necessário fazer algumas revisões, para facilitar a comunicação. Prof.<sup>a</sup> Waléria, relatou que não seria para apresentar como um documento oficial e sim para mostrar o quanto já se caminhou. O Secretário neste momento aprovou a solicitação. Lisiane perguntou se o documento elaborado poderia ser divulgado ou ainda é para aguardar. O Secretário afirmou que pensa que ainda não, pois este documento é uma síntese de um conjunto de etapas e ainda falta algumas etapas como por exemplo a Educação Especial. O Secretário fez o encaminhamento para o pleno que até o dia dez de agosto, o Plano de Contingência deverá estar pronto para enviarmos ao CME e também para todas as escolas do Sistema como base para elaboração do Plano de Contingência interno de cada escola, mencionando que quando enviarmos, encaminharemos junto a síntese para conseguirem visualizarem de uma melhor maneira o documento geral. A Prof.<sup>a</sup> Waléria, mencionou que irá falar de um modo geral para o CME sobre esta síntese. O Secretário mencionou neste momento que para o CME debater não existe problema. Suzane, reforçou que a fala da Dóris foi muito importante e que devemos incluir a escolha da

família no documento deixando claro para não haver leituras equivocadas que não é abandono escolar, pois o estudante estará matriculado só não estará participando das atividades presenciais no espaço educativo sendo importante o registro através de um termo. Finalizou sua fala dizendo que no documento apresentado não trouxe nada do que já não havia sido discutido no coletivo, mas diante de algumas perguntas e principalmente de algumas interpretações equivocadas se faz necessário, salientando que dentro do Comitê não pode haver dúvidas. O Secretário mencionou que na reunião da próxima semana apresentará o documento para todos (as) e inclusive o que está faltando. Dóris relatou como coordenação do SINTERG que estão recebendo vários questionamentos dos (as) colegas por não ter saído o Plano de Contingência, disse que terão uma reunião de conselho no próximo dia sete de agosto e que irão solicitar que os conselheiros (as) dialoguem com os (as) colegas para saber como a categoria está vendo este momento que estamos passando e quais são as suas angústias e como isto está chegando nas escolas. Vinícius questionou se este contato foi via questionário ou entrarão em contato via alguma tecnologia digital. Dóris, informou que no chamamento da reunião de conselho fizeram três perguntas básicas para as conselheiras sendo o papel destas, fazerem a interlocução do Sindicato com os (as) colegas da escola, sendo uma maneira também de acalmar estas angústias. Afirmou que enquanto Comitê, não irão colocar nada que não esteja acordado. Lisiane salientou que o questionário não foi de nenhuma forma virtual e sim pessoal para o e-mail dos conselheiros (as) e que se alguém receber não foi o Sindicato que enviou. Patrícia Noronha, agradeceu o trabalho elaborado por Suzane que o GT da Educação Infantil, ficou contemplado, porém ficou o questionamento sobre a possibilidade de se pensar sobre o percentual de 20% de atendimento no ensino presencial para Educação Infantil. O Secretário relatou que do ponto de vista operacional e pela sua experiência em gestão de escola e ainda, por estar com um quadro de professores (as) fortalecido quando for o momento, não vê esta necessidade, mas se o grupo entende que existe não se opõe. Patrícia colocou que após a apresentação da colega Suzane, ficou mais claro e que levará para discussão do grupo que não está presente hoje e se houver alguma dúvida retorna a este ponto. O Secretário compartilhou a minuta do decreto municipal dizendo que inverteram a redação, relatando que prorrogam o prazo de suspensão das

atividades presenciais do calendário escolar até trinta e um de agosto por ocasião da Covid-19 e autoriza a retomada das atividades escolares exclusivamente na modalidade não presencial dando outras providências. Dando continuidade a leitura da minuta do decreto questionando se ficou claro para o pleno aquilo que já deliberamos. Dóris questionou se não teria que nomear as etapas que retomam as atividades no não presencial neste momento. O Secretário manifestou-se dizendo que pensa que não, pois quem define isto, é o Comitê. Neste momento alguns dos presentes se manifestaram na visão que o decreto circula por todas as mídias e pode haver outras interpretações e que as pessoas possuem por hábito ler só o título da notícia. Ainda foi relatado que o Plano de Contingência não chegará para todo mundo então, não ficarão sabendo as etapas que retornam. Sugerindo-se acrescentar no início que é o retorno exclusivamente dos 5ºs anos, 9ºs anos e IV etapa da EJA. O Secretário mencionou que para evitar possíveis dúvidas, vai manter somente a suspensão das atividades presenciais na cidade do Rio Grande. O Pleno manifestou-se concordando com a sugestão do Secretário, pois o movimento de comunicação deverá partir das escolas. Sendo relatado pelo grupo que está comunicação já está acontecendo. O Secretário questionou se daria tempo de avaliar o documento do GT da Infraestrutura. O Pleno manifestou-se sugerindo que o documento do texto do GT Infraestrutura fosse avaliado na próxima reunião. Vanessa Ribeiro, representante do GT concordou com a decisão. O Secretário também salientou que na próxima reunião pretende apresentar o documento já com as orientações da Educação Especial, Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos, conforme os textos estão, caso algum destes ainda não estejam concluídos ficará o espaço no documento com o tópico para que posteriormente seja concluído. Sem mais nada a constar e por ter secretariado a presente reunião eu Vinícius Kercher, dou por encerrada a presente ata.

#### **Ata 14/2020**

Reuniram-se através da Plataforma Digital Zoom às 14 horas do dia dez de agosto do ano de dois mil e vinte, os integrantes do Comitê de Contingência Covid-19. Estando presente os seguintes membros: Ana Cristina Garima; André Lemes da Silva; Andrea Rosa; Bárbara Bauer Silva; Bernadete Marin de Oliveira Moraes; Carla Renata do Pinho Martins; Chirly

Machane Cesar Duarte; Cláudia Miranda da Silveira; Dóris Nogueira; Elisangela Gonçalves Macedo; Fabio Dziekaniak; Felipe Alonso dos Santos; Lisiane Kisner Silveira Torres; Maria Luiza Tavares Ferreira; Mirene Cavalcante Meireles; Nara Suzana Pereira da Silva; Natali Puccinelli; Patricia Amaral; Patrícia Pinto Noronha; Rejane Magano Souza; Rosane da Silva Pires; Rosane Machado de Azevedo; Roselle Solano Rodrigues; Sonia Maria Andrade Machado; Suzane da Rocha Vieira Gonçalves; Taciane Borges Umpierre de Moraes; Tânia Tuchtenhagen Clarindo; Vanessa Pintanel; Vanessa Ribeiro; Vinícius Kercher; Waléria Vargas Buseti. A reunião iniciou com o relato da Diretora Maria Luiza Ferreira, sobre o início do ensino não presencial que começou hoje, contanto como foi a experiência da sua escola informando o que foi construído por este Comitê começou a ser executado, dizendo que foi bom o início e que os (as) alunos (as) estão ansiosos para saber como será os procedimentos. O Secretário André Lemes, agradeceu a Diretora Maria Luiza, pelo compartilhamento da experiência em sua fala mencionando que mesmo, havendo este tempo de suspensão das aulas os (as) estudantes se sentem bastante acolhidos (as) e que mesmo com todas as dificuldades por eles (as) estarem se encontrando e revendo os professores (as), o fato deles se enxergarem já cumpre um pouco do papel que pensamos até aqui. Explicou que na última quinta-feira suspendeu a reunião, pois o Superintendente Pedagógico Prof. Felipe Alonso ligou dizendo que havia alguns grupos que precisavam fazer algumas revisões e montar a estrutura do documento, relatando que achou mais prudente cancelar e reagendar a reunião para que pudessem compilar todas as informações, sendo nosso objetivo hoje apresentar o texto do documento. O Prof. Felipe relatou que o texto não chegou a sessenta páginas, mencionou também que ficou preocupado que na última quinta-feira mais de dez pessoas justificaram a ausência por motivos pessoais ou devido a estarem participando do encontro da UNCME, motivo que também o levou a solicitar ao Secretário a transferência da reunião. Explicou que o documento foi elaborado pelo coletivo, então estes três dias serviram para fazer uma uniformidade do documento. Colocou como proposta ler o texto na íntegra para os componentes do Comitê marcarem os destaques para podermos retomar posteriormente. O Secretário, afirmou que se o grupo não se importar

de fazer a leitura, acredita ser válido e conforme surgir as dúvidas deverão destacar individualmente os itens conforme numeração para no final fazermos uma rodada de esclarecimento das dúvidas e/ou contribuições. O Prof. Felipe compartilhou neste momento o Plano de Contingência do Sistema Municipal de Ensino do Rio Grande/RS para leitura abordando os seguintes assuntos: Princípios Gerais, Estratégias, Normativas, as Modalidades de Ensino, Atividades não Presenciais, Ensino Semipresencial, Protocolos de Segurança Sanitária, Organização e Estruturas para o retorno do calendário escolar da Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino. No decorrer da leitura o Prof. Felipe, fez uma interferência dizendo que: A parte em amarelo grifada no documento é referente ao primeiro Protocolo Sanitário aprovado pelo Comitê que foi construído pelo GT Infraestrutura e percebeu que existem muitas coisas que podem ser suprimidas, pois foi feito no início do mês de julho e pode haver algum tipo de confusão, solicitando uma leitura atenta mencionando que não quis retirar porque já tinha sido um texto aprovado. Após a finalização da leitura do documento foi aberto o momento para os questionamentos e sugestões. Maria Luiza, relatou que foi questionada por um professor o que será feito se durante o ensino semipresencial algum estudante, professor (a), funcionário (a) teste positivo para COVID-19, dizendo que respondeu que isto, quem irá orientar será a Secretária de Saúde. O Prof. Felipe respondeu que existe um tópico que abrange esta questão. O Secretário relatou que destacou pontos que são gerais para todas as áreas e este caso no qual foi relatado é um procedimento geral então, não precisa estar repetindo em vários lugares devendo estar nas instruções gerais. Em caso de suspeita ou contaminado acionamos a vigilância sanitária e esta faz a análise do conjunto, pois não somos nós que iremos dizer que a pessoa irá entrar em isolamento. Afirmou ainda, que existe um Plano de Contingência na área da Saúde, então em caso específico a Vigilância irá aplicar o Plano da Saúde, pois tudo que não tivermos capacidade técnica para deliberar acionaremos os profissionais da saúde. A Presidenta do Conselho Municipal de Educação Prof.<sup>a</sup> Waléria Buseti, pensa que durante a leitura do documento ficou muito repetitivo quais eram os procedimentos, sugerindo criar um item específico para as etapas respeitando a peculiaridade de cada uma dando por exemplo as questões do

Transporte Escolar, pois percebeu que nas modalidades houve muita repetição destes procedimentos. O Secretário concordou com a Prof.<sup>a</sup> Waléria, dizendo que teve a mesma impressão e que marcou alguns itens que se repetiram devendo ser feita a limpeza do documento daquilo que é genérico para todos. Afirmou que os protocolos específicos como da Educação Infantil devem ficar e o que for genérico separar num capítulo exclusivo e quando entrarmos nas áreas deverá ser particularizado. Natali Puccinelli, relatou que o GT Infraestrutura percebeu estas repetições quando compeliram o documento. Rosane Machado, concordou com a sugestão da Presidenta do CME e do Secretário, sobre as repetições de itens, devendo realmente fazer esta limpeza e saliento que no item 10.14 fala em evitar as cortinas, porém acredita que deve ser substituído por retirar. O Secretário relatou que fez uma ressalva referente as cortinas mencionando que têm prédios que sem as cortinas fica inviável estar nas salas dando como exemplo as creches da PROINFÂNCIA que as paredes são todas de vidro e se não houver cortina não existe condições dos alunos (as) ficarem na sala, salientando que o problema não é a cortina e sim a higienização da mesma então, deverá ser adequado a cada realidade escolar. Rosane relatou que deverá então arrumar o texto, pois numa parte fala-se em evitar e na outra retirar. Dóris Nogueira, disse que ficou em dúvida quando no documento se menciona que cada instituição escolar deverá organizar o seu calendário. O Secretário afirmou que isto, precisa ser ajustado inclusive tomou nota para ser arrumado precisando rever este item. Dóris, afirmou que concorda que nos Protocolos de Segurança tem muitas coisas repetidas, mas acredita que na Educação Infantil existem especificidades que não podemos deixar de fora dando como exemplo questões dos EPIs na troca de fraudas, pois nesta etapa o profissional tem um contato físico maior com as crianças achando importante manter estas especificidades no documento. Salientou sobre as comorbidades que faltou o tabagismo que também é uma delas. O Secretário acredita que não deve listar doenças, pois isto não compete ao Comitê devendo fazer referências aos Protocolos do Ministério da Saúde ou da Organização Mundial da Saúde necessitando ser ajustado no documento. Relacionado aos casos de contágio nas escolas, o Secretário mencionou que conforme a Portaria Estadual, estas se reportam a este Comitê e nós



daremos as diretrizes. Roselle Rodrigues, reafirmou sobre a questão das cortinas dizendo que não existe a possibilidade de eliminar se não a escola fica muito exposta. O Secretário mencionou que é possível ter um segundo par de cortina e como as Escolas de Educação Infantil, possuem máquinas de lavar isto, pode facilitar a higienização. Andrea Rosa, parabenizou todo o trabalho realizado sendo uma construção coletiva que está em consonância com os documentos de saúde e dos conselhos, afirmou que lhe chamou atenção na área da Educação Infantil, o item 12.12 fala sobre a suspensão da escovação dos dentes, ficando na dúvida em relação preocupando-se com a higiene bucal nesta fase com a criança que passa o dia todo na escola principalmente após refeições, pois é possível que para muitas crianças seja o único momento da higiene e nesta idade a família pode não ter este cuidado questionando se existe a possibilidade de haver este processo mencionando que esta formação é fundamental nesta idade. Elisangela Macedo, sugeriu que é preciso fazer uma organização estética do documento. O Secretário solicitou que Elisangela, participe do grupo que fará parte desta revisão devido a sua experiência com documentos. Suzane Vieira, relatou que a questão levantada sobre a higiene bucal foi debatida em uma das reuniões que participou no GT da Educação Infantil, relatou que ponderaram todas a questão da higiene bucal, porém existem dois aspectos que pesaram para decisão primeiro é que a boca é um dos maiores lugares de contágio e também não só pelo cuidado de contaminação pelas crianças, mas pelos (as) profissionais que estarão fazendo esta higienização afirmando que chegou ver estudos que em consultório odontológico é o local que poderá ocorrer uma maior contaminação, então o GT entendeu que por sermos profissionais leigos nesta área e ainda por ser um curto período e a Educação Infantil ser a última etapa a retornar no semipresencial e voltar no presencial neste momento a questão da contaminação pelo COVID-19 é mais importante do que a escola se responsabilizar pela higiene bucal sendo, a função da escola reforçar com as famílias a necessidade de realizar este procedimento explicando que não estamos fazendo esta higienização. Relatou ainda, que existem alguns dentistas que são contra a escola fazer a escovação em função da forma de armazenamento das escovas de dente, pois mesmo sendo guardadas individualmente nem sempre é guardada num local

adequado. Finalizou este tema dizendo que está foi uma escolha do GT, mas o Comitê é soberano para tomar outra decisão. Em relação ao documento destacou o item 10.4 e 10.15 o primeiro diz que todos os ambientes da escola devem dispor de EPIs acredita que precisa adequar a redação e o último é em relação ao redobrar a atenção questionando o que seria redobrar a atenção, pois como é um documento que irá para todas as escolas é preciso objetivar. O Secretário solicitou neste momento que todos que fizeram anotações encaminhem para podermos fazer as observações. Patrícia Noronha, disse que foi contemplada na fala da Suzane sobre o tema da escovação de dente. Tânia Tuchtenhagen, pontuou o item 26 na letra “e” fala sobre a avaliação e que no final ficou claro que está deverá ser de forma mais incisiva quando o retorno do presencial, mencionando que no item 28.14 da EJA também fala sobre avaliação, mas mencionando que ela pode ser realizada a cada bimestre solicitando que seja revisto para estar em consonância com o documento, pois acredita que é necessário dar a prioridade para que notas e avaliação seja dado no ensino presencial, sendo preciso fazer o ajuste. O Secretário mencionou que para nos posicionarmos em relação ao calendário precisamos aguardar a Lei Federal e que a questão de reorganização do calendário e processo de avaliação metodológica precisa ser construído pelo Conselho Municipal de Educação, necessitando ser emitido como resolução deliberativa do CME. Tânia sugeriu que no texto fique que as atividades não presenciais serão computadas como horas e os outros temas sejam suprimidos. O Prof. Felipe, informou que a parte da EJA tem observação que o ano letivo só será fechado no retorno semipresencial ou presencial podendo ser este fechamento semestral, pois a EJA funciona bimestral e talvez não dê tempo então, se pensou fazer o fechamento em semestre. A Prof.<sup>a</sup> Waléria, disse que o CME já está fazendo a leitura e estudando sobre a questão da avaliação. O Secretário sugeriu suprimir a questão de bimestre ou trimestre, pois nosso plano precisa remeter as decisões e regulamentações que vem do Conselho Municipal de Educação. Dóris fez uma observação que devido ser da direção da CNTE na última semana fizeram uma reunião de direção, relatando que têm muitos estados e municípios que estão com tudo pronto para o retorno presencial e ela colocou a experiência do município do Rio Grande e de todos os presentes

nenhum local está se fazendo o que estamos fazendo aqui em Rio Grande, sendo está experiência inédita. Finalizou sua fala parabenizando o município pela organização que fizemos para pensar este retorno. Prof.<sup>a</sup> Waléria complementou dizendo que na reunião da Azonasul não há nenhuma cidade que fez o processo da cidade do Rio Grande, dando muito orgulho de representar uma cidade que tem este pensamento. Vanessa Ribeiro, sugeriu que o item 10.15 seja suprimido, pois contemplamos ele no 14.8. O Secretário solicitou que encaminhe a sugestão para que possamos fazer a alteração. O Prof. Felipe, solicitou para organizar que todos os apontamentos sejam devolvidos, pois posteriormente irão fazer uma reunião técnica com representantes dos GTs Pedagógico e Administrativo, onde farão as análises e alterações. Mencionou que aquilo que não for pacífico trarão novamente para a próxima reunião do Comitê. Sobre as anotações redundantes disse que trouxe grifado, mas decidiu não mexer para respeitar tudo que já tinha sido aprovado por este Comitê. Afirmou que concorda que necessita melhorar a questão da organização do texto, porém a ideia é transformar o semipresencial numa seção que esteja contemplado em tudo da Educação Infantil até o Ensino Fundamental. Sobre a avaliação a preocupação do GT da EJA foi realmente a mencionada, dos (as) professores (as) terem que fechar o bimestre em apenas oito semanas, então, se não ficou bem claro precisa ser modificado, pois a ideia que os (as) diretores (as) da EJA trouxeram é de não criar ansiedade nos (as) professores (as), deixando dito que poderá ser feito avaliação somente no retorno do semipresencial. Salientou que este espaço é um ótimo fórum de discussão, sendo extremamente importante, pois este documento fala de currículo, valorização da vida, da importância dos (as) profissionais da educação sentindo-se feliz em fazer parte deste Comitê. Finalizou sua fala dizendo que alguns poucos professores (as), disseram que para iniciar um calendário letivo precisariam de uma data final, porém isto, não é fácil de ser estruturado, mas estamos caminhando para um início de ano letivo e não encerramos este Comitê com este documento, pois deveremos nos aprofundar nas discussões sendo este Plano de Contingência algo positivo que aponta para sociedade riograndina uma saída fazendo este relato também como pai de aluno da Rede Municipal. O Secretário mencionou que desafiou o GT da Educação Infantil a se juntar

com alguns integrantes do GT Infraestrutura e que estão de parabéns pela elaboração do documento da Educação Infantil. A Superintendente Administrativa Prof.<sup>a</sup> Vanessa Pintanel, começou falando sobre a questão que o Prof. Felipe trouxe dizendo que ligou para ela e relatou que achou muito repetitivo algumas considerações no documento. Vanessa respondeu que prefere pecar pelo excesso e como existia uma parte do documento que já teria sido aprovado pelo Comitê, então preferiu manter destacado e se o pleno preferisse retirar fazíamos durante a reunião, pois não cabia a eles naquele momento tomar a decisão. Salientou que como construímos por partes e a cada semana discutia uma temática acabou realmente reforçando alguns itens, sendo cabível montar uma seção com tópicos gerais e para cada área específica manter as suas especificidades no que se refere aos protocolos de higiene. Finalizou sua fala parabenizando o grupo pelo trabalho realizado mencionando que ficou muito feliz com o movimento que se fez para construção deste Plano de Contingência. A Prof.<sup>a</sup> Waléria, se pronunciou dizendo que este é um momento bastante positivo, pois está conhecendo bastante pessoas a partir destes espaços de discussões. O Secretário colocou a ata da última reunião para aprovação do pleno, não havendo nenhuma objeção a ata foi aprovada. Após compartilhou com o Comitê o link da pesquisa que será disponibilizada pelas famílias, apresentando a introdução o chamamento para responder o questionário e posteriormente as perguntas. Logo após, mostrou o Card elaborado que irá junto com a pesquisa. O Secretário fez o encaminhamento que até a quarta-feira tenhamos disponível a última versão do documento para que na reunião de quinta-feira o pleno traga eventuais dúvidas que ainda tenham surgido. Solicitou que não compartilhem este documento. Lembrou que todos os destaques deverão ser enviados para o e-mail do Prof. Felipe ainda hoje. Sendo encaminhado por último que o Comitê faça um anexo dizendo os pontos que cada escola deverá preencher no mínimo para construção do seu Plano de Contingência. Finalizando sua fala com agradecimentos pelo empenho de todos (as) integrantes deste Comitê. Sem mais nada a constar e por ter secretariado a reunião eu, Vinícius Kercher dou por encerrada a presente ata.

## **Ata 15/2020**

Reuniram-se através da Plataforma Digital Zoom às 15 horas do dia treze de agosto do ano de dois mil e vinte, os integrantes do Comitê de Contingência Covid-19. Estando presente os seguintes membros: Ana Cristina Garima; André Lemes da Silva; Andréa Nunes da Rosa; Andréa Santiago Escovar; Bárbara Bauer Silva; Bernadete Marin de Oliveira Moraes; Carla Renata do Pinho Martins; Chirly Machane Cesar Duarte; Cláudia Franz Vieira; Cláudia Silaine Miranda da Silveira; Débora Carvalho de Oliveira; Dóris Nogueira; Elisangela Gonçalves Macedo; Fabio Alexandre Dziekaniak; Felipe Alonso dos Santos; Lisiane Kisner Silveira Torres; Luciane Machado do Amaral; Mirene Cavalcante Meireles; Nara Suzana Silva; Patrícia Amaral; Patrícia Noronha; Rejane Magano Souza; Roselle Solano Rodrigues; Taciane Borges Umpierre de Moraes; Suzane da Rocha Vieira Gonçalves; Tania Tuchtenhagen Clarindo; Vanessa Pintanel; Vanessa Ribeiro; Vinícius Kercher; Waléria Vargas Busetti. No chat da reunião a Presidenta do Conselho Municipal de Educação Prof.<sup>a</sup> Waléria Busetti, justificou que Sandra Rejane de Ávila, não se faz presente devido estar em outra reunião. O Secretário da Educação Prof.<sup>a</sup> André Lemes, iniciou a reunião justificando o motivo da troca de horário relatando que estava em outra reunião com o Ministério Público. Logo após a justificativa colocou a ata da reunião anterior para apreciação do pleno sendo aprovada por todos (as) presentes. Questionou o grupo se surgiu mais alguma consideração em relação ao Plano de Contingência, propondo que todos (as) leiam o documento enviado e respondam no e-mail caso exista alguma ressalva ou destaque para ficar registrado. O Superintendente Pedagógico Prof. Felipe Alonso, relatou que após a última reunião ficaram recebendo os destaques mencionando que a equipe se reuniu para fazer a leitura e modificaram algumas questões apontadas pelo Comitê, relatou que o documento tinha sessenta e quatro páginas passando agora para quarenta páginas, pois realmente estava muito repetitivo e fizeram a realocação de itens para o lugar certo atendendo os destaques. Salientou que não houve mudança no sentido de entendimento do texto. Afirmou que o documento ficou alinhado agradecendo a todos (as) pelos destaques mencionando que estes foram atendidos na sua totalidade. Chirly Duarte,

questionou se na área da Educação Infantil, foi retirado alguma parte do texto ou foi somente realocado, pois não identificou. O Secretário mencionou que a parte que era genérica a todas as áreas ficou apenas num lugar e as especificidades ficou de acordo a cada área. Chirly questionou especificamente sobre a parte conceitual da Educação Infantil. Prof. Felipe, respondeu que a parte conceitual se transformou em itens dando como exemplo os objetivos que estão previstos nestes itens. Sobre a legislação foi resolvido citar e não mencionar uma vez que, entendemos que não é um espaço para comentar, mas ficaram marcadas como balizadoras da Educação Infantil. A Superintendente Administrativa Prof.<sup>a</sup> Vanessa Pintanel, mencionou que em alguns itens precisaram modificar um pouco a escrita para conseguir colocar nos mesmos moldes dos demais, colocando verbos iniciais por exemplo, dizendo que houve alteração na forma que está escrito, mas a essência foi mantida sobre tudo aquilo que foi colocado. Prof. Felipe mencionou que alguns itens da Educação Infantil, foram para as normas e princípios, relatou que todas as seções diminuíram, pois foram feitos os mesmos procedimentos. O Secretário encaminhou que o pleno faça a leitura do texto após a reunião e envie as considerações para vermos o que é necessário ajustar, pois amanhã tem reunião com os (as) diretores (as) e gostaria de apresentar visualmente o documento. Questionou se foi montado o roteiro com os itens obrigatórios que escolas deverão ter em seu Plano de Contingência. A Prof.<sup>a</sup> Vanessa Pintanel, mencionou que já está no documento. Suzane Gonçalves, mencionou que no item 2.2 referente ao que deve constar os Planos de Contingência das escolas, após a leitura observou que não foi colocado nenhum item pedagógico. O Secretário afirmou que deverá acrescentar neste item o Plano Pedagógico da escola. O Gerente Pedagógico Prof. Fabio Alexandre Dziekaniak, mencionou que o Plano Pedagógico está contemplado no item 23, mas acredita que pode ser relocado. A Prof. Vanessa Pintanel, mencionou que existe um item específico sobre os professores que não poderão retornar sendo, contemplado no âmbito geral. O Secretário reiterou a importância de lermos novamente o documento individualmente para sabermos se o mesmo, está entendível para identificar se o que está designado para o Plano da Escola, está contemplado no Plano de Contingência do Comitê, pois se está faltando algo é preciso contemplar, por isso, faz necessário o olhar atento de revisão para fazer os ajustes. Sugeriu referente a elaboração do Plano da

Escola, possa colocar ao lado de cada item (vide item x) para direcionar em qual parte do documento encontra-se a descrição. O Prof. Felipe fez uma ressalva dizendo que este documento não irá prever tudo, pois este é um Plano que aponta caminhos. O Secretário neste momento, direcionou a sua fala para as integrantes do Comitê: Bárbara Bauer, Patrícia Amaral e Patrícia Noronha devido serem representantes do setor privado, solicitando que a leitura das mesmas, tenha o olhar se este ficará de fácil acesso para Rede Privada. Patrícia Amaral, mencionou que após o Plano de Contingência ficar pronto a Associação das Escolas Privadas fará um Plano para auxiliar na elaboração das escolas associadas. O Secretário relatou que todo o apoio é bem-vindo, porém o que as escolas não poderão fazer é apresentar este Plano como seu, pois o Comitê terá que analisar individualmente, mas a título de orientação é prudente, mas em relação a orientação final é preciso trazer as peculiaridades de cada escola. Patrícia Noronha, relatou que pensa diferente que é preciso as escolas autorizadas conversarem sobre isto, pois se as escolas associadas quiserem enriquecer o trabalho em cima das contribuições que vem se construindo neste Comitê pensa que é positivo, mas afirma que nesse momento é preciso conversar com as escolas autorizadas e não as associadas. O Secretário disse que sua sugestão não exclui a sugestão da Patrícia Amaral, pois deverão mediar o coletivo das autorizadas para chegar o Plano de Contingência, mas se associação quiser dar outro tipo de suporte também é válido. Salientando que não temos poder de intervenção numa associação. Bernadete Moraes, questionou que após entregarmos o Plano de Contingência para as escolas qual será o prazo estipulado para estas retornarem a este Comitê com os seus Planos. A Prof.<sup>a</sup> Vanessa Pintanel, disse que comentou sobre isto, pensando qual o prazo que as escolas terão para encaminhar e qual será o prazo que este Comitê terá para analisar para fazer a devolutiva, pois deverá ser um processo dinâmico. Sendo questionado pelo pleno como faremos para nos organizarmos para analisar os documentos, sendo sugerido grupos e subgrupos com no mínimo três para leitura. O Secretário disse que está era outra pauta que iria trazer para reunião. Salientou que acredita que um mês é um tempo razoável para as escolas darem uma devolutiva com o seu Plano e se fizermos uma força tarefa até o final de setembro teremos todas as escolas com seus planos aprovados. Ficando como meta para o Comitê na próxima segunda-feira

encaminhar o Plano de Contingência para todas as escolas e para o Conselho Municipal de Educação, pois o CME pode querer fazer alguma mudança, pois tem autonomia para isto, caso algum conselheiro (a) faça uma indicação o Comitê faz alguma errata ou um documento complementar com os novos apontamentos que o CME delibera. Suzane, trouxe dois pontos do documento que observou sendo assuntos que precisam serem pontuados no coletivo. O primeiro ponto é relacionado ao retorno não presencial a partir de setembro para os demais anos do Ensino Fundamental item 23.2. mencionando que seria interessante colocar uma palavra no sentido que “pretende-se” no contexto da frase. O Prof. Felipe, relatou que no documento refere-se ao longo do mês de setembro conforme cronograma construído coletivamente entre a Secretaria e as instituições escolares, mas pode haver a alteração. A Prof. Waléria sugeriu que poderia acrescentar após uma avaliação do Comitê da Saúde. O Prof. Fábio mencionou que o item indicado é referente ao ensino não presencial para as outras turmas que não iniciaram agora. O Secretário afirmou que não deveremos mencionar data e nem mês, dizendo que deve constar que o calendário foi retomado para os 9ºs anos, 5ºs anos e IV etapa da EJA e na sequência após avaliação se retomará com os demais grupos. Suzane disse que o segundo ponto é referente ao item 32 sobre o retorno das atividades Semipresencial e Presencial e logo após no 32.1. menciona que “Considerar a ocupação de até 30% do espaço escolar incluindo crianças, jovens, adultos e trabalhadores em educação”, pensa que a forma que está escrito não fica claro no texto que este 30% é para o ensino Semipresencial sugerindo acrescentar a palavra inicialmente e as demais ocupações progressivamente analisadas e avaliadas. O Secretário avalia que o Presencial é desnecessário no item, pois o Plano de Contingência é para o Semipresencial. Na sua fala, o Secretário, relatou que já existem Planos de Contingência do setor privado referente ao Ensino Fundamental e Médio protocolados conosco, pois estes seguem as regras do estado, precisando fazer a análise destes planos. Relatou ainda que também teremos que fazer esta análise para os Planos de outras instituições. Ficando acordado que será feito grupo de três integrantes para dividir os processos, sendo dado um prazo para análise e posteriormente apresentado para o pleno deliberar. Sendo aprovado pelo Comitê está dinâmica. A Prof.<sup>a</sup> Waléria, questionou se os Conselheiros (as), permanecem no Comitê. O Secretário



respondeu a Presidenta do CME que gostaria que o Conselho continuasse integrando o Comitê. O Secretário afirmou que nestes grupos é necessário ter um representante do GT do Pedagógico, um do GT Infraestrutura e um Conselheiro (a) de Educação ser o terceiro elemento de cada grupo, sendo interessante também haver um (a) diretor (a). Rejane Magano, avaliou a ideia positiva, pois os (as) diretores (as), trazem o olhar da escola. Ficando encaminhado que o Prof. Felipe e a Prof.<sup>a</sup> Vanessa Pintanel, serão responsáveis por definirem os grupos. Em relação aos Planos de Contingência já recebidos, o Secretário, abrirá um Protocolo Digital com o número do Processo para cada comissão do Comitê analisar e estas terão um prazo para analisar, apresentar o parecer, sanar dúvidas eventuais com a instituição que enviou e por fim apresentar o relatório para o Comitê validar ou não o Plano. Sendo esta metodologia aprovada pelo pleno. Foi organizado que as atividades do Comitê continuarão nas segundas e quintas-feiras, na segunda-feira as comissões analisam os seus processos e na quinta-feira realizamos a reunião geral do Comitê para apreciação. Bárbara mencionou que tem reunião regional do SESC todas às segundas-feiras, então fez a proposta de conversar com a sua comissão para organizar o horário. O Secretário manifestou-se sendo favorável, pois é apenas uma questão de ajuste. Como encaminhamento foi dado a leitura do texto do documento com o envio das sugestões para o Prof. Felipe ainda hoje. O Secretário disse que amanhã em sua reunião de diretores (as), falará que o Plano de Contingência está pronto e tratará especificadamente dos pontos que compete ao Plano da escola. Na segunda-feira, se o Comitê entender que é necessário fazer mais uma rodada de conversa, poderá ser feita outra reunião para aprovação e também abrirá os processos para as comissões analisarem os Planos de Contingência que já estão na Secretaria. Relatou que falou com a Michele da Vigilância Sanitária, que o Comitê fará a sua análise, mas em todos os Planos deverá ter um olhar da equipe da saúde, pois o olhar deste Comitê será um olhar técnico de escola. Afirmando que é fundamental que a Vigilância Sanitária esteja conosco. Lisiane Kisner, perguntou se o questionário já está disponibilizado para as famílias responderem. O Secretário respondeu que os técnicos em informática estão atualizando a ferramenta, pois é necessário realizar as sugestões mencionadas por este Comitê, por isso ainda não autorizou disponibilizarem. A diretora Bernadete Moraes, trouxe um questionamento de um

grupo de escolas de Educação Infantil do Polo 2, sendo este questionamento esclarecido pelo Secretário. Foi questionado também ao Secretário, se as eleições de diretores (as), passaram por este Comitê. O Secretário respondeu que não, pois a eleição de diretores tem comissão própria prevista em lei. Explicando que esta comissão é responsável por elaborar o edital juntamente com a Secretaria, estabelecendo as regras e normas para execução da eleição. Esta comissão deverá indicar que no dia da eleição seja aplicada as medidas sanitárias do Plano de Contingência, mas o Comitê não tem gerência sobre a eleição, exceto se tivermos no meio da pandemia e for necessário um parecer para não executar a eleição. Sem mais nada a declarar e por ter secretariado a presente reunião, eu Vinícius Kercher, dou por encerrada a presente ata.

### **Ata 16/2020**

Reuniram-se através da Plataforma Digital Zoom às 14 horas do dia vinte de agosto do ano de dois mil e vinte, os integrantes do Comitê de Contingência Covid-19. Estando presente os seguintes membros: Ana Cristina Garima Jaques; André Lemes da Silva; Andrea Nunes da Rosa; Andréa Santiago Escovar; Carla Renata do Pinho Martins; Cláudia Silaine Miranda da Silveira; Débora Carvalho de Oliveira; Débora Medeiros do Amaral; Dóris Nogueira; Eliana de Freitas Pereira; Elisângela Gonçalves Macedo; Fabio Alexandre Dziekaniak; Felipe Alonso dos Santos; Lisiane Kisner Silveira Torres; Luciane Machado do Amaral; Maria Luiza Tavares Ferreira; Mirene Cavalcante Meireles; Nara Suzana P. da Silva; Natali Silveira Puccinelli de Freitas; Patrícia Amaral; Patrícia Pinto Noronha; Rejane Magano Souza; Rosane Machado de Azevedo; Roselle Solano Rodrigues; Sonia Maria Andrade Machado; Taciane Borges Umpierre de Moraes; Vanessa Pintanel; Vanessa Ribeiro; Vinícius Kercher; Waléria Vargas Buseti. A Presidente do Conselho Municipal de Educação Prof.<sup>a</sup> Waléria Buseti, justificou a ausência da conselheira Bárbara Bauer, devido estar em outra reunião do SESC. A Conselheira Rejane Magano, solicitou que se possível não colocar a Conselheira Bárbara Bauer na divisão das comissões para avaliar os Planos de Contingência das Escolas, devido a mesma ter relatado na reunião do Conselho que está com muitas atividades no SESC. Rejane salientou que as conselheiras Tânia Tuchtenhagen e Sandra Rejane de Ávila, não estão presentes por estarem em outra reunião. A Prof.<sup>a</sup> Waléria

informou ao Comitê que o CME finalizou o seu segundo parecer. O Secretário André Lemes, ficou satisfeito com a notícia e salientou que o Comitê estará enviando o Plano de Contingência para o CME assim que aprovado. O Secretário iniciou a reunião dizendo que esta é uma reunião específica de validação da versão final do Plano de Contingência. Questionou se existe no pleno mais alguma consideração neste primeiro momento da versão final do Plano para que possamos avançar. Doris Nogueira, questionou sobre a etapa da Educação Infantil, dizendo que não identificou no documento a questão da garantia da hora atividade e sobre os (as) profissionais que são do grupo de risco. O Superintendente Pedagógico Prof. Felipe Alonso, informou que estas observações estão no começo do documento. Andréa Nunes, contribuiu dizendo que os (as) trabalhadores (as) pertencente ao grupo de risco encontra-se no 4.10. e a hora atividade encontra-se no item 4.12. O Gerente Pedagógico Prof. Fábio Dziekaniak, mencionou que no Plano de Contingência existe a indicação de três anexos que o GT de Infraestrutura colocou que estaria no documento e pensa que antes de publicar o documento é preciso que os anexos estejam prontos. A Superintendente Administrativa Prof.<sup>a</sup> Vanessa Pintanel, relatou que devido o GT Infraestrutura não ter se reunido nesta segunda-feira, não foi construído os anexos. Elisangela Macedo, questionou se não havia um combinado que seria a Secretaria que iria fornecer posteriormente estes termos. O Secretário pensa que estes termos não são para agora sugerindo que os Termos de Compromisso sejam disponibilizados quando voltarmos ao presencial. Salientando que o roteiro do plano para as escolas deve estar disponível agora. O Prof. Fabio, mencionou que este encontra-se no corpo do texto. O Secretário acredita que é necessário fazer um roteiro separado com um modelo de itens mínimos em que as escolas deverão preencher. Patrícia Amaral, questionou se no início do semipresencial ou presencial teria ou não o turno integral, pois não encontrou no documento questionando como iremos proceder. O Secretário mencionou que no Plano de Contingência esta questão não irá aparecer, pois o que cada instituição seja ela, pública ou privada deverá respeitar são os percentuais. Natali Puccinelli, mencionou que conforme a tabela que organizamos os últimos a retornarem serão as crianças da Educação Infantil, devido a isto, não se debateu sobre o ensino integral. O Prof. Felipe, disse que chegaram a pensar sobre o ensino integral, mas como está previsto na

organização da escola os 30% do percentual para o retorno pensa que o ensino integral está contemplado. O Secretário acredita que é melhor deixar amplo referindo-se ao percentual e cada escola fica com a autonomia para sua organização. Sendo colocado para o pleno se todos (as) concordam com o Plano de Contingência, caso exista alguém que não concorde com a aprovação, o Secretário, solicitou que se manifeste para que possamos registrar. Não havendo manifestações contrárias o Plano de Contingência foi aprovado por unanimidade. Relatou que estamos considerando como a versão final a partir desta fase, porém eventualmente teremos que reformular caso necessário devido a haver especificidades, pois as escolas irão colocar na prática fazendo as adequações para o seus Planos individual e se houver questionamentos teremos que manter a rotina de encontros para fazer ajustes e adequações. Agradeceu a todos (as) integrantes do Comitê pela colaboração afirmando que temos um bom planejamento que é fruto de uma discussão do coletivo. Lembrou que teremos outras caminhadas e o Sistema de Ensino precisa da colaboração de todos (as). Afirmou que o próximo passo será enviar este Plano para o Conselho Municipal de Educação para a análise e deliberação, fazendo o pedido para a Presidente do CME e aos Conselheiros (as) que se possível avaliem na próxima reunião do Conselho ou se necessário fazer uma reunião extraordinária para podermos termos também o parecer do Conselho, pois será mais um órgão que legitima está construção. Salientando que antes de publicizar para o externo e imprensa gostaria do olhar e avaliação do CME. A Prof.<sup>a</sup> Waléria, mencionou que acredita que será um processo dinâmico, pois são poucos os (as) conselheiros (as) que não estão participando do Comitê. Eliana Pereira, fez um relato que participou do GT Infraestrutura, mas devido a demanda do Conselho de Saúde não conseguiu participar efetivamente, mencionando que pensa que o Plano de Contingência ficou muito bom, relatou ainda que ficou contente com a posição do Secretário quando diz que após ir para as escolas o Plano poderá voltar caso seja necessária alguma alteração. O Secretário, mencionou em sua fala que tem ciência das incumbências e demandas do Conselho Municipal de Saúde, relatando também sobre as demandas da Vigilância Sanitária. Ainda em sua fala, o Secretário, abordou a importância do Conselho Municipal de Saúde analisar a parte sanitária do nosso Plano de Contingência para demarcar o seu posicionamento. Sendo que solicitará também este olhar da Vigilância Sanitária,

pois é importante que estes órgãos analisem e nos encaminhem um parecer. Felipe Alonso e Fábio Dziekaniak, apresentaram os grupos para discutir e avaliar os Planos de Contingência das escolas. O Secretário informou que será distribuído um Plano para cada grupo para que possamos avaliar os Planos de Contingência de cada escola. Salientou que devemos nos pautar para analisar estes Planos na Portaria Estadual, pois as escolas privadas de Ensino Fundamental e Médio que não pertence ao nosso Sistema estão pautadas nesta portaria. Solicitou ao Prof. Fábio que crie um formulário para os apontamentos de cada comissão para posteriormente notificar a instituição específica dando prazo para que possa fazer as adequações necessárias de cada Plano. O Secretário salientou que não iremos de forma alguma autorizar voltar às aulas, pois o responsável por esta decisão é o Comitê Técnico de Saúde. Taciane Moraes, questionou sobre o prazo de entrega do documento pela escola. O Secretário relatou que muitas instituições do setor privado já estão com seus Planos de Contingência elaborados a luz da portaria estadual, porém para as escolas do nosso Sistema de Ensino foi combinado o prazo de até quinze de setembro. Questionado sobre o tempo de avaliação que cada comissão terá para avaliar o Plano de Contingência específico de cada escola, o Secretário, acredita que um prazo de dez dias é suficiente. Solicitou que cada comissão escolha um Coordenador e este recepciona e passa a relatoria do processo para um membro. Fazendo o exercício da relatoria, revezando os relatores, ficando registrado o voto do relator e o voto da Comissão, logo após deverá ser avaliado pelo pleno se acompanha ou não o voto da Comissão ou se emiti algum destaque. Questionou o pleno a aprovação da metodologia. Sendo aceito por todos (as) os presentes. O Secretário informou que irá criar um acesso para os coordenadores das comissões no Protocolo Digital, pois enviará o processo via a este protocolo para responderem no mesmo. Andrea Nunes, questionou quando que iremos começar com as discussões nos grupos. O Secretário afirmou que começaremos já amanhã, pois fará a distribuição dos que já foram protocolados. Afirmou que devido termos feito uma reunião extraordinária hoje excepcionalmente nesta quinta-feira não faremos reunião deixando para os grupos se organizarem. Colocou a ata quinze para aprovação do pleno, não havendo manifestações, a ata foi aprovada pelos presentes. Compartilhou com o Comitê a pesquisa para as famílias, mencionando que o link será

disponibilizado para as escolas. Sem mais nada a constar e por ter secretariado a presente reunião eu, Vinícius Kercher, dou por encerrada a presente ata.

### **Ata 17/2020**

Reuniram-se através da Plataforma Digital Zoom às 14 horas e 30 minutos do dia vinte e sete de agosto do ano de dois mil e vinte, os integrantes do Comitê de Contingência Covid-19. Estando presente os seguintes membros: André Lemes da Silva; Andréa Rosa; Carla Renata Pinto; Chirly Duarte; Cláudia Franz; Cláudia Silaine Silveira; Débora Oliveira Aquino; Dóris Nogueira; Elisangela Macedo; Lisiane Kisner Silveira Torres; Luciane Machado do Amaral; Mirene Cavalcante Meirelles; Patrícia Amaral; Patrícia Noronha; Rosane Machado de Azevedo; Roselle Rodrigues; Sandra Greque; Sícero Miranda; Tânia Tuchtenhagen Clarindo; Vanessa Pintanel; Vanessa Ribeiro. Foi justificada a ausência dos seguintes membros: Bernadete Marin de Oliveira Moraes; Maria Luiza Tavares Ferreira; Vinícius Kercher; Waléria Vargas Busetti. O Secretário de Município da Educação Prof. André Lemes, informou que conforme as análises que recebermos das comissões que estão avaliando os Planos de Contingência iremos enquanto Comitê fazer as considerações. A comissão que analisou o Plano de Contingência da E.M.E.F. Dom Pedro II, mencionou que o plano será devolvido para escola para que esta possa sanar algumas dúvidas elencadas pela comissão. Andréa Rosa relatou dificuldades em fazer a análise dos planos por ser a primeira vez que faziam. Foi lembrado que na portaria do art 9. o Comitê tem 3 dias úteis para fazer a análise, precisando ter uma logística para esta. O Secretário relatou que as análises deverão ser feitas tendo como base o nosso plano de contingência. Sendo repassado para o grande grupo um formulário para o preenchimento da análise dos planos das escolas. Andréa apresentou o plano do SESC como modelo para os demais e o pleno ajudou na análise. O Secretário solicitou um modelo para analisar os pareceres aos colegas. Tania Tuchtenhagen e Elisangela Macedo se voluntariaram para fazer. Sem mais nada a constar, encerro a presente ata.

## **Ata 18/2020**

Reuniram-se através da Plataforma Digital Zoom às 16 horas do dia três de setembro do ano de dois mil e vinte, os integrantes do Comitê de Contingência Covid-19. Estando presente os seguintes membros: André Lemes da Silva; Andrea Nunes da Rosa; Andréa Santiago Escovar; Carla Renata do Pinho Martins; Chirly Machane Cesar Duarte; Cláudia Silaine Miranda da Silveira; Débora Oliveira; Dóris Nogueira; Elisangela G. Macedo; Fabio Alexandre Dziekaniak; Jayme de Freitas; Lisiane Kisner Silveira Torres; Luciane Amaral; Maria Luiza Tavares Ferreira; Mirene Cavalcante Meireles; Patrícia Amaral; Patrícia Noronha; Rosane de Azevedo; Roselle Solano Rodrigues; Suzane Gonçalves; Taciane Borges Umpierre de Moraes; Tânia Tuchtenhagen Clarindo; Vinícius Kercher. A pauta da reunião será análise dos Planos de Contingência, a apresentação da pesquisa disponibilizada no site da Secretaria de Município da Educação da cidade do Rio Grande e Assuntos Gerais. O Secretário André Lemes, afirmou que não irão dar por fechado o Plano de Contingência sem o parecer da Vigilância Sanitária. Andrea Nunes, colocou que está angustiada com a proposta do Governador para o retorno das aulas presenciais e mencionou que gostaria de ouvir dos membros do Comitê sobre o assunto, pois por estar participando deste, vem sendo questionada pelas (os) colegas da Rede Estadual para que o Prefeito da Cidade do Rio Grande, tenha a mesma posição do Prefeito de Bagé, de suspender as aulas presenciais até o final do ano. Andrea Nunes em sua fala mencionou que sabe que este não é o espaço, mas por tratar-se de uma situação preocupante compartilha com os demais. Questionando como a Administração Municipal enxerga a proposta do Governo do Estado. O Secretário acredita ser precipitado essa proposta, pois foi organizado para os municípios começarem as aulas para a Educação Infantil e Ensino Fundamental e o mesmo órgão ainda não organizou para o início de sua Rede. Ainda em sua fala mencionou que se reuniu hoje pela manhã com o Prefeito Alexandre Lindenmeyer e demais Secretárias (os) da Educação juntamente com os Prefeitos (as) da Associação dos Municípios da Zona Sul (Azonasul), sendo um total de 22 municípios e deliberaram não aceitar a proposta do Governo do Estado, afirmando que nenhum município desta região irá retornar as atividades presenciais no mês de setembro. Mencionou que ainda não saiu a deliberação sobre a suspensão das aulas presenciais até o final do ano, pois irão voltar a

conversar na próxima semana. Alguns municípios como Bagé já fizeram isto, porém deixa registrado que Bagé fez somente para Rede Municipal deixando de fora o setor privado e a Rede Estadual. Relatou que o sentimento da maioria das (os) Secretárias (os), Prefeitos (as) é que não retomem as atividades presenciais até o final do ano, mas não houve um consenso. Informou que amanhã haverá uma reunião da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS) e esta entidade já lançou uma nota reiterando o que havia falado em agosto, onde 96% dos (as) Prefeitos (as) disseram na pesquisa que não querem retomar as aulas. Relatou que o Prefeito Alexandre Lindenmeyer, em sua fala deixa demarcado que possui dois Comitês Municipais um da Saúde e outro da Educação e vai continuar ouvindo as deliberações destes Comitês. O Secretário lembrou que a três semanas a curva de contágio na cidade estava estabilizada em termos de números de contaminados e recuperados, porém nessa semana a curva de contágio evoluiu estando num cenário sem regularidade, então, não tem porque ariscar um retorno de abertura das escolas. O Secretário, disse que a Prefeita Paula Mascarenhas da cidade de Pelotas, relatou que segundo a Universidade Federal de Pelotas (UFPe) existe uma previsão de termos um novo pico em setembro de contaminação. Patrícia Noranha, questionou se o Secretário irá continuar na defesa que tanto a Rede Privada e Municipal voltem na mesma data, pois existe municípios como Caxias do Sul e Venâncio Áries, que os Prefeitos autorizaram o retorno da Rede Privada e não da Rede Municipal. O Secretário afirmou que sua defesa é que o Sistema de Ensino seja público ou privado em todas as esferas sejam tratados do mesmo jeito. Andrea Nunes, relatou que na live do Governador Eduardo Leite, o Secretário do Estado da Educação Faisal Karam, disse com todas as letras: “que os municípios podem não voltar, mas a Rede Estadual irá voltar, pois a gerência das escolas é do Governo do Estado”. Andréa Nunes, relata que vem falando para as (os) colegas que não adianta fazer a pressão nos (as) Prefeitos (as), porém é preciso unidade, pois a volta das escolas estaduais irá acabar tencionando as outras redes. O Secretário André Lemes, mencionou que este fato está trazendo preocupações para os (as) Prefeitos (as) e foi por isto, que não entraram num consenso, mas expressou que o papel como gestoras (es) nesse momento é dialogar para fazer a melhor construção. Finalizando sua fala dizendo que na cidade do Rio Grande as escolas privadas do Sistema Municipal



de Ensino estão regradas pelo decreto municipal com suspensão das atividades até o dia trinta de setembro fazendo a orientação que para retornar antes de qualquer ação deverão elaborar o Plano de Contingência sendo uma tarefa de todas as redes, pois sem a aprovação deste Plano nenhuma escola poderá voltar. Jayme Freitas, falou que se preocupa com a volta do ensino não presencial em sua escola, está possui duas turmas de 5º ano e uma de 9º ano e vem tendo um alcance muito bom, mesmo havendo muitas (os) estudantes que não possuem acesso, vão ao encontro das (os) estudantes para entregar material de forma física tomando cuidado e respeitando os protocolos, salientado que é uma escolha própria. Mencionou que as reuniões vêm ocupando uma parte do tempo, relatou que o programado era que após avaliar a eficácia do retorno dos 9ºs anos, 5º anos e IV etapa da EJA somente após um mês, estenderíamos de forma escalonado para os outros anos e agora com a previsão de retorno, particularmente em sua escola com dezoito turmas de uma única vez, preocupa-se e tem a certeza que o alcance aos (as) estudantes não será de forma eficaz, pois não poderão fazer este atendimento de forma específica. O Secretário relatou que o retorno foi escalonado, ou seja, começou com grupos pequenos para posteriormente avançar para grupos maiores, dizendo que propuseram o avanço a partir de quatorze de setembro de uma maneira sistematizada, para não sermos futuramente atropelados por outro sistema demarcando assim, o nosso modo de fazer. Ainda em sua fala, o Secretário, disse que numa reunião que teve hoje apresentou a primeira prévia do que internamente na SMEd desenvolvemos para o calendário escolar, pois nesta primeira prévia que ainda irão debater com o Conselho Municipal de Educação e com as(os) diretoras(es) tem como preposição que até o final do ano continuemos com atividades não presenciais na Rede Municipal, estando previsto o retorno presencial somente para dois mil e vinte um, porém para esta construção estar em sintonia foi preciso ajustar a organização de todas as turmas a partir de quatorze de setembro. Finalizou sua fala mencionando que não existe um atropelo e sim uma organização do todo, pois primeiramente estão considerando a proteção da saúde, a retomada das atividades de forma não presencial e mantendo a estabilidade funcional das (os) professoras (es). Afirmando que a metodologia de trabalho com o retorno das outras turmas será a mesma adaptada para os 9º anos, 5º anos e IV etapa da EJA, retomando

contato, resgatando o vínculo, organizando as turmas então, ela continua sendo gradual assim como planejado no Plano de Contingência. Dóris Nogueira, mencionou que está posto que as aulas remotas são uma realidade e que não tem como fugir desta questão, pois será um desafio muito grande e que começaremos sentir com a extensão do calendário escolar para os outros anos as dificuldades solicitando que a Administração Municipal garanta o mais rápido possível o acesso aos instrumentos para que todas(os) as(os) colegas possam fazer seu trabalho, pois já recebeu questionamento se a Prefeitura não teria um linha de crédito para compra de notebook, solicitou que as informações cheguem mais clara para as(os) colegas, pois está acontecendo muita comparação com a Rede Estadual, afirmando que nós sabemos que não é a mesma coisa que o estado. Ainda em sua fala relatou que surgiu nos grupos de conselheiras (os) que as formações que estão acontecendo não há espaço para as (os) professoras (es) perguntarem, pois, os mesmos, estão ficando com dúvidas. Informou que o Sindicato elaborou um questionamento para as escolas responderem sobre algumas dúvidas, porém receberam retorno de apenas oito escolas, afirmando que solicita que estas questões sejam respondidas para amenizar as dúvidas das (os) colegas. O Secretário relatou que a pandemia tem exposto vários problemas de nossa vida social e um dos problemas é a falta de entendimento, pois não existe falta de clareza no acesso a informação, o que ocorre é como a informação é interpretada, pois não temos controle de como as pessoas absorvem a informação. Ainda na sua fala o Secretário, afirmou que todas as orientações da SMEd primeiramente são feitas de forma escrita para as (os) dirigentes escolares, e os grupos das (os) professoras (es) foram chamados pela plataforma zoom para ouvirem as orientações da Secretaria e que certamente ficaram algumas lacunas, mas estas vem sendo trabalhadas pelas equipes de direção das escolas desde maio. Dóris, expôs que estamos vivendo um tempo de excepcionalidade e não existe uma fórmula pronta para se basear e o sindicato segue fazendo seu trabalho de receber as angústias das (os) colegas, salientando que também não aprova quando existe a comparação do município com estado, fazendo o pedido para que a Secretaria auxilie aos (as) colegas que não tem condições de acessar a internet. Questionou como está a articulação para construção da Plataforma de Ensino para o atendimento não presencial. O Secretário respondeu que foi formalizado o contrato com a

empresa e já existe um cronograma previsto para capacitação das (os) profissionais para o mês de setembro. Lisiane Kisner, questionou se existe algum retorno sobre a pesquisa disponibilizada no site da Secretaria da Educação. O Secretário relatou que solicitou o encerramento da pesquisa no dia de ontem, sendo que a mesma ficou aberta durante vinte dias, porém achou pequeno o número de respostas para o tamanho do território, solicitando que o Comitê avalie se é preciso disponibilizar novamente no site. Sendo neste momento apresentado pelo Secretário os resultados da pesquisa, mostrando que o caminho para o retorno do ensino semipresencial indicado pelas (os) colaboradoras (es) foi o caminho que nós indicamos neste Comitê. O Pleno decidiu por disponibilizar a pesquisa novamente no site da SMEEd buscando incentivar que mais pessoas possam responder. Nesse momento foi solicitado as (os) diretoras (es) que disponibilizem o link nos grupos de suas escolas. Andrea Escovar, relatou que quando saiu a pesquisa foi disponibilizado o link no facebook da escola, pois não havia os grupos montados e atualmente têm cinquenta grupos só da escola, ficando mais fácil desta chegar até os responsáveis. O Secretário solicitou que conversem com (as) os colegas da Vigilância Sanitária que estão nas comissões para que na próxima semana possamos fazer a análise dos Planos de Contingência já entregues ao Comitê. Solicitando que as (os) coordenadoras (es) das comissões assim que tiverem finalizado o parecer da Vigilância Sanitária envie para o Vinícius Kercher, os relatórios para que ele possa enviar para os demais membros do Comitê. Andrea Nunes, trouxe um dado referente ao parecer das Promotorias Regionais de Educação que apresenta um item recomendando alvará da Vigilância Sanitária para os estabelecimentos de ensino. O Secretário acredita que o alvará que fazem referência é o que as escolas particulares necessitam, pois, as públicas não possuem alvará e sim parecer da Vigilância Sanitária, este deve estar atualizado e com o Plano de Contingência aprovado. Sendo que a fiscalização fica a cargo da Vigilância Sanitária podendo pedir apoio para o Comitê. O Secretário finalizou sua fala dizendo que isto, foi um dos objetos de discussão dos (as) Prefeitos (as) na reunião de hoje, dizendo que os municípios já estão encontrando dificuldades de fiscalização devido ao número de estabelecimentos comerciais, então, a fiscalização de acordo com este parecer aumentará ainda mais o trabalho da Vigilância Sanitária dando como exemplo a cidade do Rio

Grande que possui mais de duzentos estabelecimentos educacionais. Sem mais para o momento e por ter secretariado a presente reunião eu, Vinícius Kercher, encerro a presente ata.

### **Ata 19/2020**

Reuniram-se através da Plataforma Digital Zoom às 14 horas do dia dez de setembro do ano de dois mil e vinte, os integrantes do Comitê de Contingência Covid-19. Estando presente os seguintes membros: André Lemes da Silva; Andréa Nunes da Rosa; Andréa Santiago Escovar; Bárbara Bauer Silva; Bernadete Marin de Oliveira Moraes; Carla Renata do Pinho Martins; Chirly Machane Cesar Duarte; Cláudia Silaine Miranda da Silveira; Débora Carvalho de Oliveira; Dóris Nogueira; Elisangela Gonçalves Macedo; Luciane Machado do Amaral; Maria Luiza Ferreira; Mirene Cavalcante Meireles; Patrícia Amaral; Rosane Machado de Azevedo; Roselle Solano Rodrigues; Sandra Rejane de Ávila; Sícero Agostinho Miranda; Suzane da Rocha Vieira Gonçalves; Taciane Borges Umpierre de Moraes; Vinícius Kercher. A reunião iniciou com a fala do Secretário André Lemes, justificando que terá que se ausentar durante a mesma, devido ter uma reunião com o Prefeito Alexandre Lindenmeyer e solicitou que o Comitê continue os trabalhos. A pauta será a apresentação dos relatórios dos Planos de Contingência, onde o coordenador de cada comissão fará a apresentação do relatório e o posteriormente o Comitê fará suas considerações. Elisangela Macedo, começou apresentando o parecer do Plano de Contingência do Colégio Marista São Francisco, iniciando pela introdução do parecer, passando posteriormente para as orientações, sendo feitas algumas considerações entre elas: Necessidade de especificar o limite de pessoas de acordo com o espaço físico da sala, relatando que a comissão entendeu que foi um Plano que foi feito para toda a rede Marista e este, não determina as metragens da sala e a capacidade máxima de pessoas para poder fazer os protocolos de distanciamento. Relacionado aos horários de entrada e saída, sugere-se repensar os horários de entrada para o Ensino Médio, pois a comissão entende que às 7 horas da manhã é muito cedo para o atendimento de adolescentes que possuem o funcionamento orgânico e cerebral do corpo mais lento pela manhã, sugerindo avançar o horário no final do turno ou diminuir a carga horária presencial. Salientando que este último item supracitado é apenas

uma orientação/sugestão. Na sessão medidas de prevenção no item máscara foi orientado acrescentar a exceção para estudantes com necessidades educacionais específicas conforme a lei 14.019/2020. Relatou que a orientação da inclusão desta lei foi solicitada no Comitê para que todas as comissões observassem, pois esta lei abre exceção para as (os) estudantes que possuem deficiência intelectual mais grave como o caso dos autistas que não conseguem utilizar máscara em função do seu transtorno. Não foi encontrado no documento o cronograma do calendário escolar, relacionado a computação de horas do ensino não presencial e presencial, pois falam de modo geral, mas não especificam. A comissão questionou sobre qual espaço físico e a forma de atendimento organizado para sala de recurso AEE, quantos estudantes serão atendidos e como será o escalonamento, não ficando claro para equipe técnica como será essa forma de atendimento. Foi exposto pela coordenadora da comissão que o Plano de Contingência está muito generalizado, questionando se todas as salas possuem a mesma metragem? Mencionou que fazer escalonamento em dois grupos com turmas de Ensino Médio com quarenta alunos ainda pode gerar aglomeração de estudantes dentro de uma sala de aula. Finalizando a apresentação trazendo a discussão para o Comitê que a portaria SEDUC-RS 01/2020 também deve ser baseada no artigo 3º da portaria estadual 55.465/2020, esta exige a anuência dos pais, pois mesmo que o Plano seja aprovado e a escola retorne as atividades semipresenciais para que as (os) estudantes possam frequentar a escola é preciso o documento de anuência dos responsáveis. Relatando que pensa ser importante todas as comissões orientarem sobre este artigo. O Secretário, acredita estar entendível o parecer e que os pontos que foram destacados são pertinentes, embora façamos alguns questionamentos a estrutura pedagógica, sabemos que são orientações, porém não é demais ponderar. Sicerio Miranda, questionou se o Comitê pode indicar questões como o horário da escola colocando a discussão para o coletivo, dizendo que embora entendemos que é uma questão biológica do jovem. Elisângela explicou que este não é horário normal da escola, e sim uma estratégia para este momento, porém a comissão entende que não é uma estratégia adequada, pois estão tentando manter toda a carga horária do presencial e este momento exige adaptações. O Secretário explicou que pensa ser importante considerar isto, a não ser que eles tenham feito uma pesquisa

com a comunidade escolar e a própria comunidade tenha preferido este horário, finalizando sua fala mencionando que colocar para a escola como uma consideração é válido. Sicerio manifestou que anteriormente tinha entendido que este já era o horário da escola e não uma adaptação concordando com a manifestação da comissão de avaliação e do Secretário. Neste momento alguns membros do Comitê manifestaram-se também concordando com a orientação da comissão. Débora Oliveira, sugeriu que na escrita ficasse claro que o Comitê indica que não haja alteração de horário neste momento. Elisangela relatou que a alteração foi feita tanto para o início quanto para o término das aulas começando mais cedo e terminando mais tarde para tentar recuperar, sendo preocupante o horário do início das aulas. Maria Luiza, menciona que sua dúvida é relacionada a palavra “sugestão”, pois dá entender que se quiseres, e o Colégio pode resolver não acatar. Taciane de Moraes, acredita que isto, tem haver como a comunidade escolar irá compreender, pois se determinarmos um horário estaremos aferindo na autonomia da gestão. O Secretário relatou que o Sistema tem limites na atuação e gestão e a portaria estadual não dá conta desses respectivos assuntos, sendo necessário ir como orientação, manifestando que acrescentaria neste item como sugestão para a Escola realizar uma consulta pública. Suzane Viera, manifestou que tem filho no Colégio Marista São Francisco e os profissionais desta escola estão realizando reuniões com as famílias e acredita que as mesmas, já sabem desta proposta. Salientando que cabe sim enviar a sugestão, cabendo a escola acatar ou não, mas entende a preocupação da comissão, porém existe um limite imposto pela legislação que orienta o nosso papel. Sendo colocado para apreciação do pleno se aprovam o parecer do Plano de Contingência apresentado pela comissão. Sendo aprovado por unanimidade com as sugestões elencadas. Conforme justificado o Secretário precisou ausentar-se ficando como coordenadora da reunião Elisangela Macedo. Andrea Rosa, apresentou o Plano de Contingência da Escola Sesc/Senac relatando algumas orientações entre elas: A solicitação de esclarecer sobre a citação de exigência de instalação do COE apenas para escolas com mais de 100 alunos, questionamentos sobre em quais situações é permitido permanecer sem máscara no ambiente escolar e também sobre a distância correta permitida de um metro. Elisangela contribui baseada no decreto do estado, mencionando que 1 metro está de acordo com a legislação desde

que estejam sendo utilizados os equipamentos de EPIs. Andrea deu prosseguimento a apresentação do relatório do Plano de Contingência mencionando outras orientações, solicitando esclarecimentos de como se dará o regime de escalonamento e/ou revezamento, considerando os espaços que a instituição oferece e o número de pessoas que circulam nos ambientes. Sendo colocado para aprovação do pleno a apreciação do parecer do Plano de Contingência apresentado pela respectiva comissão. Sendo aprovado por unanimidade com as sugestões elencadas. Mirene Meireles, apresentou o parecer do estabelecimento de ensino da Escola SENAI, começando pela apresentação padrão dando continuidade para as orientações entre elas: Solicitação de esclarecimentos se a equipe responsável pela elaboração do Plano é a mesma que compõe a equipe do centro de emergência de saúde para educação, denominado COE local, pois na apresentação do documento está o nome da equipe que o SENAI formou e não a do COE. Sendo questionado sobre como será feita a higienização com as roupas de trabalho uma vez que, os funcionários não poderão sair com seus uniformes. Vinícius Kercher, concordou com a comissão de questioná-los de como irão proceder com a higienização destes uniformes. Sendo orientado pelo Comitê que o SENAI descreva como serão os procedimentos de higienização dos uniformes dentro da própria instituição. Sendo colocado para apreciação do pleno se aprovam o parecer do Plano de Contingência apresentado pela respectiva comissão. Sendo aprovado por unanimidade com as sugestões elencadas. A reunião finalizou com a decisão que os Planos de Contingência aprovados serão encaminhados para os estabelecimentos de ensino considerando um prazo de até cinco dias úteis para que estes façam a devolutiva do documento, com os ajustes indicados, a fim de que seja aprovado na íntegra. Sem mais para o momento e por ter secretariado a presente reunião eu, Vinícius Kercher, encerro a presente ata.

### **Ata 20/2020**

Reuniram-se através da Plataforma Digital Zoom às 14 horas do dia dezessete de setembro do ano de dois mil e vinte, os integrantes do Comitê de Contingência Covid-19. Estando presente os seguintes membros: André Lemes da Silva; Andréa Santiago Escovar; Bárbara Bauer Silva; Bernadete Marin de Oliveira Moraes; Carla Renata do Pinho Martins; Chirly Machane Cesar Duarte;

Cláudia Silaine Miranda da Silveira; Débora Carvalho de Oliveira; Elisangela Gonçalves Macedo; Felipe Alonso dos Santos; Lisiane Kisner Silveira Torres; Luciana do Amaral; Maria Luiza Tavares Ferreira; Mirene Cavalcante Meireles; Patrícia Amaral; Roselle Solano Rodrigues; Sonia Maria Andrade Machado; Suzane da Rocha Vieira Gonçalves; Taciane Borges Umpierre de Moraes; Tânia Tuchenhagen Clarindo; Vanessa Pintanel. A reunião começou com o depoimento da integrante Maria Luiza Tavares, expressando algumas angústias ao elaborar o Plano de Contingência da sua escola. O Superintendente Pedagógico Prof. Felipe Alonso, questionou quais as dificuldades ao elaborar o Plano de Contingência. Bernadete Moraes, relatou que na sua escola a prática é de forma coletiva. Patrícia Amaral, expressou a dificuldade de cálculo do espaço em relação ao número de estudantes. Elisangela Macedo, destacou a necessidade de colocar a legislação, quanto a excepcionalidade do uso da máscara para estudantes com Necessidades Educacionais Específicas nos pareceres. O Secretário da Educação Prof. André Lemes, informou a não possibilidade de participar da reunião. Elisangela atentou que têm dois tipos de pareceres, um que aprova na íntegra e outro que aponta a necessidade de adequações. Sônia Machado, colocou que seu grupo recebeu o Plano de Contingência da escola Corujinha. Lisiane Kisner, informou que a escola não está autorizada, segundo informação do Conselho Municipal de Educação. Bárbara Bauer, pontuou que o Vinícius Kercher, irá buscar informação da lista das escolas particulares infantis que estão autorizadas. Suzane Vieira, destacou a necessidade de dialogar com as escolas que mandam os Planos de Contingência, para sabermos dos processos de autorizações. A Superintendente Administrativa Prof.<sup>a</sup> Vanessa Pintanel, informou que o CME até 2019, mantinha as ações de autorizações de funcionamento. As escolas eram visitadas e teriam prazos para se adequarem e depois eram autorizadas ou não. O Prof. Felipe, relatou que devemos definir fluxo de avaliações dos Planos de Contingência quantos já foram avaliados, quantos ainda devem ser avaliados, organizar as demandas. Elisangela questionou quem está fazendo este controle. Sônia afirmou que é o Vinícius que envia para todos. Suzane lembrou que quem incumbiu o Vinícius, foi o Secretário André. Prof. Felipe, informou que a única escola que tem processo na Secretaria da Educação para autorização é a Escola Passo a Passo. Elisangela expressou que em sua experiência no CME, várias



escolas funcionavam sem a autorização e infelizmente o CME não tem poder de fechar uma escola, mas sempre realizava fiscalizações e buscavam estratégias para resolver os problemas. A Prof.<sup>a</sup> Vanessa Pintanel às 15 horas, acolheu o pedido da Elisangela para terminar a reunião, visto que não temos nenhum parecer para analisar e como temos várias demandas, encerraremos a reunião. O Prof. Felipe mencionou que os retornos das direções estão bem satisfatórios, as escolas estão conseguindo elaborar seus Planos de Contingência, uma fala que é recorrente é referente os horários do home office que são cansativos, e todos estão trabalhando muito e o trabalho coletivo está com mais força. Sem mais nada a declarar e por ter esgotado a pauta encerro a presente ata.

### **Ata 21/2020**

Reuniram-se através da Plataforma Digital Zoom às 14 horas do dia vinte e quatro de setembro do ano de dois mil e vinte, os integrantes do Comitê de Contingência Covid-19. Estando presente os seguintes membros: André Lemes da Silva; Andrea Nunes da Rosa; Carla Renata do Pinho Martins; Chirly Machane Cesar Duarte; Bárbara Bauer Silva; Bernadete Marin de Oliveira Moraes; Cláudia Silaine Miranda da Silveira; Elisangela Gonçalves Macedo, Fabio Alexandre Dziekaniak; Felipe Alonso dos Santos; Lisiane Kisner Silveira Torres; Luciane do Amaral; Mirene Cavalcante Meireles; Rosane de Azevedo; Sandra Avila Greque; Sicro Agostinho Miranda; Tania Tuchtenhagen Clarindo; Vanessa Ribeiro; Vinícius Kercher. O Secretário da Educação Prof. André Lemes, deu início a reunião mencionando que alguns colegas justificaram o motivo da ausência. Solicitou ao Comitê que atualizem os encaminhamentos da última reunião, pois por motivo justificado não pode comparecer. Questionou quais os Planos de Contingência teríamos hoje para apreciação. Foi mencionado pelos coordenadores das comissões os seguintes Planos: Colégio Bom Jesus Joana d' Arc e do Serviço Social de Transporte (SEST/SENAT). O Secretário questionou se os pareceres dos Planos de Contingência já aprovados pelo Comitê, foram encaminhados para as intuições de ensino. Vinícius Kercher, informou que do Colégio Marista São Francisco e da Escola SESC/SENAC já foram enviados, porém não recebemos a devolutiva dos ajustes solicitados. Vinícius salientou que os pareceres estão sendo enviados com a situação de aprovados e no final emitimos um parecer de cinco dias úteis para os ajustes do

Plano de Contingência para que posteriormente possa ser aprovado na íntegra. O Secretário afirmou que o parecer deve ser aprovado na íntegra sem ressalva, mas se tiver ressalva ele encontra-se em situação de análise. Elisangela Macedo, começou apresentando o parecer do Colégio Bom Jesus Joana d' Arc, relatando que está bem completo, porém encontraram alguns itens que gerou dúvida na comissão, ressaltou na sua fala a importância da participação da Vigilância em Saúde, parabenizando por este trabalho devido a análise criteriosa. Deu continuidade a sua apresentação elencando alguns pontos de ajustes para o Plano de Contingência sendo devolvido em situação de análise para que o Colégio possa atender as solicitações para que posteriormente, possa ser aprovado na íntegra. Andrea Rosa, apontou uma dúvida referente ao primeiro item das orientações feita pela Vigilância Sanitária, relatando que não ficou claro a questão da utilização do propé, não entende o que a escola está propondo. Neste momento foi colocado que o artigo 14 mencionado no Parecer, não faz referência a questão supracitada. O Secretário sugeriu que façam uma revisão no texto relacionado ao item de discussão. Andrea também relatou sua dúvida em relação ao item que aborda a questão da cantina, questionando se fazem referência ao distanciamento do espaço. Elisangela afirmou que no texto do Plano de Contingência abordam a questão dos protocolos de distanciamento estabelecido com ou sem o uso de máscara no caso da alimentação. Lisiane Kisner, salientou que a portaria abordada no artigo 14 mencionada pela Vigilância Sanitária confere com o documento. Neste momento o Gerente Pedagógico Prof. Fabio Dziekaniak, compartilhou a portaria e foi identificado que houve uma republicação por isto, a divergência de texto. O Secretário solicitou autorização para que no e-mail que o Vinícius está enviando para as instituições com cópia do parecer, fossem disponibilizados o nome e o contato do coordenador da comissão. Sendo autorizado pelos coordenadores das comissões. O Superintendente Pedagógico Prof. Felipe Alonso, começou a apresentar o Plano de Contingência da escola SEST/SENAT, relatando que a escola é um ambiente pequeno com poucas salas, sendo mostrado fotos das dependências no documento. Foi indicado pela comissão que a escola expresse no seu Plano as ações de isolamento da turma quando houver diagnosticado um indivíduo com Covid-19. O Secretário acredita que é preciso indicar que a escola considere no caso de algum contaminado o que indica a portaria estadual. Os

dois Planos de Contingência apresentados foram aprovados pelo pleno e serão encaminhados para os estabelecimentos de ensino considerando um prazo de até cinco dias úteis para que estes façam a devolutiva do documento, com os ajustes indicados, a fim de que seja aprovado na íntegra. O Secretário questionou ao Vinícius, quantos processos já foram distribuídos para as comissões. Neste momento Vinícius fez um relato de quais dos Planos de Contingência já foram enviados para as comissões. Lisiane relatou que sua comissão está na dúvida se devem ou não aprovar os Planos de Contingência das Escolas de Educação Infantil que não estão autorizadas. O Secretário mencionou que podemos analisar o Plano de Contingência e dizer que está apto, porém iremos apontar que a escola não tem autorização de funcionamento do Conselho Municipal de Educação, portanto, só poderá voltar e aplicar o seu Plano de Contingência quando regularizar a situação. Tania Tuchtenhagen, disse que buscou informação e que algumas escolas estão em processo para a busca da autorização. O Secretário solicitou um levantamento de todas as escolas que entraram com processo de regularização na Secretaria, qual a situação e onde estão os processos. Prof. Felipe, mencionou que a única escola que solicitou autorização por último foi a Escola Passo a Passo, outras demandas de autorização já foram analisadas e dadas as devolutivas para as escolas. Bárbara Bauer, relatou que na última reunião do Conselho Municipal de Educação – CME, foi discutido sobre as escolas que estão com o processo de autorização em andamento, dizendo que o CME também precisa saber esta informação. O Secretário acordou que este levantamento será oficializado ao Conselho Municipal de Educação. Afirmando que o levantamento será também para as comissões informarem a situação na avaliação do Plano de Contingência. Relatou que existe várias Escolas Municipais que estão enviando os seus Planos de Contingência, alertando que irá aumentar o fluxo de trabalho do Comitê. Tânia mencionou que as escolas estão questionando para quem enviar o Plano de Contingência. O Secretário respondeu que deve ser enviado para o e-mail que está no escritório. Informou ao Comitê que aumentou o prazo para as escolas entregarem o Plano de Contingência que inicialmente era até vinte de setembro, mas este foi um mês com muitas atribuições sendo prorrogado até o dia trinta do presente mês. Andrea, mencionou que na última reunião não pode participar, mas lendo a ata percebeu que foram mencionadas algumas dúvidas

em relação ao cálculo da área do prédio de distanciamento entre os alunos, fazendo algumas explicações de como os profissionais que estão elaborando o Plano de Contingência de cada escola devem proceder para calcular a área. Abordou na sua fala a nova portaria nº 608/2020 que coloca duas questões que não estamos considerando nos Planos das Escolas Municipais, mas para as escolas privadas teremos que rever, pois aborda o Termo de Conformidade da direção, devendo estar assinado e declarado que a escola está apta. Questionou sobre a situação do Decreto Municipal de suspensão, pois temos um vigente até o final do mês. O Secretário relatou que devido ao Comitê, não ter mais planos para avaliar este será o próximo ponto da pauta, afirmando que o assunto é urgente. O Secretário, acredita que no âmbito municipal não é possível retornar as aulas presenciais no mês de outubro, devido ao cenário da conjuntura da Pandemia do Covid-19, relatando que somente após dois meses o município entrou na bandeira laranja e considerando o que determina o Plano de Contingência, ou seja, a análise do cenário sanitário local, não temos condições de voltar sendo este o parecer pessoal do André membro do Comitê, salientando que não retornamos aulas presenciais em nenhuma escola da cidade do Rio Grande no mês de outubro, pois não temos condições, a Rede Estadual também não tem condições e mesmo que a Rede Privada tenha condições de adquirir equipamentos o retorno não está associado a isso, pois o cenário de circulação no âmbito do município não é tranquilo a ponto do Comitê vir a dar uma autorização para o retorno. Afirmando que busca ser coerente e sempre defendeu que a atividade escolar na Rede Privada não é mais segura que atividade escolar da Rede Pública, pois o retorno do Sistema deve se dar a partir da situação da pandemia no município. Afirmou ainda que o problema não é a compra de equipamentos e sim o cenário que estamos vivendo, entendendo que não é o momento de autorizar o setor educacional a realizar atividades educacionais. Salientando que existe diferenças, no caso do Plano de Contingência do SEST/SENAT que avaliamos, são oficinas com duas ou três pessoas sendo situações distintas. Elisângela mencionou que concorda com as colocações do Secretário, dizendo que o Prefeito informou na live que a bandeira laranja não quer dizer que os casos de Covid-19 tenham diminuído na cidade, mas sim que o município está com mais condições em relação a leitos e equipamentos. Salientando que ainda não é o momento de liberar que os

estudantes retornem à escola no presencial. Vinícius que é representante neste Comitê do CME, relatou que este pensamento também é o pensamento do Conselho Municipal de Educação, afirmando que não é o momento de voltarmos com atividades presenciais. Andrea concordou com o posicionamento dos demais, dizendo que não é o momento de retorno presencial, sentindo-se aliviada com a decisão. Dizendo ser importante que no decreto seja mencionado todas as redes, pois nas falas públicas do Governador e do Secretário de Educação do Estado afirmam que o município não possui gerência sobre a Rede Estadual, mas como a decisão final é local, salientou ser de fundamental importância ser mencionado no decreto. O Secretário relatou que conversou com a Coordenadora da 18ª CRE e a mesma, informou conforme orientação da SEDUC-RS que o município não possui jurisdição sobre a Rede Estadual. O Secretário, relatou que a orientação foi dada pela Prefeita Paula Mascarenhas de Pelotas-RS, na reunião de Prefeitos da Azonasul. Dizendo que caso o Prefeito e a Vigilância Sanitária do Município entendam que não exista condições para o retorno, o município tem o poder de não autorizar, pois quem irá fiscalizar é o próprio município. Bárbara relatou que nesta semana participou de uma reunião com duas escolas de Educação Infantil que voltaram com suas atividades no SESC, mencionando algumas angústias, mas que escutou relatos positivos quanto ao uso de máscaras e cumprimento de protocolos, portanto, o mais difícil no retorno é não haver o contato. O Secretário mencionou que os municípios precisam adotar alguns critérios específicos para pensar o retorno, citando algumas observações do manual da Fundação Oswaldo Cruz que é bem objetivo e também foi estudado para elaboração do nosso Plano de Contingência. Relatou que o número de mortos na cidade encontra-se estável a duas semanas, o número de contaminados também é estável, mas todos os dias várias pessoas recebem diagnóstico positivo para Covid-19. O Secretário defendeu na reunião da Azonasul que os municípios deverão estar a umas três semanas em bandeira amarela, para poder autorizar o funcionamento do Sistema Educacional para quem quiser assinar os termos previstos na portaria do estado e respeitando também o que Plano de Contingência local determina. Baseado nestes estudos, não enxerga a possibilidade do Comitê deliberar pelo retorno das atividades escolares em Rio Grande. Porém, gostaria de submeter a decisão a este Comitê para que possa encaminhar a ata para o Prefeito Alexandre Lindenmeyer e para

o Comitê da área da Saúde. Sendo aprovado por unanimidade a manifestação do Comitê da Educação que mantemos suspensas as aulas presenciais durante o mês de outubro em todas as escolas Públicas ou Privadas do município. O Prof. Felipe mencionou sobre a reunião do Conselho de Saúde que participaram. Neste momento o Secretário André, relatou que o Plano de Contingência foi aprovado com louvor pelo Conselho Municipal de Saúde. Informando que lhe foi questionado sobre o calendário escolar, porém naquele mesmo dia o Conselho Estadual de Saúde tinha se manifestado sobre o decreto do governador em relação ao retorno as aulas presenciais. Sendo deliberado que o Conselho Municipal de Saúde iria fazer uma reunião extraordinária para discutir a volta às aulas. O Prof. Felipe que foi representante nesta reunião mencionou que o CMS ficou de construir este parecer deliberando pelo não retorno das aulas presenciais. Trouxe um ponto importante da discussão relacionado a vacina para Covid-19, se o ensino presencial voltaria ou não sem a vacina, pois a esperança da vacina talvez seja uma pouco longa demais para educação, por isso que se faz necessário indicadores positivos para o retorno ou não das atividades escolares. Andrea relatou que no CPERS, também houve um debate se incluíam ou não a vacina como condição para retorno das aulas, havendo uma discussão no conselho da entidade. Finalizando a reunião o Secretário colocou as atas 18, 19 e 20 para apreciação e aprovação do pleno sendo ambas aprovadas. Sem mais nada a declarar eu Vinícius Kercher, por ter secretariado a reunião dou por encerrada a presente ata.

### **Ata 22/2020**

Reuniram-se através da Plataforma Digital Zoom às 14h:15 min do dia primeiro de outubro do ano de dois mil e vinte, os integrantes do Comitê de Contingência Covid-19. Estando presente os seguintes membros: André Lemes da Silva; Andréa Nunes da Rosa; Bárbara Bauer Silva; Bernadete Marin de Oliveira Moraes; Carla Renata do Pinho Martins; Chirly Machane Cesar Duarte; Cláudia Silaine Miranda da Silveira; Dóris Nogueira; Elisangela Gonçalves Macedo; Fabio Alexandre Dziekaniak; Lisiane Kisner Silveira Torres; Luciane Machado do Amaral; Maria Luiza Tavares Ferreira; Michele Meneses; Mirene Cavalcante Meireles; Natali Silveira Puccinelli de Freitas; Patrícia Amaral; Patrícia Noronha; Rosane Machado de Azevedo; Roselle Solano Rodrigues;

Sicero Agostinho Miranda; Tania Tuchtenhagen Clarindo; Vanessa Ribeiro; Vinícius Kercher; Waléria Vargas Busetti. O Secretário Prof. André Lemes, começo a reunião ressaltando que pela primeira vez constou no sistema de distanciamento controlado a questão do setor educacional, relatando que após a última reunião deste grupo, fez um ofício ao Comitê da Saúde, solicitando que se posicionasse sobre o retorno das aulas de modo presencial. Sendo suspensas as atividades presenciais em todo o município, para todas as instituições sejam elas, públicas ou privadas inclusive as estaduais, pois há o entendimento que esta decisão final cabe ao Prefeito e ao âmbito local. Relatou que a rede municipal de ensino está caminhando com uma comissão paralela com representantes do Conselho Municipal de Educação, Diretores (as) e Secretaria da Educação para o estudo e preposição do novo calendário para o ano letivo de dois mil e vinte. Afirmando que assim, que este calendário esteja pactuado pelo CME nossa estratégia no município será que não tenhamos aulas presenciais no presente ano, para as outras escolas que não temos a gerência para construção do calendário, vamos manter mensalmente os decretos conforme a situação da pandemia do Covid-19. Andréa Nunes, trouxe ao debate a questão do decreto municipal em relação a rede estadual, mencionando que hoje a Coordenadora da 18ª CRE irá conversar com os diretores sobre a ordem que veio da Secretaria da Educação do Estado (SEDUC), para escolas abrirem normalmente com todos os profissionais que não são do grupo de risco, para preparar para o retorno dia treze. Mencionou que na região são trinta e sete escolas e até agora trinta e um diretores (as) já posicionaram-se dizendo que não irão assinar o termo de conformidade pois, as escolas não estão aptas, faltando utensílios que não são de incumbência dos (as) diretores (as). Disse que orientou que os (as) gestores (as) das escolas questionem sobre os materiais para cumprir os protocolos sanitários e também sobre o decreto municipal. Em sua fala também mencionou a preocupação para o Comitê sobre o retorno das aulas do SENAC, relatando que um filho de uma colega esteve com aula presencial na instituição. Questionou qual foi o retorno que o SENAC, deu sobre a avaliação do seu Plano de Continência, se já foram cumpridas as solicitações. O Secretário relatou que já questionou o responsável, ou seja, o diretor do SENAC do município do Rio Grande e está aguardando retorno, pois isto também foi uma surpresa para ele. Lembrou que o Plano foi avaliado

semana passada e não recebemos ainda a devolutiva com as adequações sugeridas e se não houver o Plano de Contingência, não poderá funcionar. Afirmando que não é uma regra municipal e sim estadual. Acredita que podemos fazer um comunicado formal a todas as instituições públicas e privadas do município sobre o cumprimento da legislação, pois este Comitê trabalha com a legalidade. Andrea mencionou que em relação ao Plano de Contingência do SENAC, chama a atenção para que o Vinícius Kercher, falou na última reunião, pois ficou preocupada já que no início colocamos que estava aprovado o plano, pois não tínhamos atentados a escrita, mas no final foi solicitado as alterações. O Secretário, questionou ao Vinícius se já tivemos o retorno desta instituição. Vinícius, respondeu que não recebemos a devolutiva do Plano de Contingência do SENAC. Elisangela Macedo, sugeriu que no texto padrão do parecer seja escrito que embora tenha sido aprovado o Plano de Contingência deve sempre ser observado o decreto municipal vigente. Dóris Nogueira, questionou sobre como será a fiscalização de quando chegar alguma denúncia de escolas funcionando de forma irregular ao decreto municipal. O Secretário relatou que as comissões podem ir olhar se, o que está escrito no Plano, está colocado em prática, mas o Comitê não tem papel fiscalizador o órgão responsável é a Vigilância em Saúde. A pauta seguinte foi a análise dos Planos de Contingência que já foram analisados pelas comissões sendo eles: Escola de Educação Infantil Corujinha, Colégio Liceu Salesiano Leão XIII e Neto Cursos Preparatório. Lisiane Kisner, começou apresentando o Plano de Contingência da Escola de Educação Infantil Corujinha, mencionando que fizeram a avaliação, mas cabe salientar que a escola não tem autorização para funcionamento. Em relação ao Plano de Contingência, na maioria dos pontos foram aprovados, mas existem algumas orientações que faz com que o plano permaneça em análise. Deu continuidade na apresentação dizendo quais foram as orientações elencadas pela comissão de avaliação. Após a apresentação do parecer foi gerado um debate no Comitê sobre a questão da avaliação do Plano de Contingência, sendo que a escola não está autorizada pelo CME, foi sugerido pelo pleno que estes planos fiquem para o final, pois deve ser dado prioridade para as escolas autorizadas. Foi ressaltado que a Escola de Educação Infantil Corujinha foi uma das primeiras a enviar o seu Plano de Continência, momento que o Comitê não tinha grandes demandas, mas conforme acertado no Comitê na análise deve



constar a ressalva que a escola ainda não é autorizada. A Presidente do Conselho Municipal de Educação Prof.<sup>a</sup> Waléria Vargas, esclareceu que o processo desta escola ainda não chegou no CME. O Gerente Pedagógico Prof. Fábio Dziekaniak, mencionou que conversou com a Coordenadora da Educação Infantil e este processo não está na SMEd, pois a Secretaria já fez a análise, repassando a devolutiva para a escola, mas ainda não recebemos as adequações que foram solicitadas. Afirmando que o processo está com a escola. A Prof.<sup>a</sup> Waléria, acredita que não devemos avaliar os Planos de Contingência de escolas que não possuem autorização de funcionamento. O Secretário André questionou nesse momento qual era a proposta, se realmente era não avaliar os Planos de Contingência das escolas que não possuem autorização. A Prof.<sup>a</sup> Waléria, mencionou que temos que valorizar as escolas que estão fazendo os tramites legais. Bárbara Bauer, lembrou a posição anterior que o Secretário tinha dado de avaliar e aproveitar o momento para comunicar as escolas não autorizadas que precisam regularizar-se. Acreditando que devemos dar prioridade para as legalizadas, mas avaliar posteriormente as não autorizadas já que elas fizeram e será um momento que devemos acionar a necessidade da regularização. Prof.<sup>a</sup> Waléria, menciona que pode ser avaliado, mas deve ser entregue um documento afirmando que o Plano está aprovado ou não, mas estará em posse do Comitê até que a escola esteja regularizada. Nesse momento foi mencionado que se as escolas tiverem o Plano de Contingência aprovado para retornar as aulas de modo presencial ficará contraditório uma vez que, não possuem autorização de funcionamento. Sendo estabelecido pelo Comitê que será feito um texto padrão informando que foi observado na análise do Plano de Contingência que a escola possui pendência junto ao Conselho Municipal de Educação, portanto, o primeiro passo da escola deve ser buscar a sua regularização e após apresentar a autorização de funcionamento o Comitê avaliará o Plano de Contingência. Fabio Dziekaniak, deu continuidade a reunião apresentando o Plano de Contingência do Colégio Liceu Salesiano Leão XIII, mencionando que a comissão observou muitas coisas que não estavam bem claras precisando fazer muitas considerações. O Plano é no formato do estado, não vindo por item e sim com a indicação, relatou que a escola preencheu com a metodologia que irá utilizar para realizar a ação, sendo necessário ir citando os itens na íntegra. Deu continuidade apresentando as considerações do parecer

sobre a necessidade de ajustes de várias questões que não ficaram claramente expressas. Foi sugerido pelo Secretário, que a comissão encaminhe o parecer do Plano de Contingência do Colégio Liceu Salesiano e coloque-se a disposição para esclarecer as dúvidas. Patrícia Amaral, encerrou a apresentação dos Planos de Contingência com o da instituição Neto Cursos Preparatório. Mencionou que a comissão encontrou alguns pequenos detalhes, pois o Plano está bem objetivo, passando para apresentação das orientações elencadas pelo grupo. Os dois últimos Planos de Contingência apresentados na reunião foram aprovados pelo pleno e serão encaminhados para os estabelecimentos de ensino considerando um prazo de até cinco dias úteis para que estes façam a devolutiva do documento, com os ajustes indicados, a fim de que seja aprovado na íntegra. O Secretário finalizou a reunião, dizendo que todas as comissões estão com Planos para apreciação, mencionando que existe uma comissão que está com Plano de Contingência da Faculdade Anhanguera, sendo este mais complexo solicitando que se a comissão tiver dificuldade para compreender o documento o Coordenador da Faculdade se colocou à disposição para esclarecer. A Prof.<sup>a</sup> Waléria por ser colaboradora da Faculdade Anhanguera, afirmou que o Plano de Contingência não é para voltar às aulas no momento e sim direcionado as atividades práticas de laboratório. O Secretário mencionou que tinha dado prazo para escolas municipais entregarem os Planos de Contingência até ontem, porém na reunião de diretores (as) foi solicitado mais dez dias. Momento que questionou o Comitê se este aprova a extensão do prazo. Sendo aprovado por unanimidade. Finalizando a reunião o Secretário, colocou para o pleno a aprovação da ata da reunião anterior, sendo aprovada por todos (as) presentes. Sem mais nada a constar e por ter secretariado a presente reunião eu, Vinícius Kercher encerro a presente ata.

### **Ata 23/2020**

Reuniram-se através da Plataforma Digital Zoom às 14h:30 min do dia oito de outubro do ano de dois mil e vinte, os integrantes do Comitê de Contingência Covid-19. Estando presente os seguintes membros: André Lemes da Silva; Andréa Nunes da Rosa; Andréa Santiago Escovar; Bárbara Bauer Silva; Bernadete Marin de Oliveira Moraes; Carla Renata do Pinho Martins; Chirly Machane Cesar Duarte; Débora Carvalho; Dóris Nogueira; Elisangela Gonçalves

Macedo; Fabio Alexandre Dziekaniak; Felipe Alonso dos Santos; Lisiane Kisner Silveira Torres; Luciane Machado do Amaral; Mirene Cavalcante Meireles; Natali Silveira Puccinelli de Freitas; Patricia Amaral; Patricia Noronha; Roselle Solano Rodrigues; Sonia Maria Andrade Machado; Suzane da Rocha Vieira Gonçalves; Tania Tuchtenhagen Clarindo; Vanessa Ribeiro; Vinícius Kercher; Waléria Vargas Buseti. O Secretário de Município da Educação Prof. André Lemes, começou a reunião colocando para o pleno a aprovação da ata da reunião anterior sendo aprovada pelos presentes. Dando encaminhamento a pauta para análise das instituições que deram retorno as orientações elencadas pelas comissões sobre os Planos de Contingência. Elisangela Macedo, começou apresentando a devolutiva do Plano de Contingência do Colégio Bom Jesus Joana D' Arc, mencionou que todas as orientações apontadas pela comissão foram justificadas pela instituição de ensino considerando o plano aprovado, porém chamou a atenção para questão do uso do propé, conforme as orientações das Portarias Conjuntas SES/SEDUC/RS nº 1/2020. O Secretário questionou ao pleno se havia alguma dúvida sobre o parecer da Comissão do Colégio Bom Jesus. Não houve questionamentos. Na sequência o Gerente Pedagógico Prof. Fábio Dziekaniak, apresentou o parecer do Colégio Sagrado Coração de Jesus, mencionando que o Plano de Contingência está muito bem estruturado e organizado tanto a parte pedagógica como os protocolos sanitários. Concluindo sua apresentação com as orientações de alguns itens que precisam pequenas alterações. O Secretário questionou ao pleno se existia alguma ressalva na apresentação da comissão. Não houve ressalva. Fábio ressaltou que este Plano de Contingência serve de exemplo para outros, pois estava muito bem escrito. Vinícius Kercher, explanou referente aos Planos de Contingência relatando que na reunião de sua comissão foi percebido que os planos estão iguais ao Plano de Contingência do Comitê. Questionando qual seria a orientação para a comissão, pois os mesmos, estão cópias fiéis do plano elaborado pelo Comitê. Patrícia Amaral, que é coordenadora da Comissão na qual Vinícius faz parte, explanou que a comissão tinha dois planos para avaliar, porém um deles não foi elaborado pelo modelo do comitê, mas existe cópia que inclusive falta palavras para completar a frase deixando o texto sem sentido. O outro Plano de Contingência recebido a única coisa que muda é os dados e o diagnóstico da escola, inclusive menciona etapas que a escola não possui. O

Secretário expressou que copiar as partes elementares do plano não é um problema, pois os protocolos sanitários são padrão para todos, porém é preciso ter o particular da escola inserido, devendo ser cobrado os critérios elencados no formulário padrão que foi enviado. Sendo orientado que quando for apenas uma cópia a comissão deverá submeter ao Comitê e dando o retorno a escola para realizar as correções. Sendo retomada a apresentação dos pareceres o Superintendente Pedagógico Prof. Felipe Alonso, começou a apresentar o Plano de Contingência da E.M.E.F. Franklin Roosevelt, mencionou que está adequado sendo elencados alguns pontos pela vigilância como observação não precisando fazer ajustes, portanto, conforme a comissão o Plano de Contingência, foi aprovado na íntegra. Sendo aprovado neste momento pelo pleno. Felipe, apresentou o parecer da Escola de Educação Infantil Educarte, mencionando as orientações elencadas pela comissão. O Secretário questionou se o pleno ficou com alguma dúvida em relação as considerações da comissão. Sendo aprovado o parecer da comissão pelo pleno. Roselle Rodrigues, apresentou o parecer do Plano de Contingência da E.M.E.I. Tia Luizinha, mencionando as considerações e orientações feitas pela comissão. O Secretário questionou ao pleno se existe alguma consideração sobre o parecer apresentado. Tânia Tuchtenhagen, relatou que ficou em dúvida em relação ao calendário escolar citado no parecer, pois as escolas ainda não possuem o calendário, sendo sugerido adequar conforme o escalonamento ou sistema de bandeira vigente. O Secretário afirmou que este item deve ser suprimido uma vez que, não temos calendário pronto. Mirene Meireles apresentou a devolutiva do parecer do SENAI, mencionando que este ainda continua em análise, pois ainda foi observado algumas considerações que necessitam serem ajustadas. O Secretário questionou ao pleno se existia alguma outra consideração. Não existindo, Mirene deu continuidade a sua fala apresentando o parecer do SESI, onde foi mencionado pela integrante da comissão Débora Carvalho, que o Plano de Contingência não se encontra em conformidade com a portaria estadual. Sendo observado que o plano aborda questão de bandeiras vigentes, porém o SESI como sistema educacional deve ser regrado pela portaria estadual. Elisangela Macedo apresentou o parecer do Plano de Contingência da Faculdade Anhanguera, sendo observado algumas orientações estando o mesmo ainda em análise. O Secretário observou que o plano se refere as atividades de estágio, questionando sobre o plano de

retomada geral. A Presidente do Conselho Municipal de Educação Prof.<sup>a</sup> Waléria Vargas, que é colaboradora da faculdade mencionou que estão apresentando só a retomada de aulas práticas, pois necessitam que os alunos (as) concluem em março. O Secretário acredita que deve constar que chamamos a atenção que para retomada geral das atividades para o próximo ano e se ainda estivermos em situação de pandemia a instituição deverá apresentar um segundo plano. Natali Puccinelli, apresentou o Plano de Contingência da E.M.E.F. Porto Seguro mencionando algumas considerações elencadas pela comissão. O Secretário questionou ao pleno se concordavam com o parecer da comissão. Sendo aprovado pelo pleno. Felipe apresentou as adequações do SEST/SENAT mencionando que eram apenas duas elencadas pela vigilância sanitária, ou seja, a higienização dos aparelhos de ar-condicionado e o encaminhamento de casos suspeitos para vigilância epidemiológica, sendo sanadas as exigências estando aprovado. Ficando estabelecido que os Planos de Contingência do Colégio Sagrado Coração de Jesus, Escola de Educação Infantil Educarte, E.M.E.I. Tia Luízinha, E.M.E.F. Porto Seguro, SENAI, SESI e Faculdade Anhanguera serão encaminhados para os estabelecimentos de ensino considerando um prazo de até cinco dias úteis para que estes façam a devolutiva do documento, com os ajustes indicados, a fim de que seja aprovado na íntegra. O Secretário relatou que está chegando demanda de cursos que não são da área da educação dando como exemplo, cursos de cabelereiros, corte e costura, etc. Explicando que deu o retorno que este comitê, está analisando planos de escolas da sua área podendo ser escolas profissionalizantes, pois dinâmica de escola o comitê entende, mas destes outros cursos não possuímos conhecimento das regras. Questionando o pleno se estão de acordo com esta decisão. Por unanimidade os presentes concordaram, sendo sugerido pela Prof.<sup>a</sup> Waléria que a autorização destas outras instituições deverá ser feita pela vigilância sanitária, pois cada curso possui um tipo de procedimento. Sem mais nada a declarar e por ter secretariado a presente reunião eu, Vinícius Kercher, dou por encerrada a presente ata.

## **Ata 24/2020**

Reuniram-se através da Plataforma Digital Zoom às 14 horas e 15 minutos do dia quinze de outubro do ano de dois mil e vinte, os integrantes do Comitê Municipal de Elaboração e Monitoramento do Plano de Contingência para a COVID-19 no âmbito do Sistema Municipal de Ensino do Rio Grande. Estando presente os seguintes membros: André Lemes da Silva; Andréa Nunes da Rosa; Bernadete Marin de Oliveira Moraes; Carla Renata do Pinho Martins; Chirly Machane Cesar Duarte; Cláudia Silaine Miranda da Silveira; Dóris Nogueira; Elisangela Gonçalves Macedo; Fabio Alexandre Dziekaniak; Felipe Alonso dos Santos; Lisiane Kisner Silveira Torres; Luciane Machado do Amaral; Mirene Cavalcante Meireles; Natali Silveira Puccinelli de Freitas; Patricia Amaral; Patricia Noronha; Tania Tuchtenhagen Clarindo; Vanessa Ribeiro; Vinícius Kercher; Waléria Vargas Buseti. O Secretário de Município da Educação Prof. André Lemes, começou a reunião questionando quais comissões teriam pareceres de Plano de Contingência elaborados para apresentação. Andrea Nunes, deu início a apresentação do parecer do Plano de Contingência do SESC/SENAC. Devido a última reunião ser questionado sobre o início das aulas do SESC/SENAC, o Secretário mencionou que no mesmo dia que houve os questionamentos sobre a retomada das atividades acionou o responsável, este justificou-se dizendo que a instituição se baseou pela 1ª Portaria Estadual. O Secretário orientou a instituição que houve decretos que atualizaram esta Portaria, mencionando que para o retorno precisariam ter o Plano de Contingência aprovado e não somente apresentado ao COE municipal. Sendo entendido pela instituição, foram suspensas as atividades. Andrea retomou a apresentação do parecer mencionando que foram atendidas as orientações elencadas estando aprovado pela comissão. Sendo colocado neste momento para apreciação do pleno e aprovado pelos presentes. Dando continuidade Andrea, apresentou o parecer da E.M.E.F. Alcides Barcelos, mencionando algumas considerações elencadas pela comissão. Nesse momento Lisiane Kisner, salientou que esta escola ainda não tem aprovação do Conselho Municipal de Educação. O Secretário afirmou que o processo de autorização está em andamento juntamente com o CME, porém, existem algumas pendências que precisam ser solucionadas, pois está em tramitação. Lembrando que o Comitê acordou de não avaliar Plano de Contingência de escolas que não

possuem autorização, nem processo em andamento. Defendendo que seja feita a apreciação, entretanto, deve haver a ressalva que a escola carece de regulamentação do CME. Neste momento foi colocado o parecer para apreciação do pleno. Sendo aprovado por todos presentes. Chirly Duarte, começou a apresentar o parecer da E.M.E.F. Prof.<sup>a</sup> Sylvia Centeno Xavier, mencionando que o Plano de Contingência está bem estruturado, dando continuidade apresentou algumas considerações elencadas pela comissão. Após apresentação houve um debate entre os membros do Comitê a respeito da questão da sala de isolamento para os (as) estudantes que tenham sintomas de COVI-19, pois as escolas do campo não possuem condições estruturais para disponibilizar uma sala específica. Sendo encaminhado que o Comitê terá que fazer uma errata para atender esta especificidade das escolas do interior, orientando que seja criada uma estratégia para o (a) estudante que apresente sintoma durante a aula. O Secretário mencionou que deverá ser pensado uma capacitação diferenciada com os (as) profissionais que atuam nas escolas multisseriadas. Foi lembrado que as comissões deverão olhar para os Planos de Contingência das escolas do campo com olhar para suas especificidades e também informar para o integrante da Vigilância Sanitária, sobre as peculiaridades das escolas. Elisangela Macedo, apresentou o parecer do Plano de Continência da Faculdade Anhanguera, mencionando que após a última análise, a partir do retorno da instituição não foram feitas mais observações ou questionamentos estando aprovado. Sendo colocado para apreciação do pleno e aprovado pelos integrantes do Comitê. Elisangela deu continuidade apresentando o Plano de Contingência da Escola Média Santa Medianeira (CESAM), elencando alguns ajustes solicitados pela comissão. Saliou na apresentação do parecer que embora o CESAM seja, uma Cooperativa Educacional privada, possui um convênio com a Prefeitura mencionando que eles se utilizaram do modelo do Plano de Contingência municipal para elaboração, portanto, a comissão utilizou para avaliação as legislações municipal e estadual. Sendo o parecer aprovado pelo pleno. Por último Elisangela apresentou o parecer do Plano de Contingência da E.M.E.F. Viriato Corrêa, destacando que só no diagnóstico a comissão enxergou os dados particular da escola, pois no corpo do texto não fica claro as estratégias pensadas para a escola. Sendo definido pela comissão e aprovado pelo Comitê, que a instituição

faça os ajustes indicados, a fim que seja aprovado na íntegra o Plano de Contingência. O Secretário sugeriu neste momento que a Comissão marque uma agenda específica com a escola. Lisiane apresentou o Plano de Contingência da Secretaria de Município da Educação, sugerindo orientações para o uso de ar condicionado, porém, devido a Secretaria da Educação não possuir os equipamentos não é necessário fazer a adequação. Sendo o aprovado o Plano de Contingência pela comissão e pelo demais integrantes do Comitê. Vinícius Kercher, apresentou um modelo de certidão para enviar junto aos pareceres de aprovação dos Planos de Contingência, solicitando contribuição do pleno. Por último ficou estabelecido que os Planos de Contingência da E.M.E.F. Alcides Barcelos, E.M.E.F. Prof.<sup>a</sup> Sylvia Centeno Xavier e CESAM serão encaminhados para os estabelecimentos de ensino considerando um prazo de até cinco dias úteis para que estes façam a devolutiva do documento, com os ajustes indicados, a fim de que seja aprovado na íntegra. Sem mais nada a declarar e por ter secretariado a presente reunião eu, Vinícius Kercher, dou por encerrada a presente ata.

#### **Ata 25/2020**

Reuniram-se através da Plataforma Digital Zoom às 14:00 horas do dia vinte e dois de outubro do ano de dois mil e vinte, os integrantes do Comitê de Contingência Covid-19. Estando presentes os seguintes membros: André Lemes da Silva; Andréa Nunes da Rosa; Andréa Santiago Escovar; Bárbara Bauer Silva; Carla Renata do Pinho Martins; Chirly Machane Cesar Duarte; Claudia Miranda da Silveira; Débora Carvalho; Eliana Pereira; Elisangela Gonçalves Macedo; Felipe Alonso dos Santos; Luciane Machado do Amaral; Michele Meneses; Mirene Cavalcante Meireles; Patricia Amaral; Roselle Solano Rodrigues ; Sandra Greque; Sonia Machado; Suzane da Rocha Vieira Gonçalves; Taciane Borges Umpierre de Moraes; Tania Tuchtenhagen Clarindo; Vanessa Pintanel; Vanessa Ribeiro; Vinícius Kercher. O Secretário de Município da Educação devido estar em outra reunião, solicitou que Elisangela Macedo coordenasse o encontro. Elisangela deu início à reunião solicitando que as comissões apresentassem os pareceres dos Planos de Contingência analisados. Mirene Meireles apresentou o parecer do Plano Contingência do SENAI, manifestando que foi um plano que já tinham dado a devolutiva, porém houve algumas ressalvas entre elas, a



higienização dos jalecos, pois segundo a vigilância sanitária a lavagem deve ser obrigatória, sendo colocado a orientação para a escola. Patrícia Amaral questionou se existe tempo de validade dos pareceres aprovados por este Comitê. O Superintendente Pedagógico Prof. Felipe Alonso, mencionou que devemos ter atenção quanto a demanda imposta pelos decretos estaduais, sobre a criação do Comitê e aprovação dos Planos de Contingência de cada instituição de ensino, pois são marcos legais flexíveis que podem ser alterados no decorrer do tempo. Neste momento Patrícia Amaral, começou a apresentar o parecer do Neto Cursos Preparatórios, havendo questionamentos pelo pleno sobre a obrigatoriedade do uso do propé, devido ser uma exigência da portaria estadual. Patricia explicou que o uso é obrigatório somente para crianças, no caso da instituição de ensino devido ser um curso preparatório o uso é dispensável. Sendo neste momento o parecer aprovado pela comissão, colocado em apreciação pelo pleno. Sendo aprovado pelos presentes. Posteriormente começou a apresentar o parecer do Plano de Contingência da escola E.M.E.F. Cipriano Porto Alegre, explicando que a escola não obedeceu ao modelo disponibilizado pela SMEd, sendo solicitado que o Plano de Contingência seja refeito conforme o modelo padrão. Andrea Escobar relatou que todas as direções de escolas receberam o documento orientando como deveria ser elaborado os planos, ressaltando que o Secretário mencionou que queria os Planos de Contingência nesses moldes. Patrícia deu continuidade apresentando o Plano de Contingência da E.M.E.F. Coriolano Benicio, destacando que é uma cópia fiel do documento orientador, faltando as especificidades da escola, citando como exemplo a falta de questões de utilização dos espaços escolares, organização de barreiras sanitárias, metragem da sala entre outros itens. Sendo encaminhado para a escola fazer os ajustes solicitados. Felipe Alonso começou sua apresentação mencionando que os Planos de Contingência recebidos pela sua comissão, estavam bem elaborados referindo-se à Escola de Educação Infantil Só Baby e E.M.E.F. Helena Small. Apresentou inicialmente o parecer da Escola Só Baby, onde continua em análise, pois houve questionamentos relacionados à sala de isolamento e solicitaram que a escola descreva as ações pedagógicas. Apresentando posteriormente o parecer do Plano de Contingência da E.M.E.F. Helena Small, sendo observado que a escola deve ter cuidado com termos técnicos, pois pode ocorrer que a

comunidade escolar não tenha conhecimento. O Plano de Contingência foi neste momento aprovado pela comissão e pelo pleno. Suzane Gonçalves apresentou parecer do Plano de Contingência da E.M.E.F. Ramiz Galvão, mencionando que em muitos momentos o plano é uma cópia do documento que construímos e não apresenta uma explicação metodológica de como a escola irá proceder de acordo a sua realidade local. Sendo encaminhado para reformulação e ajuste das orientações elencadas. Apresentou posteriormente o parecer da E.M.E.F. Mate Amargo, mencionando que nos aspectos pedagógicos a escola fez referência somente a Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos, havendo questionamentos sobre os procedimentos operacionais que a escola pretende realizar. Sendo devolvido para que a instituição faça os ajustes solicitados. Apresentou por último o parecer do plano do Colégio Liceu Salesiano Leão XIII, mencionando que a escola refez o Plano de Contingência com as orientações solicitadas pela comissão. Sendo o mesmo, aprovado pela comissão e pelo pleno. Roselle Rodrigues deu prosseguimento apresentando o parecer do Plano de Contingência da E.M.E.F. Admar Correa elencando algumas considerações realizadas pela comissão entre elas questões de metragem para o espaço da alimentação, medidas de organização entre outras orientações. Sendo encaminhado para escola ajustar conforme as orientações elencadas. Apresentou posteriormente o parecer do Plano de Contingência da E.M.E.I. Lyons Clube Rio Grande, mencionando algumas considerações elencadas pela comissão, entre elas a organização que a escola fez de dividir em três grupos os (as) estudantes, sendo que a proposta é que cada grupo frequente quinzenalmente a escola, questionando nesse momento aos presentes se a organização está correta. Vinícius Kercher, disse que acredita, que a organização deverá ser semanalmente. Tania Tuchtenhagen lembrou que os anos finais possuem uma carga horária semanal, portanto, acredita que a organização deve ser feita semanal. Sendo encaminhado o parecer para escola realizar os ajustes necessários. Finalizando as apresentações, Roselle, apresentou o parecer da E.M.E.B. Prof.<sup>a</sup> Carla Regina Baldino, mencionando que é um plano genérico, pois não mencionaram os procedimentos da escola, salientando que o estabelecimento de ensino está de mudança de endereço, sendo orientado que posteriormente após as novas adequações a escola deverá fazer as novas adaptações ao Plano de Contingência. Sendo encaminhado para

que a instituição de ensino reformule o plano. Sem mais nada a declarar e por ter secretariado a presente reunião eu, Vinícius Kercher, dou por encerrada a presente ata.

### **Ata 26/2020**

Reuniram-se de forma extraordinária através da Plataforma Digital Zoom às 13 horas e 30 minutos do dia vinte e seis de outubro do ano de dois mil e vinte, os integrantes do Comitê Municipal de Elaboração e Monitoramento do Plano de Contingência para a COVID-19 no âmbito do Sistema Municipal de Ensino do Rio Grande. Para tratar sobre a deliberação ou não do retorno das aulas de modo presencial da rede estadual e sobre a suspensão das aulas presenciais no mês de novembro no âmbito municipal. Estando presentes os seguintes membros: André Lemes da Silva; Andrea Nunes da Rosa; Bárbara Bauer Silva; Bernadete Marin de Oliveira Moraes; Carla Renata do Pinho Martins; Chirly Machane Cesar Duarte; Claudia Miranda; Débora Carvalho; Dóris Nogueira; Eliana de Freitas Pereira; Lisiane Kisner Silveira Torres; Luciane Amaral; Mirene Cavalcante Meireles; Patricia Amaral; Patricia Noronha; Roselle Solano Rodrigues; Sonia Maria Machado; Suzane Gonçalves; Taciane Borges Umpierre de Moraes; Vanessa Ribeiro; Vanessa Pintanel; Vinícius Kercher; Waléria Vargas Buseti. O Secretário de Município da Educação Prof. André Lemes, iniciou a reunião primeiramente agradecendo ao grupo pela disponibilidade para realizar o encontro extraordinário, justificando devido ser um pedido do Prefeito Sr. Alexandre Lindenmeyer, para que este Comitê tivesse um posicionamento sobre o retorno presencial das escolas da rede estadual. Salientou que a rede municipal juntamente com Conselho Municipal de Educação já possui o encaminhamento, tendo como preposição não retomar as aulas presenciais no ano de dois mil e vinte. Salientou que o calendário escolar, já está sendo construído por uma comissão específica, porém na rede estadual existe outro direcionamento que é para reabertura das escolas, portanto, o Decreto Municipal ainda não autoriza o funcionamento das escolas no município. Mencionou que o Prefeito participou de uma reunião, com o Governador do Estado Eduardo Leite, onde existe uma pressão para que os Prefeitos liberem as atividades escolares presenciais da rede estadual e privada nos municípios.

Afirmou que o Prefeito da cidade do Rio Grande, já se posicionou contrário, mas precisa ouvir o posicionamento dos Comitês referindo-se ao Comitê da Saúde e Educação. Neste momento passou a palavra para que o pleno se posicionasse. Andrea da Rosa, representante do CPERS, falou dirigindo-se a situação da rede estadual, mencionando que é muito importante que o Decreto Municipal, continue priorizando o não retorno das aulas presenciais, mesmo que a fala do Governador seja de recorrer das decisões dos Prefeitos. Relatou que participou a convite da reunião da AZONASUL, sendo uma posição da associação que as escolas não retomem ao ensino presencial. Afirmando que repudiam esta cobrança do Governador Eduardo Leite. Andrea, afirmou ser importante trazer este resgate para o Comitê, solicitando que o Decreto Municipal permaneça com a posição do não retorno do ensino presencial uma vez que, as escolas da rede estadual não possuem condições seguras para retornarem. Saliendo que as poucas escolas que abriram foi porque compraram os EPIs com recursos próprios. Lembrou que na 18ª Coordenadoria Regional de Educação, dos (as) trinta e oito diretores (as) trinta e duas escolas já se manifestaram contra a assinatura do termo solicitado para reabertura, pois estas não estão preparadas e não possuem os Planos de Contingência aprovados. Finalizou sua fala dizendo que o Governo do Estado, está sinalizando que irá chamar o sindicato para uma conversa, mencionando sobre a liminar que ganharam parcialmente, explicando que o juiz foi bem claro que não é alguém da escola que assina o termo e sim deverá ser assinado por um técnico, porém foi uma vitória parcial, pois as escolas ainda deverão permanecer abertas. Patrícia Amaral, representante da Associação das Escolas de Educação Infantil da rede privada, iniciou sua explanação mencionando que as escolas da associação, realizaram uma reunião com votação sobre a reabertura ou não das escolas e a maioria decidiram em solicitar que o Comitê aprovasse abertura destas escolas, ressaltando que nem tudo que expõe em sua fala é o que pensa, porém é representante de um grupo e precisa trazer as deliberações. Mencionou que se hoje sua escola voltasse, não teria condições de honrar os seus compromissos financeiros. Portanto, tem dois pontos de vista, primeiramente a questão financeira e o segundo que têm pais, que não tem onde deixar seus filhos (as). Fazendo o pedido em nome da associação que as escolas de Educação Infantil da rede privada retornem, pois não possuem condições de seguir de portas

fechadas. Relatando que têm escolas que já perderam 100 % dos seus alunos (as) e terão que demitir seus funcionários (as). Bárbara Bauer, que também faz parte da associação concordou com as palavras da Patrícia Amaral, mencionando que são porta voz das colegas e é preciso olhar para este cenário, pois a cada dia estão perdendo alunos (as), e a Educação Infantil é um lugar de encantamento e quem abre uma escola, acredita num sonho, frisando que hoje somos uma rede única e dialogamos com as escolas públicas, mas a realidade financeira é diferente. Eliana Pereira, mencionou que o Conselho Municipal de Saúde se reuniu com uma pauta específica e ouviram os (as) conselheiros (as) e outros representantes dizendo que definiram por unanimidade que o retorno das aulas só deve acontecer quando tiver o declínio da curva de casos. Ressaltando que os números estão reduzindo, mas não quer dizer que estamos a zero, pois lembrou que temos uma transmissão comunitária. Mencionando que ainda não estamos em segurança e livres da segunda onda que está para acontecer devido à falta de cuidados da população. Saliendo que devemos ter atenção para essa questão da liberação, portanto, como Conselho Municipal de Saúde, mantém a deliberação do seu conselho em relação a não retomar o ensino presencial. Sônia representante do Conselho Municipal de Alimentação, informou que este se reuniu e deliberaram pelo voto do não retorno presencial das atividades escolares, pois é possível ter uma segunda onda embora, saibamos que as escolas estão fazendo os Planos de Contingência, mas ainda não é momento para retornar. A presidente do Conselho Municipal de Educação Prof.<sup>a</sup> Waléria Vargas, reforçou as palavras dos demais, por conhecer a realidade das escolas estaduais antes da pandemia. Relatando que não consegue imaginar como o governo do estado conseguirá disponibilizar os EPIs se antes não disponibilizava o básico. Em relação a rede privada de Educação Infantil não se manifestou, pois não conhece essa realidade. Suzane Gonçalves, acredita que é preciso pensar qual é o papel da escola, independente da etapa que esta oferece, pois existe um foco, ou seja, o campo educacional. Lembrando que se os lugares de lazer estão cheios com crianças sem máscara e sem cuidados a responsabilidade é dos pais, mas se autorizarmos e vier uma criança ou um (a) professor (a) morrer devido ao novo coronavírus seremos os corresponsáveis se deliberamos pelo retorno presencial de qualquer instituição de ensino. Afirmado que com as crianças não teremos controle, sendo sua

posição de não autorizar a abertura das escolas e se autorizarmos uma rede temos que autorizar todas particular, privada e estadual. Ressaltando que mesmo com esta posição, possui um sentimento sensível as proprietárias de escolas particulares e entende suas angústias. Prof.<sup>a</sup> Waléria mencionou que o pensamento de ter onde as crianças ficarem oportuniza que a escola vire mais um cômodo da casa, dizendo que não é momento de abrir escola e isso é uma questão de saúde pública. Bernadete Moraes, ressaltou que Suzane representa o pensamento de muitos (as) diretores (as), pois mesmo respeitando os protocolos em sua escola houve uma funcionária que testou positivo para Covid-19. Lembrou que estávamos na bandeira amarela e voltamos para bandeira laranja, e as pessoas andam sem máscaras pelas ruas e as mesmas, estarão circulando nas escolas. Acredita que a educação envolve cuidado, mas não é assistencialista, porém, precisamos parar e refletir. Sendo contrária ao retorno, pois nossa posição ainda é preservar vidas. Rosane Azevedo, acredita que numa sala de aula é complicado cumprir os protocolos, relatando o sentimento de felicidade sobre a SMEEd, pois sempre manteve um olhar cuidadoso para os (as) funcionários (as). Dóris Nogueira, ressaltou que possui algumas preocupações com quem as crianças estão ficando, principalmente as que os pais estão em situação de vulnerabilidade. Expressou sua solidariedade pelas escolas de Educação Infantil da rede privada, afirmando que a culpa da atual situação é do Governo Federal, que não construiu uma linha de crédito, mas enquanto CNTE não concorda com abertura de qualquer escola no atual momento. Taciane Moraes, representante dos pais de estudantes, mencionou que quando entramos nesse Comitê aceitamos uma responsabilidade com o coletivo, afirmando que liberar a autorização de escolas é uma irresponsabilidade. Justificando sua posição dizendo, que não é falta de empatia, mas temos que trabalhar para uma volta segura. Barbara, relatou que prioriza a saúde, afirmando não concordar com a educação de forma assistencialista, e que não se deve voltar a qualquer custo. Reiterando o seu posicionamento e da Patrícia Amaral, representantes das escolas privadas, finalizando sua fala agradecendo a empatia de todos (as). Patrícia Noronha, que também representa as escolas privadas, mencionou que está insustentável continuar com a escola, que foram 16 anos de qualidade na Educação Infantil e hoje está se encaminhando para o encerramento. Afirmado que a culpa é devido à falta de Políticas Públicas do

Governo Federal, e quando presencia críticas ao Comitê ou a SMEd, se coloca em defesa, pois sabe que isto não é culpa do Governo Municipal. Defendendo nesse momento que volte todas as redes ou não volte ninguém, pois não existe saúde da criança da rede privada ou da rede pública. Sendo seu voto contrário ao retorno das escolas, mesmo que o caminho para sua escola seja o fechamento. O Secretário questionou se existia mais alguma manifestação. Não havendo demais manifestações, fez uso da palavra dizendo que existe um consenso na linha de raciocínio, afirmando que construímos uma coerência no coletivo tendo como resultado um projeto de trabalho eficaz. Destacou que ainda não construímos um retorno seguro para crianças, reforçando a fala da Suzane, dizendo que o nosso parecer do Comitê é um parecer de estado por ter representantes de várias entidades. Acredita ser irresponsável a atitude do estado de transferência de responsabilidade, mencionando que pensa que é desonesto fazer isso com um (a) diretor (a) de escola. Registrando nesse momento o posicionamento no Comitê da rede municipal que deliberaram juntamente com o CME que no ano de dois mil e vinte, não retomará as atividades presenciais. Sendo colocado para apreciação do pleno o não retorno presencial, solicitando que a avaliação para as outras redes seja mensalmente, pois são instituições que não estão sobre nossa responsabilidade. Sendo aprovado por unanimidade pelos presentes a suspensão das aulas no mês de novembro. O Secretário mencionou que o Prefeito, solicitou uma nova consulta pública para comunidade escolar. Questionando se o pleno concorda. Elisângela Macedo, expôs que fica receosa de fazer o questionário de forma generalizada, pois vai ser criado um tumulto na rede municipal, pois já existe uma organização para voltar somente ano que vem. Sonia Machado, concordou com Elisângela, destacando que poderíamos incluir, algumas questões direcionadas para as escolas particulares. O Secretário acredita ser ponderado as considerações, mas ao mesmo tempo não perguntar as pessoas é um problema, dizendo que pode focar o questionário para rede estadual e privada. Andréa mencionou que entende a proposta do Prefeito de ouvir o pensamento da comunidade, mas acredita que não é conveniente a não ser que seja para elaboração do decreto, sugeriu que a pesquisa seja feita para todas as redes. O Secretário propôs que duas ou três pessoas do Comitê elaborarem este questionário, defendendo que não podemos setorizar as redes. Ficando estabelecido que Andrea da Rosa,

Elisangela Macedo, Taciane Moraes e Patrícia Amaral irão elaborar as propostas. Sem mais nada a declarar e por ter secretariado a presente reunião eu, Vinícius Kercher, dou por encerrada a presente ata.

### **Ata 27/2020**

Reuniram-se através da Plataforma Digital Zoom às 14 horas e 15 minutos do dia vinte e nove de outubro do ano de dois mil e vinte, os integrantes do Comitê Municipal de Elaboração e Monitoramento do Plano de Contingência para a COVID-19 no âmbito do Sistema Municipal de Ensino do Rio Grande. Estando presentes os seguintes membros: André Lemes da Silva; Carla Renata do Pinho Martins; Chirly Machane Cesar Duarte; Cláudia Silaine Miranda da Silveira; Débora Carvalho; Elisangela Gonçalves Macedo; Felipe Alonso dos Santos; Lisiane Kisner Silveira Torres; Luciane do Amaral; Mirene Cavalcante Meireles; Natali Puccinelli; Patrícia Amaral; Rosane Machado de Azevedo Roselle Solano Rodrigues; Sandra Greque; Sicero Miranda; Taciane Umpierre Moraes; Tania Tuchenhagen Clarindo; Vanessa Ribeiro; Vinícius Kercher. O Secretário de Município da Educação Prof. André Lemes, deu início a reunião mencionando que alguns integrantes justificaram o motivo da ausência. Tânia Tuchenhagen apresentou uma proposta de texto padrão para que todas as comissões possam utilizar em relação a carga horária que a escola deverá cumprir, sugerindo orientação de escalonamento para entrada e saída dos estudantes. O Secretário deu seu parecer favorável ao texto elaborado. Sendo colocado para apreciação do Comitê. O texto foi aprovado pelos presentes. Nesse momento foi questionado pelo pleno, sobre o tempo de escalonamento para entrada dos estudantes, pois os quinze minutos sugerido pode alterar a carga horária. O Secretário questionou aos presentes, se não teríamos que alterar o Plano de Contingência. O Superintendente Pedagógico Prof. Felipe Alonso, acredita não ser necessário os quinze minutos de escalonamento, pois em alguns casos como as Escolas de Educação Infantil, possuem poucos alunos não sendo preciso fazer este escalonamento. Felipe alertou que se as escolas fizerem este escalonamento o tempo de entrada será de quase 1 hora. Débora Carvalho, lembrou que as turmas já estarão reduzidas então acredita ser desnecessário todo esse período. Alertando para o cuidado de não gerar uma aglomeração na frente da escola, com este sistema. O Secretário mencionou



que o contingente de início é 30%, acreditando que não tem a necessidade de fazer o escalonamento de quinze minutos. Afirmando que pensa que trinta minutos de entrada para os (as) estudantes é suficiente. O Secretário sugeriu que o Comitê altere o Plano de Contingência com a nova orientação em relação ao escalonamento de entrada dos estudantes nas escolas, pois essa consideração precisa ser detalhada no plano. Relatou que outra consideração que deverá ser feita, devido a alteração que a comissão do calendário, precisou fazer é na jornada da atividade não presencial devido ao cômputo das oitocentas horas, porém o Plano de Contingência apresenta uma jornada máxima de carga horária precisando atualizar neste quesito. Salientou que acredita que também deve ser ajustado no Plano de Contingência os grupos prioritários para o retorno presencial. Sugerindo que a maneira mais adequada no retorno semipresencial seria os 9ºs anos, 5ºs anos e ciclo de alfabetização, onde esses alunos seriam atendidos na totalidade em grupos distribuídos por sala de acordo com sua capacidade, mantendo as turmas funcionando concomitantemente, pois caso contrário podemos cair na armadilha de escalonar outras turmas e não priorizar esses grupos. Afirmando que outros grupos de estudantes, irão migrar de maneira progressiva e ficarão na mesma escola. Por último mencionou que conversando com a Superintendente Administrativa Prof.<sup>a</sup> Vanessa Pintanel, que alguns itens previstos no Plano de Contingência são dispensáveis como por exemplo, o propé, pois se há tapete higienizador não precisa utilizar o mesmo. Mencionando que são questões que precisam ser revistas, principalmente por serem pontos que irão impactar. Solicitando a posição do pleno sobre os temas supracitados. Débora lembrou que o documento apresenta os grupos prioritários apenas no retorno ao ensino remoto. Tânia mencionou que pensando no ciclo de alfabetização, acredita ser importante o retorno prioritário, lembrando que a Prof.<sup>a</sup> Marcia Carvalho do Conselho Estadual de Educação falou sobre o tema e pensa que no parecer nº 11/2020 do Conselho Nacional de Educação, menciona que quando houver condições sanitárias que o Ciclo de Alfabetização deve ser considerado um dos grupos prioritários, sugerindo retornar ao Plano de Contingência e fazer as complementações. O Secretário questionou se o pleno concorda com essas considerações. Sendo as considerações aprovadas pelos presentes, ficando encaminhado que Débora Carvalho, Patrícia Amaral e Tania Tuchenhagen se aprofundarão no estudo para apresentar as considerações.

Débora mencionou que na página 50 do Plano de Contingência pensa que deve ser alterado o texto, pois este menciona decreto e o correto seria portaria conjunta SEE/SEDUC/RS. Débora ainda mencionou sobre o direito as atividades domiciliares, para o estudante acreditando que o item 30.3 deverá ser suprimido, pois serão atendidos no ensino não presencial enquanto estejam em situação de doença. O Superintendente Pedagógico Felipe Alonso concordou com a sugestão da Débora, pois acredita que deve ser retirado esta condicionante, pois realmente ficou errado no Plano de Contingência. O Secretário informou que ontem o Prefeito Alexandre Lindenmeyer teve uma reunião com a Azonasul e os Prefeitos deliberaram por não recuar em relação ao retorno das aulas da Rede Estadual. Salientou que a proposta do Prefeito Alexandre é fazer uma ressalva no decreto municipal em relação as escolas que oferecem estágios em cursos técnicos e superiores em áreas específicas onde estas serão autorizadas realizarem os estágios alertando para o cumprimento do Plano de Contingência. A próxima pauta da reunião foi a apresentação dos pareceres dos Planos de Contingência. Lisiane Kisner deu início apresentando o parecer do Plano de Contingência do Sesquinho mencionando que foi um plano que a realidade está bem expressa, enxergaram a escola, portanto, não foi mencionado o escalonamento das crianças. Sendo elencadas também algumas orientações da vigilância sanitária. Nesse momento questionou ao pleno se deve ser feito uma nova análise mediante as orientações que foram feitas na reunião de hoje. Tânia mencionou que a orientação de hoje não é para Educação Infantil. Portanto o parecer foi aprovado pela comissão e também pelo pleno. As considerações apresentadas pela comissão irão no parecer como orientações para que a escola realize. Posteriormente começou apresentar o parecer do Plano de Contingência da E.M.E.F. França Pinto mencionando que a escola fez dois Planos o da EJA e do Ensino Fundamental, mas está faltando itens, não sendo possível realizar a avaliação. Sendo indicado pelo pleno o retorno do Plano de Contingência da E.M.E.F. França Pinto para as devidas adequações observando o prazo de até 10 dias úteis para a devolutiva. Lisiane deu continuação a apresentação com o parecer do Plano de Contingência da E.M.E.F. Wanda Rocha, sendo elencadas algumas observações relacionadas a escalonamento de entrada, solicitação de dimensões de sala de aula, sinalização de espaço de circulação dentro da escola entre outras orientações solicitadas pela vigilância sanitária. Sendo devolvido

para que a escola possa fazer suas devidas adequações observando o prazo de até 10 dias úteis para a devolutiva. Sendo aprovado o parecer pela comissão e pelo pleno. Finalizou apresentando o parecer do Plano de Contingência da escola de Educação Infantil Oficina do Saber, mencionando ser um plano bem sucinto, mas considera os itens do documento do Comitê mencionando algumas observações relacionadas a forma operacional de executar o Plano de Contingência. Sendo devolvido para que a escola faça as adequações observando o prazo de até 10 dias úteis para a devolutiva. Sendo o parecer aprovado pelo Comitê. Finalizando a reunião o Secretário colocou para aprovação do pleno as atas 23, 24, 25 e 26. Sendo aprovadas pelos presentes. Sem mais nada a constar e por ter secretariado a reunião eu, Vinícius Kercher dou por encerrada a presente ata.

#### **Ata 28/2012**

Reuniram-se através da Plataforma Digital Zoom às 14 horas do dia cinco de novembro do ano de dois mil e vinte, os integrantes do Comitê Municipal de Elaboração e Monitoramento do Plano de Contingência para a COVID-19 no âmbito do Sistema Municipal de Ensino do Rio Grande. Estando presentes os seguintes membros: André Lemes da Silva; Andrea Nunes da Rosa; Andréa Santiago Escovar; Bernadete Marin de Oliveira Moraes; Carla Renata do Pinho Martins; Chirly Machane Cesar Duarte; Cláudia Franz Vieira; Cláudia Silaine Miranda da Silveira; Débora Carvalho; Dóris Nogueira; Elisangela Macedo; Felipe Alonso dos Santos; Lisiane Kisner Silveira Torres; Luciane Machado do Amaral; Maria Luiza Tavares Ferreira; Mirene Cavalcante Meireles; Patricia Amaral; Patricia Noronha; Rosane Machado de Azevedo; Roselle Solano Rodrigues; Sandra Greque; Sicero Agostinho Miranda; Suzane da Rocha Vieira Gonçalves; Tania Tuchtenhagen Clarindo; Vanessa Ribeiro; Vinícius kercher; Waléria Vargas Buseti. O Secretário de Município da Educação Prof. André Lemes, iniciou a reunião solicitando que as responsáveis por estudarem as alterações do Plano de Contingência, conforme ficou encaminhado no último encontro apresentassem o que será proposto para alteração. Tânia Tuchtenhagen iniciou a apresentação mencionando o tópico relacionado a organização do retorno presencial relacionando ao item do escalonamento e as orientações para serem acrescentadas nos pareceres. Elisangela Macedo

questionou sobre os planos já avaliados uma vez que, as orientações já foram encaminhadas. Tania relatou que as comissões podem indicar que o comitê após reunião encaminha as referidas solicitações. Dando continuidade se referiu a outro aspecto na página 50 item 33.31 que deve ser feita uma errata. Outra errata sugerida seria na página 54. Elisangela questionou porque estão sugerindo a errata. Débora Carvalho explicou que no caso de estudante enfermo, não precisa o (a) professor (a) ir até ao hospital, pois todos terão direito ao acesso nesse período. O Secretário explicou que neste item acabamos engessando todo o processo, pois não se referimos exclusivamente a Educação Especial e sim a criança que está com doença grave, sendo restringido o acesso exclusivamente ao semipresencial não dando o direito em tese, embora todos (as) estejam atendidos. Elisangela sugeriu alterar o texto e não suprimir. O Secretário acredita que deve manter o texto e deixar claro que o atendimento para esses casos dará exclusivamente através do ensino remoto. Débora pensa que a família também poderá ir buscar o material caso o estudante não tenha acesso as tecnologias. O próximo item apresentado foi sobre o propé, Tania mencionou que não deve haver alteração, pois o Plano de Contingência restringe apenas para Educação Infantil. Foi inserido no documento elaborado por este comitê a prioridade do retorno para os 9ºs anos, 5ºs anos e o Ciclo de Alfabetização. Elisangela destacou que o item 30.3 da Educação Especial deve ser alterado para ficar de acordo com as novas adequações. O Secretário questionou se alguém ficou com alguma dúvida relacionado as alterações que serão realizadas no Plano de Contingência. Roselle Solano questionou como ficará as crianças de nível II que irão para outra rede. O Secretário respondeu que a criança irá com a transferência e a escola que recebeu o (a) estudante faz as adequações conforme a organização curricular. Afirmando que a escola não deve dar histórico de conclusão e sim transferência. Patrícia Amaral, sugeriu fazer uma reunião com a Rede Privada em relação a este assunto. O Secretário mencionou que já se dispôs fazer um encontro com as escolas particulares e estaduais. O Superintendente Pedagógico Prof. Felipe Alonso mencionou sobre a importância da escola conhecer a legislação, pois tem a questão de progressão, promoção relatando que a legislação é bem clara dando possibilidade para a rede que acolhe. Afirmando que o processo de progressão se dá a todo momento elencando alguns aspectos que a legislação protege. Elisangela mencionou que

a Rede Privada precisa fazer estas adaptações, pois no ano letivo normal já exigem que os (as) alunos (as) da educação infantil venham pré-alfabetizados, lembrando que existe uma diferença de proposta de trabalho entre as redes. Salientando que a rede privada não parou, então terão que ter um olhar reflexível para as escolas da Rede Municipal. Sobre a transferência entre redes de ensino, o Secretário afirmou que a decisão é da família, mas ela tem que estar ciente que será fornecido um atestado de transferência e não um histórico de conclusão. Afirmando que busca uma conversa com as escolas das outras redes para criarem mecanismos para receber nossos (as) estudantes. Roselle questionou se haverá uma fiscalização do Plano de Contingência nas escolas privadas. O Secretário mencionou que no setor educacional o comitê irá acompanhar caso seja necessário. Após responder ao questionamento colocou o texto alterado para apreciação do pleno. Sendo aprovado por unanimidade as alterações para que posteriormente seja realizada uma publicação complementar. Em relação a errata da portaria de atividades físicas, o Secretário fez uma ponderação em relação a Escola Municipal de Iniciação Esportiva Ney Amado Costa, devido ser uma escola só de práticas esportivas dando como exemplo a ginástica, dizendo que a modalidade só não pode ser trabalhada no coletivo, mas se for exercício individual é possível de ajustar, mencionando que devido a isso, não colocamos a portaria na íntegra, pois não teríamos nem como fazer Plano de Contingência no caso da referida escola. Sobre o tema, Tânia destacou que as atividades individualizadas podem ser realizadas. Débora mencionou que a escrita é a mesma, mas mudou de decreto para portaria. Elisangela mencionou que deve trabalhar a lógica da exceção para o retorno presencial, com o olhar para as escolas que trabalham só com essa área de atividade priorizando as que possam ser feitas de forma individual. O Secretário lembrou ao pleno que voltaremos com 30% e teremos turmas com poucos estudantes e que será viável realizar atividades de práticas esportivas respeitando o distanciamento. Débora sugeriu retirar os exemplos que a portaria contém. O pleno nesse momento concordou com as sugestões. O Secretário mencionou que não foi contemplado as questões de carga horária, pois a proposta do calendário letivo está diferente do Plano de Contingência, caso contrário ficaremos com dois documentos com informações distintas, pois o Plano de Contingência tem uma carga horária menor que a do Calendário

Escolar, questionando se o pleno aprova esta mudança que será embasada de acordo com os pareceres do Conselho Municipal de Educação (CME). O pleno relatou que está de acordo com a mudança. A Presidente do CME Prof.<sup>a</sup> Waléria Vargas relatou que o conselho recebeu uma denúncia referente a uma escola de Educação Infantil da Rede Privada que estava realizando atividades, mencionando que a SMEd será comunicada da ação da escola. Informou também que o CME irá notificar a escola solicitando quinze dias para informar o que aconteceu. Elisangela mencionou que possui dúvidas em relação as práticas pedagógicas, relatando que têm escolas realizando materiais impressos, questionando até que ponto é o nosso limite enquanto comitê para fazer estas orientações pedagógicas nos pareceres. O Secretário respondeu que temos os referidos limites e que em relação a autonomia das escolas não podemos interferir, pois não cabe a este comitê na análise do Planos de Contingência. Elisangela, disse que também é este o seu entendimento e que embora não concorde com algumas propostas pedagógicas, sabe que o comitê tem seus limites. Suzane Gonçalves mencionou que existe um limite do comitê e não pode inverter papéis, o que podemos fazer é alertar enquanto as diretrizes educacionais. Relatando que fomos além no Plano de Contingência, acreditando ser correto, pois temos que olhar o pedagógico, portanto, se reprovamos um plano em relação ao pedagógico a instituição pode questionar que este não é o papel do comitê. Acredita que podemos chamar a atenção e orientar, mas não nos cabe reprovar o Plano de Contingência. O Secretário mencionou que deve ser dado sugestões e que as comissões devem trabalhar nessa linha. Patricia Noronha, concordou com Suzane, que cada um de nós tem o seu papel, mas surge dúvidas uma vez que, observamos escolas ferindo a pedagogia da Educação Infantil. Elisangela destacou que a parte pedagógica é de responsabilidade do CME. Suzane ressaltou que a questão da aglomeração é com vigilância em saúde e quando ferir a parte pedagógica é CME. O Secretário destacou que o comitê acompanha, mas em última instância caso tenha que fechar um estabelecimento de ensino esta não é nossa incumbência. O próximo ponto da pauta foi a apresentação dos pareceres dos Planos de Contingência. Patrícia Noronha começou a apresentar o parecer do Plano de Contingência da E.M.E.I. Daisy Pagel mencionando algumas dúvidas que não ficaram claras no plano, solicitando alguns esclarecimentos pedagógicos e operacionais. O

Secretário mencionou que devemos cuidar para o que foi debatido anteriormente em relação a proposta pedagógica. Sendo o parecer aprovado pela comissão estando na situação de análise. Chirly Duarte apresentou o parecer de devolutiva da E.M.E.F. Sylvia Centeno Xavier, dizendo que ficou algumas dúvidas em relação a sala de isolamento, portanto, foi analisado olhando para as peculiaridades das escolas do campo. Sendo que cada a escola dará sua estratégia. O parecer foi aprovado pela comissão e pelo pleno. Patrícia Amaral, apresentou o parecer do Plano de Contingência da E.M.E.F. Frederico Ernesto Buchholz relatando que foi um documento muito bem escrito, porém no final necessita de alguns ajustes. Sendo o parecer aprovado pelo pleno e devolvido para escola realizar os ajustes necessários. Apresentou posteriormente o parecer do Plano de Contingência da E.M.E.F. Argemiro Dias Lima mencionando que também está bem escrito, mas prevê algumas orientações. Sendo o parecer aprovado pelo pleno e devolvido para escola realizar os ajustes necessários. Tânia apresentou o parecer do Plano de Contingência da Escola de Ensino Fundamental Cristo Rei mencionando que é um parecer com muitas orientações, pois as ações foram muito genéricas sendo preciso solicitar o detalhamento das ações. O pleno aprovou o parecer da comissão. Apresentou posteriormente o parecer do Plano de Contingência da Escola de Ensino Fundamental Kyrios Sistemas de Ensino mencionando que também é um plano que está de forma muito genérica. Solicitando para a escola alguns detalhamentos, sendo o parecer aprovado pelo pleno. Por último apresentou o parecer do Plano de Contingência da E.M.E.F. Sant' Ana mencionando que é um plano que foi bem escrito, mas também deve ser feito alguns ajustes. Sendo o parecer aprovado pelo pleno. Elisangela começou a apresentar o parecer do Plano de Contingência da Escola de Educação Infantil Caracol, mencionando que o Plano de Contingência de modo geral está bom, mas precisa se atentar para algumas orientações e ajustes necessários. Sendo o parecer aprovado pelo pleno. Apresentou posteriormente o parecer do Plano de Contingência da Escola de Educação Infantil Mundo Encantado, sendo um plano bem detalhado tanto na parte pedagógica quanto no operacional, porém deve atentar para algumas orientações, sendo necessário fazer alguns ajustes. Nesse momento o parecer foi aprovado pelo pleno. Elisangela informou ao comitê que fez o contato com a diretora da E.M.E.F. Viriato Corrêa, se colocando à disposição da escola para

reunir-se juntamente com a comissão para realizar os ajustes e orientações do referido plano, mas a diretora manifestou que não havia necessidade que as orientações estavam bem claras. Porém, solicitou um prazo maior para fazer as alterações. O Secretário mencionou que estamos mantendo um padrão de dez dias, pois os Planos de Contingência era para ser entregue em trinta de setembro. Nesse momento o Secretário precisou se ausentar passando a coordenação da reunião para Elisângela. Patrícia Amaral apresentou a proposta elaborada para segunda pesquisa pública que será realizada. Lisiane mencionou que se preocupa com a participação da comunidade escolar já que a outra foi só 20%. Débora propôs como sugestão outra forma na questão de elencar a prioridade do retorno dos estudantes. Elisângela entende, mas pensando no google formulário a proposta apresentada é melhor maneira, pois no outro modelo deverá colocar todas as opções. Andrea Nunes, sugeriu ser suprimida esta pergunta como já foi feita. Sendo nesse momento elencada algumas sugestões. As propostas serão enviadas ao Secretário para que o mesmo, possa fazer a análise. Sem mais nada a constar e por ter secretariado a presente reunião eu, Vinícius Kercher dou por encerrada a presente ata.

### **Ata 29/2020**

Reuniram-se através da Plataforma Digital Zoom às 14h:30min do dia doze de novembro do ano de dois mil e vinte, os integrantes do Comitê Municipal de Elaboração e Monitoramento do Plano de Contingência para a COVID-19 no âmbito do Sistema Municipal de Ensino do Rio Grande. Estando presentes os seguintes membros: André Lemes da Silva; Andrea Nunes da Rosa; Andréa Santiago Escovar; Bernadete Marin de Oliveira Moraes; Carla Renata do Pinho Martins; Chirly Machane Cesar Duarte; Cláudia Silaine Miranda da Silveira; Débora Carvalho de Oliveira; Dóris Nogueira; Felipe Alonso dos Santos; Lisiane Kisner Silveira Torres; Luciane Machado do Amaral; Maria Luiza Tavares Ferreira; Mirene Cavalcante Meireles; Natalí Silveira Puccinelli de Freitas; Patrícia Amaral; Roselle Solano Rodrigues; Sonia Maria Andrade Machado; Tania Tuchtenhagen Clarindo; Vanessa Ribeiro; Vinícius Kercher. A reunião iniciou com o pleno fazendo considerações sobre o questionário da segunda pesquisa pública que será disponibiliza para comunidade riograndina. Após as considerações, o Secretário de Município da Educação Prof. André Lemes,



mencionou que irá fazer os ajustes necessários e encaminhar para o setor responsável publicar. O próximo ponto da pauta foi a apresentação dos pareceres dos Planos de Contingência. Andrea Nunes começou a apresentar a devolutiva da E.M.E.I. Alcides Barcelos, mencionando que todas as orientações foram observadas pela instituição de ensino, estando o Plano de Contingência em situação de aprovado pela comissão. Nesse momento o pleno aprovou o parecer da comissão. Deu continuidade apresentando o parecer do Plano de Contingência da Escola de Educação Infantil Algodão Doce, elencando algumas orientações que foram mencionadas pela comissão. Estando o Plano de Contingência em situação de análise. Patrícia Amaral chamou a atenção que as escolas de Educação Infantil não estão informando o horário de funcionamento, ou seja, se será um turno ou tempo integral, salientou que observou que não estão descrevendo o escalonamento e o detalhamento de como será feita a parte pedagógica. Lisiane Kisner concordou com as colocações. O Secretário acredita que estas orientações devem conter no Plano de Contingência, pois as escolas do Sistema Municipal precisam cumprir o plano do comitê. Salientou que na última reunião acertamos que não iríamos exigir a questão pedagógica para as escolas que são privadas do sistema estadual, pois elas estão regradas pelo decreto a nível de estado e não pelo nosso Plano de Contingência. Afirmando que as escolas do Sistema de Ensino têm que abranger todas as premissas que possui o nosso Plano de Contingência. Questionando ao pleno se havia alguma outra dúvida em relação a escola de Educação Infantil Algodão Doce. Estando o plano encaminhado para a instituição em situação de análise. Natalí Puccinelli apresentou a devolutiva da E.M.E.F. Porto Seguro, questionando sobre a falta de algumas especificidades relacionada ao uso do refeitório da escola e outras solicitações que ainda não foram contempladas. Nesse momento houve um debate sobre o cálculo do tamanho e percentual para capacidade de estudantes na sala. Sendo sugerido pelo Secretário que disponibilizemos a fórmula para as escolas poderem fazer o cálculo correto para respeitarem os percentuais máximos previstos. Sendo aprovado o parecer em situação de análise. Finalizando os pareceres dos Planos de Contingência da sua comissão começou a apresentar o parecer da Escola de Educação Infantil Brincando e Aprendendo, elencando algumas orientações que devem ser feitas em relação ao momento da refeição e outros procedimentos relacionados ao escalonamento da turma em

relação aos metros quadrados. O parecer foi aprovado pelo comitê e estando em situação de análise para que a escola possa fazer as adequações necessárias. Lisiane Kisner apresentou o parecer do Plano de Contingência da Escola de Educação Infantil Gente Miúda, mencionando que a comissão dará uma reescrita devido às orientações já discutidas pelo comitê. Relatou que o texto está muito sintético sugerindo para escola que o Plano de Contingência, seja escrito por item, mencionou que não foi contemplada a Educação Especial, os integrantes do COE e os procedimentos operacionais. O Superintendente Pedagógico Prof. Felipe Alonso questionou se a instituição informou o turno de funcionamento da escola. Lisiane respondeu que não foi informado. Salientou que a comissão se dispõe a conversar com a escola para auxiliar nos ajustes solicitados. Felipe sugeriu enviar a devolutiva com a documentação complementar. Estando o parecer em situação de análise. Lisiane apresentou posteriormente o parecer do Plano de Contingência da Escola de Educação Infantil Sapeka em Ação, mencionando que o plano não aborda a modalidade da Educação Especial, a implantação do COE, as dimensões do ambiente entre outros procedimentos operacionais. Estando o parecer em situação de análise e encaminhado para escola fazer os ajustes necessários. Roselle Rodrigues apresentou o parecer do Plano de Contingência da E.M.E.I Fraternidade, elencando algumas considerações, citando os procedimentos operacionais como o manuseio de alimentos que não foram descritos, solicitação da portaria relacionado ao próprio, entre outras demandas. Estando o parecer em situação de análise e devolvido para escola fazer os procedimentos necessários. Roselle apresentou posteriormente, o parecer do Plano de Contingência da E.M.E.I. Maria da Glória, mencionando algumas orientações realizadas pela comissão referente aos procedimentos operacionais em relação a organização do refeitório. Destacou que a escola solicita muitas adequações e materiais na parte de medidas operacionais, mencionando que a escola depende da SMEd para organização. Felipe ressaltou que a escola deve prever no Plano de Contingência para ter a segurança, porém as solicitações dos materiais devem ser através de documentos diferentes e encaminhado à Secretaria de Município da Educação. O Secretário mencionou que algumas escolas estão enviando as medidas que terão que tomar para atingir o Plano de Contingência dentro do corpo do documento, salientando que está errado, sugerindo que seja retirado

e encaminhado um documento anexo para ficar registrado. Afirmando a importância de enviar as solicitações para a Secretaria de Município da Educação. Em sua explanação chamou atenção dizendo que o nosso Plano de Contingência é um plano balizador, mencionando que não precisamos citar a portaria estadual para as escolas que são regidas pelo Sistema Municipal de Ensino. Neste momento o pleno aprovou o parecer da E.M.E.I. Maria da Glória, estando em situação de análise e devolvido para escola fazer os ajustes necessários. Mirene Meireles e Débora Oliveira apresentaram o parecer do Plano de Contingência da E.M.T.I Valdir Castro, mencionando que foi um parecer com várias orientações, questionando a quantidade de integrantes do COE, escalonamento de entrada e saída dos estudantes. Sendo debatidas essas orientações com os integrantes do comitê. A comissão no seu parecer elaborou o cálculo de estudantes por sala, porém foi orientado pelo pleno que devido não ter sido enviado para nenhuma outra escola sugeriram, encaminhar somente a fórmula. O Secretário salientou a importância da comissão fazer contato com a escola para explicar o parecer devido, o mesmo, ser um parecer minucioso. Sem mais nada a constar e por ter secretariado a presente reunião, eu Vinícius Kercher, dou por encerrada a presente ata.

### **Ata 30/2020**

Reuniram-se através da Plataforma Digital Zoom às 14 horas do dia dezoito de novembro do ano de dois mil e vinte, os integrantes do Comitê Municipal de Elaboração e Monitoramento do Plano de Contingência para a COVID-19 no âmbito do Sistema Municipal de Ensino do Rio Grande. Estando presentes os seguintes membros: Andrea Nunes da Rosa; Carla Renata do Pinho Martins; Chirly Machane Cesar Duarte; Cláudia Silaine Miranda da Silveira; Elisangela Gonçalves Macedo; Felipe Alonso dos Santos; Lisiane Kisner Silveira Torres; Maria Luiza Tavares Ferreira; Mirene Cavalcante Meireles; Patricia Amaral; Patricia Noronha; Rosane Machado de Azevedo; Roselle Solano Rodrigues; Sandra Greque; Taciane Borges Umpierre de Moraes; Tania Tuchtenhagen Clarindo. O Superintendente da Gestão Pedagógica Prof. Felipe Alonso deu início a coordenação da reunião justificando a ausência do Secretário de Município da Educação Prof. André Lemes, devido estar em reunião com o Sr. Prefeito Alexandre Lindenmeyer. Expôs a solicitação do Secretário, que

fossem avaliados os Planos de Contingência de instituições superiores e cursos preparatórios primeiramente. Vinícius Kercher justificou o não envio da ata 29/2020, devido a problemas com a internet. Elisangela Macedo relatou que o Plano de Contingência da Faculdade Anhanguera foi recebido na última semana e ainda não concluíram o parecer. Patrícia Amaral fez um relato da situação que estão os pareceres da comissão na qual é coordenadora, mencionando que uma das escolas ainda não cumpriu as orientações, permanecendo uma cópia fiel do documento do Comitê. Felipe mencionou que a repetição de alguns itens irá ocorrer, mas é necessário apresentar as especificidades da escola. Vinícius sugeriu que a comissão, na qual também faz parte, faça uma reunião com a equipe do COE da elaboração do Plano de Contingência da escola. Roselle Rodrigues justificou que não enviou os pareceres, pois não sabe se a errata vai como anexo ou no corpo do parecer. Tania Tuchtenhagen informou que já enviou a errata para o Secretário. A próxima pauta da reunião foi a apresentação dos pareceres dos Planos de Contingência. Roselle, apresentou o parecer da E.M.E.I. Lyons Clube Rio Grande, mencionando que a escola cumpriu todas as solicitações. Sendo o parecer aprovado pelo Comitê. Posteriormente apresentou o parecer da E.M.E.F. Manoel Martins Mano, mencionando que a parte pedagógica está excelente, porém na parte operacional não descreveram como irão fazer, apenas citaram. Estando o parecer em análise pela comissão. Não havendo mais pareceres de Planos de Contingência para serem avaliados a reunião foi encerrada para que as comissões possam seguir fazendo seus estudos. Finalizando a reunião houve um debate sobre a continuidade do Comitê na próxima gestão municipal. Sendo salientado que o Comitê não é uma política de governo, mas o Prefeito eleito tem legitimidade para fazer modificações nas representações dos pares. Patrícia Noronha, questionou se pode haver alteração no Calendário Escolar aprovado. Felipe, respondeu que neste caso o calendário só poderá sofrer alteração se for enviado uma nova proposta para o Conselho Municipal de Educação. Sem mais nada a constar e por ter secretariado a reunião eu, Vinícius Kercher, dou por encerrada a presente ata.

## **Ata 31/2020**

Reuniram-se através da Plataforma Digital Zoom às 14 horas do dia vinte e seis de novembro do ano de dois mil e vinte, os integrantes do Comitê Municipal de Elaboração e Monitoramento do Plano de Contingência para a COVID-19 no âmbito do Sistema Municipal de Ensino do Rio Grande. Estando presentes os seguintes membros: André Lemes da Silva, Andrea Nunes da Rosa; Bernadete Marin de Oliveira Moraes; Carla Renata do Pinho Martins; Chirly Machane Cesar Duarte; Cláudia Silaine Miranda da Silveira; Débora Carvalho de Oliveira; Dóris Nogueira; Eliana de Freitas Pereira; Elisangela Gonçalves Macedo; Felipe Alonso dos Santos; Lisiane Kisner Silveira Torres; Mirene Cavalcante Meireles; Patricia Amaral; Patricia Pinto Noronha; Rosane Machado de Azevedo; Roselle Solano Rodrigues; Sandra Greque; Sonia Maria Andrade Machado; Tania Tuchtenhagen Clarindo; Vinícius Kercher; Waléria Vargas Buseti. O Secretário de Município da Educação Prof. André Lemes deu início a reunião questionando quantos Planos de Contingência ainda estão pendentes nas comissões, pois é preciso que os mesmos, estejam aprovados até o dia 20/12. Mencionou em sua fala que acredita que talvez tenhamos que fazer reuniões extraordinárias para que possamos dar conta da demanda. Vinícius Kercher mencionou que atualmente têm 20 Planos de Contingência para ser avaliados e que todas as comissões possuem planos para apreciação. O Secretário orientou que todos estes planos sejam enviados para as comissões. A Presidente do Conselho Municipal de Educação – CME Prof.<sup>a</sup> Waléria Vargas se colocou à disposição para compor uma comissão de avaliação. Elisangela Macedo sugeriu que façamos reunião extraordinária nas segundas-feiras à tarde. Nesse momento alguns dos presentes mencionaram que na segunda-feira se encontram com as comissões. Prof.<sup>a</sup> Waléria sugeriu que façamos na segunda de manhã e Vinícius sugeriu que as reuniões extraordinárias poderiam ser realizadas à noite. Ficando acertado que se houver planos para apreciação na próxima semana nos encontraremos na segunda-feira. O próximo ponto da pauta foi a apresentação dos pareceres dos Planos de Contingência. Elisangela apresentou o parecer da Faculdade Anhanguera, mencionando que anteriormente a comissão já tinha avaliado um plano da instituição, porém era relacionado as práticas de estágios. Devido a experiência do COE o Plano de Contingência está muito bem escrito. Sendo elencadas algumas orientações

para que a faculdade realize, portanto, a comissão considera o Plano de Contingência aprovado. O Comitê neste momento aprovou o parecer. Posteriormente apresentou o parecer do Plano de Contingência do Curso Preparatório Teorema Pré Vestibular mencionando que o Plano de Contingência atende as medidas necessárias para a Covid-19, porém, precisa que sejam feitas algumas alterações, permanecendo em análise. Lisiane Kisner, apresentou a devolutiva da Escola de Educação Infantil Oficina do Saber, mencionando que alguns itens não foram mencionados, orientando que seja indicado pela escola no plano questões como o escalonamento de entrada e o uso do propé. Permanecendo o Plano de Contingência da escola em situação de análise. Apresentou posteriormente o parecer do plano E.M.E.F. Dr. Nilo da Fonseca, mencionando que foi um plano bem elaborado, mas é necessário fazer alguns ajustes e descrições de como irão fazer no operacional. Estando o plano em situação de análise. Chirly Duarte nesse momento leu o texto que deve ser utilizado para as escolas do campo relacionando a sala de isolamento. O Superintendente da Gestão Pedagógica Prof. Felipe Alonso sugeriu que devido o pequeno número de estudantes da escola em questão, estes sejam atendidos em outra sala da escola como a biblioteca para que todos (as) possam frequentar ao mesmo tempo. O Plano de Contingência encontra-se em situação de análise. Finalizando Lisiane apresentou o parecer do Plano de Contingência da E.M.E.F. Dom Pedro II mencionado alguns esclarecimentos que deverão ser considerados. Salientou que o plano está rico de informações e organizado. Necessitando algumas considerações, ficando em situação de análise. Patrícia Amaral apresentou o parecer do Plano de Contingência da Escola de Educação Infantil Terra Marte, mencionando algumas orientações, citando como exemplo a falta de descrição de algumas atividades, uso de brinquedo, a não contemplação da Educação Especial entre outras observações. Estando o Plano em situação de análise. Deu continuidade apresentando o parecer da Escola de Educação Infantil Cantinho da Criança, mencionando que o plano foi muito bem escrito, porém foram elencadas algumas solicitações entre elas a falta das especificidades da Educação Especial. Estando o plano em situação de análise. Elisangela questionou se as Escolas de Educação Infantil privada precisam seguir o padrão do documento do Comitê. Felipe respondeu que as estratégias de atendimento devem serem contidas no plano, ressaltando que pode não

seguir exatamente, mas deve contemplar as modalidades. Mirene Meirelles apresentou o parecer da Escola de Educação Infantil Esconderijo Sapeka, mencionando as considerações que deverão ser feitas no Plano de Contingência da escola. Chirly apresentou o parecer da E.M.E.F. Apolinário Porto Alegre, relatando que foi um Plano de Contingência bem elaborado, portanto, deve se atentar para o Calendário Escolar já aprovado, sendo abordado o tempo de permanência do estudante na escola que deverá ser de quatro horas entre outras orientações. Estando o plano em situação de análise. Felipe apresentou a devolutiva da Escola de Educação Infantil Só Baby, mencionando que a escola atendeu as exigências solicitadas estando aprovado. Posteriormente apresentou o parecer da Escola de Educação Infantil Tia Rita, mencionando que foi um plano bem escrito, porém a comissão indica que seja indicado o uso de termos utilizados no documento orientador do Comitê. Relatou que a escola cita algumas ações que não foram descritas como fizeram. Estando o plano em situação de análise. Sem mais nada a constar e por ter secretariado a presente reunião eu, Vinícius Kercher, encerro a presente ata.

### **Ata 32/2020**

Reuniram-se através da Plataforma Digital Zoom às 14 horas do dia três de dezembro do ano de dois mil e vinte, os integrantes do Comitê Municipal de Elaboração e Monitoramento do Plano de Contingência para a COVID-19 no âmbito do Sistema Municipal de Ensino do Rio Grande. Estando presentes os seguintes membros: Ana Cristina Garima Jaques; André Lemes da Silva, Andrea Nunes da Rosa; Andréa Santiago Escovar; Bernadete Marin de Oliveira Moraes; Carla Renata do Pinho Martins; Chirly Machane Cesar Duarte; Cláudia Silaine Miranda da Silveira; Felipe Alonso dos Santos; Lisiane Kisner Silveira Torres; Luciane Amaral; Mirene Cavalcante Meireles; Patricia Amaral; Rosane Machado de Azevedo; Roselle Solano Rodrigues; Vinícius Kercher. O Secretário de Município da Educação Prof. André Lemes deu início a reunião informando que a pauta será a apresentação dos pareceres do Planos de Contingência. Bernadete Moraes começou a apresentar o parecer do Plano de Contingência da E.M.E.F. Eliezer de Carvalho Rios, mencionando que o plano foi bem escrito, portanto, foram elencadas algumas orientações relacionadas ao operacional, solicitando a escrita de detalhamento do uso do refeitório e das medidas das

salas de aula. Estando o plano em situação de análise. Posteriormente apresentou o parecer da E.M.E.I. Querência mencionando que o plano está muito amplo devido a isto, solicitaram algumas considerações, como as estratégias e metodologias gerais da escola sendo necessário que estas sejam descritas e outras questões relacionadas ao ensino presencial. Estando o Plano de Contingência em situação de análise. Por último apresentou o parecer da Escola de Educação Infantil João e Maria, mencionando algumas solicitações entre elas, a supressão da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) uma vez que, a escola não atende esse público e dado orientações sobre atividades operacionais como troca de máscaras, questões de merenda, medidas de quando houver caso suspeitos ou confirmados entre outras orientações. Estando o plano em situação de análise. Mirene Meireles apresentou o parecer da Escola de Educação Infantil Dente de Leite mencionando as orientações necessárias elencadas no Plano de Contingência, solicitação da justificativa do motivo pela qual, a carga horária será reduzida entre outras medidas operacionais. Estando o plano em situação de análise. Patricia Amaral apresentou o parecer da E.M.E.F. Prof.<sup>a</sup> Luiza Sophia Schmidt Tavares mencionando que se a escola possui EJA deve conter as especificidades, caso contrário suprimir, solicitação da retirada dos itens relacionados a procedimentos operacionais do transporte escola e outras questões citadas pela vigilância sanitária. Estando o Plano de Contingência em situação de análise. Roselle Rodrigues apresentou o parecer da E.M.E.F. Alcides Maia, mencionando que o Plano de Contingência não apresenta as especificidades da escola, relatando que contém muito do documento orientador do Comitê. Sendo solicitado que seja descrito também os procedimentos operacionais que não foram contemplados no plano, foi solicitado também o detalhamento da metragem da sala, escalonamento de entrada e saída, entre outros pedidos. Apresentou posteriormente o parecer da E.M.E.F. Marília Rodrigues dos Santos, sendo solicitado que seja acrescentado no Plano de Contingência as peculiaridades da escola, elencados pela comissão e outros questionamentos, como sala de isolamento, uso do refeitório, e questões referentes a o distanciamento entre os (as) estudantes, uso de termômetro e metragem da sala. O Secretário questionou quantos Planos de Contingência foram recebidos. Vinícius Kercher respondeu que recebemos até agora cento e



oito planos e dezessete foram aprovados. O Secretário sugeriu que façamos uma reunião extraordinária na segunda-feira às 16 horas para avançarmos com a avaliação. O Superintendente da Gestão Pedagógica Prof. Felipe Alonso apresentou o parecer da Escola de Educação Infantil Carinho de Anjo, mencionando que falta as especificidades do espaço de cada sala de aula entre outras questões. Estando o Plano de Contingência em situação de análise. O Secretário questionou ao pleno se existe alguma consideração em relação ao decreto para suspensão das aulas, relatando que havia uma consideração do Prefeito Sr. Alexandre Lindenmeyer, que se houvesse condições de acordo com o sistema de distanciamento controlado poderia ser liberado o retorno das aulas, mas não foi o que aconteceu. Mencionou que foi registrado no Decreto Municipal que as aulas da rede municipal voltarão somente em fevereiro e as outras redes segue o monitoramento mensal. Relatou que os (as) diretores (as) estão fazendo contato em relação aos plantões das escolas preocupados com essa nova onda do COVID-19. Sendo orientado pelo Secretário que deve seguir o que está escrito no Plano de Contingência “mencionando que qualquer síndrome de gripe, a pessoa e todos (as) aqueles (as) que tiveram contado devem ficar no isolamento” salientando a importância de todos (as) lerem o Plano de Contingência. Orientou que a entrega de material não precisa ser semanal, que quem organiza é a escola. Justificando que não irá suspender os plantões, então que organizem uma entrega que sirvam para duas semanas, pois com os alimentos não têm o que fazer, precisam serem distribuídos. Mencionou que recebeu a equipe da Comissão de transição de Governo e assim, que for mencionado o nome do novo (a) Secretário (a) de Município da Educação irá fazer o convite para que este (a) participe da reunião. Finalizando a reunião o Secretário colocou para aprovação do pleno as atas 27, 28, 29, 30 e 31. Sendo todas aprovadas. Sem mais nada a constar e por ter secretariado a reunião eu, Vinícius Kercher, dou por encerrada a presente ata.

### **Ata 33/2020**

Reuniram-se através da Plataforma Digital Zoom às 16 horas do dia sete de dezembro do ano de dois mil e vinte, os integrantes do Comitê Municipal de Elaboração e Monitoramento do Plano de Contingência para a COVID-19 no âmbito do Sistema Municipal de Ensino do Rio Grande. Estando presentes os

seguintes membros: Ana Cristina Garima; André Lemes da Silva; Bernadete Moraes; Chirly Machane Cesar Duarte; Cláudia Silaine Miranda da Silveira; Dóris Nogueira; Eliana de Freitas Pereira; Elisangela Macedo; Fabio Alexandre Dziekaniak; Lisiane Kisner Silveira Torres; Maria Luiza Tavares Ferreira; Mirene Cavalcante Meireles; Natali Puccinelli; Patricia Amaral; Patrícia Noronha; Rosane Machado de Azevedo; Taciane Borges Umpierre de Moraes; Vinícius Kercher. O Secretário de Município da Educação Prof. André Lemes, começou a reunião fazendo um relato que teve uma conversa, com duas diretoras das escolas de Educação Infantil da Rede Privada, onde ambas questionaram sobre os seus Planos de Contingências. Nesse momento foi informado pelo pleno, que as escolas autorizadas tiveram preferência na avaliação. Foi dado prosseguimento a reunião com a apresentação dos pareceres dos Planos de Contingência. O Gerente Pedagógico Prof. Fábio Dziekaniak apresentou o parecer da Escola de Educação Infantil Arco Iris relatando que é um plano que foi bem escrito, porém precisa ser realizado alguns ajustes, se relacionando ao operacional como a higienização dos uniformes, do ar condicionado e por último elencou a solicitação de protocolos sanitários no uso dos espaços fora da escola entre outras orientações. Estando o Plano de Contingência em situação de análise. Elisangela Macedo apresentou o parecer da E.M.E.F. Viriato Correa, mencionando que a escola sanou parte das orientações solicitadas pelo Comitê, mas ainda faz necessário outras adequações. Indicando que o plano permaneça em situação de análise. Posteriormente apresentou o parecer da E.M.E.I. Castelo Branco elencando algumas orientações que a comissão apontou, e que faz necessário realizar alguns ajustes, como a utilização do propé, questões de alimentação e a observação das orientações do documento complementar. Estando o plano em situação de análise. Finalizou sua apresentação com o parecer da E.M.E.I. Vila da Quinta, dizendo que o Plano de Contingência está bom, mas deve ser feita algumas considerações elencadas pela comissão. Entre elas o uso da sala de isolamento, uso do propé, questões sobre alimentação escolar, salientando que a escola deve considerar o Documento Orientador do Território Rio-Grandino e também o documento complementar do Plano de Contingência. Estando o plano em situação de análise. Patrícia Amaral apresentou o parecer do Plano de Contingência E.M.E.I. Casa da Criança Augusto Duprat, expondo para o Comitê algumas dúvidas em relação a escrita

entre elas, questões que devem ser retiradas dando exemplo a solicitação de reforma pela mantenedora e uso da casa de saúde. Questionando se estes itens devem ou não permanecer no plano. O pleno respondeu que a escola deve solicitar via ofício estas adequações para mantenedora. Mencionou algumas orientações que é preciso adequar no Plano de Contingência. Estando o plano em situação de análise. Patrícia Noronha nesse momento explicou a questão dos banheiros interditados pela escola, relatando que não é possível voltar ao modo presencial sem a reforma, por isso, foi colocado no Plano de Contingência. O Secretário orientou que as solicitações não precisam estar no conjunto do documento, mas pode vir com uma solicitação, em anexo, pois o problema ainda não foi solucionado devido a problemas de prestação de serviço. Lisiane Kisner apresentou a devolutiva da Escola de Educação Infantil Corujinha, mencionando que a escola sanou todas as orientações solicitadas, porém depende de aprovação do Conselho Municipal de Educação. Nesse momento o pleno aprovou o Plano de Contingência. Apresentou posteriormente o parecer da Escola de Educação Infantil Gente Miúda, mencionando que após a análise da devolutiva ainda faltou algumas considerações, ressaltando como exemplo a Educação Especial que não foi contemplada. Sendo orientado que seja, reescrita esta modalidade conforme documento orientador. Foi debatido sobre o uso de máscara para os (as) alunos (as) com Necessidades Educacionais Específicas, questões sobre refeições que são fornecidas de forma terceirizada, sendo solicitado que a escola explique como será feita esta organização e questões sobre o uso do propé. Estando o plano em situação de análise. Finalizou sua apresentação com o parecer do Plano de Contingência da E.M.E.F. Rui Poester Peixoto, mencionando que foi um plano bem elaborado e escrito. Sendo elencadas algumas orientações entre elas; ajustes relacionados à redação, questões de espaço físico nas salas onde os (as) estudantes irão fazer as refeições, uso do termômetro e o uso do propé. Estando o plano em situação de análise. Sem mais nada a constar e por ter secretariado a presente reunião eu, Vinícius Kercher, dou por encerrado a presente ata.

### **Ata 34/2020**

Reuniram-se através da Plataforma Digital Zoom às 14 horas do dia dez de dezembro do ano de dois mil e vinte, os integrantes do Comitê Municipal de

Elaboração e Monitoramento do Plano de Contingência para a COVID-19 no âmbito do Sistema Municipal de Ensino do Rio Grande. Estando presentes os seguintes membros: Ana Cristina Garima Jaques; André Lemes da Silva, Andrea Nunes da Rosa; Andréa Santiago Escovar; Chirly Machane Cesar Duarte; Cláudia Silaine Miranda da Silveira; Dóris Nogueira; Eliana de Freitas Pereira; Elisangela Macedo; Felipe Alonso dos Santos; Lisiane Kisner Silveira Torres; Luciane Amaral; Mirene Cavalcante Meireles; Natali Puccinelli; Patricia Amaral; Rosane Machado de Azevedo; Roselle Solano Rodrigues; Sonia Maria Andrade Machado; Vanessa Ribeiro; Vinícius Kercher. O Secretário de Município da Educação Prof. André Lemes deu início a reunião informando que a pauta será a apresentação dos pareceres do Planos de Contingência. Andrea Rosa começou a apresentar o parecer da E.M.E.F. Olavo Bilac mencionando que é um Plano de Contingência que está muito repetitivo. Relatando as orientações necessárias para que o plano se adeque de acordo com o documento do Comitê, solicitando que seja escrito as especificidades da escola. Orientando que a apresente a metragem da sala e o distanciamento dos (as) estudantes, entre outras orientações. Estando o plano em situação de análise. Chirly Duarte apresentou o parecer da E.M.E.F. Coronel Pedro Osório, mencionando que no geral o Plano de Contingência está muito bem organizado e que é possível enxergar a escola. Sendo mencionado algumas dúvidas em relação a sala de isolamento, sobre o termo que os (as) estudantes e a família terão que assinar se responsabilizando pela a higienização dos materiais principalmente a obrigatoriedade de trazer uma máscara reserva. O Secretário acredita que não deve haver um termo de responsabilidade e sim realizar um bom diálogo com a família. A diretora Vanessa Ribeiro da E.M.E.F. Pedro Osório, diz que a questão da máscara é chamar os pais para a responsabilidade. O Secretário mencionou que o pensamento não está errado, mas não deve estar constado no Plano de Contingência. Estando o plano em situação de análise. Natali Puccinelli apresentou o parecer da E.M.E.I. Eva Mann mencionando que o plano está de acordo com o documento orientador, mas que precisa fazer alguns ajustes entre eles a organização da sala de isolamento, referência do uso correto de máscaras e demais orientações ressaltadas pela vigilância sanitária. Estando o plano em situação de análise. Lisiane Kisner apresentou a devolutiva da E.M.E.F. Rui Poester Peixoto mencionando que a escola fez todos os ajustes solicitados.

Nesse momento o pleno aprovou o Plano de Contingência da Escola. Apresentou posteriormente o parecer da E.M.E.F. Ana Neri, mencionando que é um plano que está muito bom, mas não está de acordo com o documento, portanto, enxerga-se a proposta da escola. Sendo necessário fazer alguns ajustes como as dimensões, escalonamento e outros procedimento citados pela vigilância sanitária. Estando o plano em situação de análise. O Superintendente da Gestão Pedagógico Prof. Felipe Alonso apresentou o parecer do Plano de Contingência da E.M.E.I. Coração de Maria, relatando que o plano foi muito bem escrito, porém o único problema é a sala de isolamento na qual, foi relatado pelo pleno que deve ser colocado o texto padrão. Sendo o Plano de Contingência aprovado pelo pleno. Apresentou posteriormente o plano da E.M.E.F. Dr. Anselmo Dias Lopes mencionando que é um plano que precisa fazer mais detalhamentos sobre as estratégias escritas, elencado questões de limpeza que deve ser de acordo com o documento orientador, faltando ainda a descrição da modalidade da Educação Especial. Estando o plano em situação de análise. Finalizou a apresentação com o parecer da E.M.E.C. Escola Viva, mencionando que é um plano que precisa ser reescrito, pois falta muito detalhamento, sendo uma cópia fiel do documento orientador do Comitê. Estando o plano em situação de análise. Elisangela Macedo apresentou a devolutiva do Teorema Curso Preparatório relatando que a comissão indica a aprovação uma vez, que a instituição cumpriu todas as orientações solicitadas. Sendo aprovado o Plano de Contingência pelo pleno. Apresentou posteriormente a devolutiva da Escola de Educação Infantil Mundo Encantado, a comissão indica a aprovação uma vez que, a instituição cumpriu todas as orientações solicitadas. Devendo cuidar duas questões como o uso do propé e o cuidado com o número máximo de alunos (as). Sendo aprovado o Plano de Contingência pelo pleno. Apresentou a devolutiva da Escola de Educação Infantil Caracol, mencionando que a escola cumpriu parcialmente as orientações solicitadas, devido a isto, é preciso ser feito alguns ajustes. Permanecendo o Plano de Contingência em situação de análise. Finalizou apresentação com o parecer da E.M.E.E. Maria Luzzardi mencionando que o Plano de Contingência está muito bem escrito, relatando que a comissão indicou que este seja aprovado, sendo citado algumas orientações que não impedem a aprovação do respectivo plano. Sendo aprovado o Plano de Contingência pelo pleno. Ana Garima apresentou o parecer do SESI,

mencionando que é uma devolutiva, porém anteriormente veio o arquivo praticamente em branco. Sendo elencado alguns detalhamentos que devem ser feitos pela instituição. Estando o Plano de Contingência em situação de análise. Apresentou posteriormente o parecer da E.M.E.F. Prof.<sup>a</sup> Aurora Ferreira Cadaval, mencionando que é um plano que precisa de alguns ajustes em relação aos protocolos operacionais e sanitários, pois trouxeram todos os detalhamentos, mas estão incompletos. Estando o Plano de Contingência em situação de análise. Patricia Amaral apresentou o parecer da Escola de Educação Infantil Criança em Ação, sendo solicitado que a escola siga o modelo do documento orientador do Comitê, que seja mencionado as estratégias pedagógicas, foi indicado a tradução das siglas para que a comunidade escolar possa entender o documento, faltando a modalidade da Educação Especial entre outras questões que necessitam ser reformuladas. Estando o parecer em situação de análise. Apresentou posteriormente o parecer da Escola de Educação Infantil Tia Gleci, mencionando que a escola deve seguir o padrão do documento orientador do Comitê. Sendo solicitado a reescrita do Plano de Contingência. Apresentou a devolutiva da E.M.E.F. Coriolano Benício, mencionando que o documento continua uma cópia fiel do documento orientador, necessitando conter especificidades da escola mais detalhadas. Estando o Plano de Contingência em situação de análise. Finalizou apresentação da sua comissão com o parecer da Escola de Educação Infantil Caminho Encantado, mencionando que a escola deve seguir o padrão do documento orientador do Comitê. Sendo solicitado a reescrita do Plano de Contingência. Roselle Rodrigues apresentou a devolutiva da E.M.E.F. Admar Corrêa sendo necessário fazer mais alguns ajustes relacionados aos procedimentos operacionais que não foram contemplados. Permanecendo o Plano de Contingência em situação de análise. Apresentou posteriormente o parecer da E.M.E.I. Creche e Casa da Criança Mansão da Paz, mencionando que é um plano que possui bastante orientações, sendo solicitado que seja reescrito alguns itens devido à dificuldade de interpretação da escrita entre outros ajustes operacionais. Estando o Plano de Contingência em situação de análise. O Secretário sugeriu que para as escolas que estão com dificuldade de escrita, seja disponibilizado um Plano de Contingência similar de outra escola. Dando como exemplo a E.M.E.F. Helena Small que já foi aprovado. Nesse

momento, a Diretora Andrea Escovar, autorizou a disponibilização do plano. Sendo agendado para próxima segunda-feira às 16 horas reunião para avaliação dos planos que estão em posse das comissões. Sem mais nada a constar e por ter secretariado a presente reunião eu, Vinícius Kercher, dou por encerrada a presente ata.

### **Ata 35/2020**

Reuniram-se através da Plataforma Digital Zoom às 14 horas do dia quatorze de dezembro do ano de dois mil e vinte, os integrantes do Comitê Municipal de Elaboração e Monitoramento do Plano de Contingência para a COVID-19 no âmbito do Sistema Municipal de Ensino do Rio Grande. Estando presentes os seguintes membros: Andrea Nunes da Rosa; Cláudia Silaine Miranda da Silveira; Dóris Nogueira; Elisangela Macedo; Felipe Alonso dos Santos; Lisiane Kisner Silveira Torres; Patricia Amaral; Rosane Machado de Azevedo; Roselle Solano Rodrigues; Vinícius Kercher. Elisangela Macedo fez um relato dizendo que uma Escola de Educação Infantil, mandou um e-mail no final de semana questionando, que foi analisado o Plano de Contingência errado de sua escola, pois a devolutiva veio com as mesmas orientações. Ao fazer o contato com, Vinícius Kercher, foi observado que não houve erro por parte do Comitê uma vez que, o plano encaminhado para comissão foi o mesmo documento que a escola enviou. Posteriormente ao relato, Elisangela, apresentou o parecer do Plano de Contingência da E.M.E.F. Alba Itala Anselmo Olinto, mencionando que é um plano com cópia fiel do documento do Comitê, faltando acrescentar as especificidades da escola. Elisangela relata que a escola não precisa fazer escalonamento, pois possui poucos estudantes. O Superintendente da Gestão Pedagógica Prof. Felipe Alonso afirmou que não precisa realmente haver o escalonamento e sim decidir qual o turno de funcionamento, observando que é preciso atender separadamente Educação Infantil e Ensino Fundamental. Estando o Plano de Contingência em situação de análise. Patrícia Amaral apresentou a devolutiva da E.M.E.F. Prof.<sup>a</sup> Luiza Sophia Schmidt Tavares mencionando que as orientações foram feitas pela escola. Sendo aprovado o Plano de Contingência pelo o pleno. Felipe apresentou o parecer da E.M.E.F. São Miguel mencionando que é necessário realizar alguns ajustes na questão do distanciamento. Estando o plano em situação de análise.

Roselle Rodrigues, apresentou o parecer da E.M.E.F. Cristóvão Pereira de Abreu, relatando que o plano está bem escrito mencionando que é preciso fazer alguns ajustes na formatação e realizar a descrição de alguns protocolos. Estando o Plano de Contingência em situação de análise. Apresentou posteriormente o parecer da E.M.E.F. Bento Gonçalves mencionando que o todo o Plano de Contingência não segue a ordem dos tópicos do documento do Comitê, mas contempla todos os itens. Sendo solicitado alguns ajustes como o escalonamento de entrada e saída, distanciamento dos estudantes entre outras medidas. Estando o Plano de Contingência em situação de análise. Lisiane Kisner apresentou a devolutiva da Escola de Educação Infantil Gente Miúda mencionando que cumpriram as orientações elencadas pela comissão, estando o Plano de Contingência em situação de aprovado. Sendo aprovado pelo pleno. Apresentou posteriormente o parecer da E.M.E.I. Déborah Thomé Sayão, dizendo que é um plano que enxergamos a escola, estando em situação de aprovado. Sendo aprovado pelo pleno. Sem mais nada a declarar e por ter secretaria a presente reunião eu, Vinícius Kercher, encerro a presente ata.